

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

ROSIMERY ALIPRANDI RIBEIRO

**FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ANTIGA VILA
OPERÁRIA DE CHICO CITY, REGIÃO METROPOLITANA
DA GRANDE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO.**

Vitória, ES
Maio de 2011.

ROSIMERY ALIPRANDI RIBEIRO

**FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ANTIGA VILA
OPERÁRIA DE CHICO CITY, REGIÃO METROPOLITANA
DA GRANDE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli.

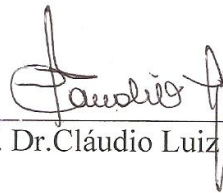
Vitória, ES
Maio de 2011.

**“FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA ANTIGA
VILA OPERÁRIA DE CHICO CITY, REGIÃO
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA,
ESPÍRITO SANTO”**

Rosimery Aliprandi Ribeiro

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 17 de Maio de 2011 por:



Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanutelli – Orientador - UFES



Prof.^a. Dr.^a. Eneida Maria Souza Mendonça – UFES



Prof.^a. Dr.^a. Odette Carvalho de Lima Seabra – FFLCH/USP

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R484f Ribeiro, Rosimery Aliprandi, 1981-
Formação sócio-espacial da antiga vila operária de Chico City, Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo / Rosimery Aliprandi Ribeiro. – Data de publicação.
176 f. : il.

Orientador: Cláudio Luiz Zanotelli.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Cidades e vilas. 2. Usos e costumes. 3. Mercado imobiliário. 4. Colina de Laranjeiras (Serra, ES). 5. Vila operária de Chico City. I. Zanotelli, Cláudio Luiz, 1959-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

À meus pais por me ensinarem o valor do conhecimento.

À Leandro pelo incentivo desde o começo.

À todos aqueles que acreditaram.

Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram de alguma forma com este trabalho. Então, todo o meu agradecimento às pessoas citadas a seguir.

Ao Professor e orientador Cláudio Zanotelli pelas discussões, orientações e pelo grande aprendizado que me proporcionou nesse período;

À Professora Eneida Mendonça pelas contribuições feitas na qualificação e pelo aprendizado nas disciplinas cursadas;

Aos demais professores do PPGG, em especial os que tive oportunidade de estar mais próxima através das disciplinas cursadas, e à Aurélia pela atenção que nos dá como coordenadora desse programa;

Ao Professor Sérgio Martins (UFMG) pelas dicas em uma conversa na cantina da UFES;

À FAPES pelo apoio financeiro para o desenvolvimento desse trabalho;

À Izadora pelo carinho, atenção, profissionalismo e pela amizade que construímos;

Aos colegas da segunda turma do mestrado, com os quais pude conviver principalmente no período das disciplinas, pelas opiniões ao longo do desenvolvimento da pesquisa e pelo carinho sempre; de modo especial agradeço aos grandes amigos que ganhei: Jonivane, Rafael e Samir, pela presença constante, pelos divertidos almoços, pelas discussões, sugestões e pelos muitos momentos em que me deram apoio;

Aos colegas da primeira turma, com os quais tive a oportunidade aprender muito por estarem sempre dispostos a discutir, opinar e ouvir. E também aos colegas de outras turmas, em especial o Aldo, que me deu preciosas dicas sobre suas experiências com regularização fundiária, e a Mara pelos materiais fornecidos e pelos contatos na Prefeitura de Serra;

À Camilla Lobino pelas contribuições com leituras, discussões, dicas com as entrevistas e pela companhia em muitos momentos;

Às pessoas que conheci ao longo desse período em eventos acadêmicos ou em disciplinas: Afonso, Mariana, Ana Luiza, Maria Helena e Suéllem, esta por ter tido a oportunidade de conhecer melhor;

À Samira pelas correções e sugestões no texto final; Francismar, Thalissmar e Jonivane pela preciosa ajuda com os mapas; Fred pela companhia nos almoços;

Aos meus alunos e colegas de trabalho, que compreenderam a dificuldade dos momentos finais da produção do trabalho.

Aos atuais bolsistas do projeto “Agorafobia”, Larissa, Francismar e Bruno pelas muitas discussões, ajuda em alguns campos e pelo aprendizado que tivemos juntos na pesquisa; e também aos colegas que passaram pelo projeto e deixaram sua contribuição para o crescimento desse grupo de pesquisa;

Aos funcionários do Arquivo Público, da Biblioteca Pública Estadual, da Biblioteca da UFES, da Prefeitura de Serra, do Instituto Jones dos Santos Neves, e ao Vaílson do IDAF;

Aos moradores de Chico City por me receberem em suas casas e terem deixado conhecer sua vida, seu cotidiano e sua história, e por me proporcionarem momentos divertidos e de muita aprendizagem através das entrevistas; ao casal Marcelino e Hozana um agradecimento especial por estarem sempre prontos a colaborar com a pesquisa e pelo carinho que me receberam desde o começo;

Aos meus amigos queridos Elisa, Rafa, Fernandinha, Victor e Rodrigo (e agora também o Davi!) pelos momentos de descontração e pela amizade sempre;

À Leandro pela compreensão, carinho, incrível paciência em alguns momentos e por acreditar em mim desde o começo, quando eu mesma não acreditava;

Aos meus pais, irmão, sogros e toda a família, que compreenderam os muitos momentos de ausência para o desenvolvimento dessa pesquisa e que, cada um à sua maneira, torceu para que ela fosse realizada;

À Deus que me presenteou com tantas pessoas em minha vida e me deu força para continuar. E à todos aqueles que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento desse trabalho, mesmo que não tenha sido citado, deixo também o meu agradecimento.

Uma vida sem desafios não vale a pena ser vivida.

Sócrates

Resumo

A dissertação é um estudo da antiga vila operária de Chico City, localizada no bairro Colina de Laranjeiras, município de Serra, um dos sete municípios que compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória no Espírito Santo. Chico City não é denominado bairro pela prefeitura municipal, porém, por ter uma história própria, por ser lugar de vivência e de práticas cotidianas, os moradores terem *habitus* diferentes das demais áreas do bairro em que está inserido, Colina de Laranjeiras, consideramos Chico City como um bairro. Por outro lado, há um interesse nessa área por parte dos incorporadores imobiliários apoiados pela prefeitura municipal, pois ela se localiza nas proximidades de um importante sub-centro da região metropolitana, com considerável crescimento imobiliário e do setor terciário: o bairro Laranjeiras. O trabalho tem como objetivo analisar os efeitos de grupos diferentes habitarem o espaço do bairro Colina de Laranjeiras e como esse espaço foi modificado ao longo dos últimos anos, dando ênfase à situação de Chico City, que está inserido em uma área de expansão do mercado imobiliário. A metodologia utilizada foi principalmente revisão bibliográfica sobre os temas pertinentes, análise de documentos da administração municipal de Serra, visitas a campo e entrevistas semi-estruturadas com moradores de Chico City, das quais extraímos respostas sobre a vida cotidiana dos entrevistados, as relações de vizinhança, as mudanças no espaço-tempo de Chico City, entre outros aspectos. Também entrevistamos funcionários da Prefeitura Municipal de Serra. A proximidade no espaço não implica necessariamente na existência de relações de vizinhança, e estas não existem ou são superficiais entre os habitantes dos dois “bairros”, o que se explica pela posse de capitais – econômico, social e cultural – diferenciados. Além disso, há uma relação de dominação por parte da população vizinha e do poder público com Chico City, mas ao mesmo tempo, Colina de Laranjeiras não é uma vizinhança indesejada para essa população dominada, visto que eles atribuem as mudanças no bairro ao crescimento do entorno, e não à participação popular, apesar da existência dos movimentos de bairro de forma ativa.

Palavras-chave: Chico City. Vila operária. Bairro. *Habitus*. Crescimento imobiliário.

Abstract

This work consists of a study on an employer's village called Chico City, placed in Colina de Laranjeiras' neighbourhood, Serra. Serra belongs to the set of cities (seven), that compound the Vitória's metropolitan area, in Espírito Santo. According to Serra City Hall, Chico City isn't taken account as an official neighbourhood. However, due to its own local history, and its habits to be different from other close to that area, we will consider Chico City as a regular neighbourhood. Chico City is located close to an important sub center of Vitória's metropolitan area (Laranjeiras), with a current growth in real estate and tertiary sector, then nowadays this place has been target of interest for real estate developers, encouraged by City Hall. The purpose of this work is analyze the different groups living in the same area, Colina de Laranjeiras, and its effects. In addition, this study also investigate the local modifications in the last years, emphasizing the Chico City area that to be in a current property market improving. The main methodology used was composed by related literature review, Serra's City Hall document analysis and dwellers interview. Throughout these interviews it was possible to scrutinize the Chico City dweller's everyday life, as well as, its area modification. In addition, some Serra's City hall employees were interviewed. In spite of the small distance, is rare to find a neighbourhood's relationship among dwellers of these two places, Colina de Laranjeiras and Chico City. It happens due to the social differences, especially in cultural and economical aspects. In addition, as Colina's population frequently is wealthier, it relationship implies in a domination on Chico City's population. However, different from expected, the Chico City population consider Colina de Laranjeiras' presence as a good thing, because they frequently attribute the improvements area to theirs neighbourhood, instead of local popular movement.

Key words: Chico City. Employer's village. Neighbourhood's. *Habitus*. Real estate developers.

Lista de Figuras

Figura 1: Diferentes escalas urbanas.....	54
Figura 2: Avenida Central, 2010.	80
Figura 3: Laranjeiras Shopping e Praça da Luz, 2010.	81
Figura 4: O traçado inicial do bairro Laranjeiras (1975)	84
Figura 5: O início do bairro Laranjeiras.....	85
Figura 6: O bairro Laranjeiras em 2011.....	85
Figura 7: Condomínio Igarapé, no bairro Colina de Laranjeiras.....	89
Figura 8: Apropriação da natureza nas propagandas imobiliárias.....	92
Figura 9: A área de estudo e seu entorno em 1970.....	96
Figura 10: A área de estudo e seu entorno em 1978.....	97
Figura 11: A área de estudo e seu entorno em 1994.....	98
Figura 12: A área de estudo e seu entorno em 2003.....	99
Figura 13: A área de estudo e seu entorno em 2007.....	100
Figura 14: A área de estudo e seu entorno em 2010.....	101
Figura 15: Um dos galpões da Atlantic Veneer no limite.....	107
Figura 16: Casa praticamente original em Chico City.....	107
Figura 17: Campo de futebol de Chico City.....	113
Figura 18: Parquinho com o Projeto Mão Estendida ao fundo.	113
Figura 19: Mobilização de moradores em 2006.	114
Figura 20: Entrada de Chico City ainda com os antigos galpões	116
Figura 21: Entrada de Chico City e o início da demolição dos antigos	117
Figura 22: Jornal Tempo Presente, abril e junho de 2009, respectivamente.....	129
Figura 23: Entrada do bairro Chico City antes das obras.....	130
Figura 24: Entrada do bairro Chico City depois das obras	130
Figura 25: Comércio em Chico City.....	137
Figura 26: Casas reformadas em Chico City.....	137
Figura 27: Apartamentos do PAR.....	139
Figura 28: Padrão das casas de Colina de Laranjeiras.....	139
Figura 29: Comércio local em Colina de Laranjeiras.	140
Figura 30: Futuras instalações do “Colina Mall”, próximo à Chico City.	140

Lista de Tabelas

Tabela 1: Perfil dos Entrevistados de Chico City.....	21
Tabela 2: Investimentos da COHAB e INOCOOP-ES na Aglomeração da Grande Vitória entre 1976-1986	41
Tabela 3: Crescimento da População de Serra, RMGV e Espírito Santo	63
Tabela 4: População urbana e rural no município de Serra.....	63
Tabela 5: Pólos Empresariais da Serra – 2009	65
Tabela 6: A “Região de Laranjeiras” segundo diferentes fontes.....	73
Tabela 7: Preço de venda do metro quadrado dos imóveis no município de Serra.....	77
Tabela 8: Quantidade total de lojas comerciais na Avenida Central em 2009.....	80
Tabela 9: Contratações do Programa “Minha Casa, Minha Vida” no Espírito Santo até 20/11/2010	90
Tabela 10: As maiores empresas do ramo de madeira no ES - 1997.....	104
Tabela 11: As maiores empresas do ramo de madeira no ES - 1998.....	105
Tabela 12: Origem dos moradores entrevistados em Chico City em 2003.....	118
Tabela 13: Situação profissional dos responsáveis por domicílios entrevistados em Chico City em 2003	119
Tabela 14: Relação com a Atlantic Veneer dos responsáveis por domicílios entrevistados em Chico City em 2003.....	120
Tabela 15: Número de pessoas por domicílio em Chico City em 2003.....	122

Lista de Mapas

Mapa 1: Localização e evolução temporal da implantação dos conjuntos habitacionais em Serra.....	42
Mapa 2: Localização do município de Serra.	62
Mapa 3: Regionalização proposta pela Agenda 21 (2008).	69
Mapa 4: Bairros que fazem parte da “Região de Laranjeiras” para este estudo e bairros citados em outras “regionalizações”	71
Mapa 5: Localização do bairro Laranjeiras no município de Serra.....	79
Mapa 6: Posição do bairro Laranjeiras na malha rodoviária de Serra.	82
Mapa 7: Evolução da mancha urbana em Serra entre 1978 e 2000.....	87
Mapa 8: Localização de Chico City, Chicópolis e Atlantic Veneer.	95
Mapa 9: Uso do solo e acessos ao bairro Colina de Laranjeiras.	141

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Unidades em construção no município de Serra - ES	74
Gráfico 2: Quantidade de imóveis em construção segundo a tipologia no município de Serra	75
Gráfico 3: Tipologia dos Empreendimentos em análise, aprovados pela PMS, em lançamento, em construção e entregues no município de Serra – ES.....	76
Gráfico 4: Grau de escolaridade dos entrevistados responsáveis por domicílios de Chico City	118
Gráfico 5: Renda domiciliar dos moradores de Chico City	122
Gráfico 6: Faixa etária dos componentes das famílias.....	123
Gráfico 7: Tempo de moradia no imóvel em Chico City.....	124

Lista de Siglas

AGB – Associação de Geógrafos Brasileiros
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNH – Banco Nacional de Habitação
CEF – Caixa Econômica Federal
CIVIT – Centro Industrial de Vitória
CMN – Conselho Monetário Nacional
COHAB – Companhia Habitacional
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
FAMS – Federação das Associações de Moradores da Serra
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal
INOCOOP-ES – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no ES
MDU – Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
NPEURT – Núcleo de Pesquisa Urbana, Redes e Territórios
OP – Orçamento Participativo
PAIH – Plano de Ação Imediata para Habitação
PAR – Programa de Arrendamento Residencial
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PIB – Produto Interno Bruto
PMS – Prefeitura Municipal de Serra
RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória
SEHAB – Secretaria de Habitação
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SINDUSCON-ES – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo
SUPPIN – Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial
TIMS – Terminal Intermodal da Serra
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

Sumário

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: O HABITAR, O <i>HABITUS</i> E O BAIRRO.....	24
1.1. Habitar e <i>habitus</i>	24
1.2. O habitar	27
1.2.1. Vilas Operárias: uma perspectiva histórica	28
1.2.2. Conjuntos Habitacionais.....	38
1.2.3. Condomínios fechados	44
1.3. O bairro como lugar das práticas cotidianas.....	53
CAPÍTULO 2: O MUNICÍPIO DE SERRA E A “REGIÃO” DE LARANJEIRAS	61
2.1. Caracterização do município de Serra.....	61
2.2. A expansão imobiliária no município	66
2.3. O bairro Laranjeiras e seu entorno.....	78
2.3.1. Pequeno histórico do bairro.....	78
2.3.2. O crescimento do entorno de Laranjeiras	84
2.4. Papel do poder público na expansão imobiliária em Serra.....	88
CAPÍTULO 3: CHICO CITY E COLINA DE LARANJEIRAS	94
3.1. A empresa Atlantic Veneer do Brasil.....	102
3.2. Chico City: “O bairro que não é Bairro”	106
3.2.1. Perfil sócio-econômico de Chico City.....	117
3.2.2. O papel dos movimentos populares nas mudanças no espaço-tempo do bairro Chico City.....	124
3.3. Colina de Laranjeiras: os novos vizinhos.....	137
3.4. Chico City e Colina de Laranjeiras: proximidade territorial e distância social?	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	156
ANEXOS.....	161

INTRODUÇÃO

O município de Serra – Região Metropolitana da Grande Vitória – de interesse para este trabalho, foi por muitos anos, essencialmente rural, pouco povoado e, principalmente, com pouca infra-estrutura para instalação de empresas. Isso foi assim até a construção do Porto de exportação de minério de ferro de Tubarão (anos 60), da construção das pelotizadoras de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)¹ e no investimento do Estado nos Centros Industriais de Vitória – CIVIT – no período 1970 à 1980. A partir daí, as empresas passaram a procurar esse município, já que ele tinha adquirido infra-estrutura para tal. Com isso, foi necessário também o investimento em moradia, assim, vários conjuntos habitacionais foram construídos próximos a essas áreas industriais, aumentando a população do município, principalmente na e próximo à “região” de Laranjeiras, deixando, assim, de ser um município rural.

No entanto, antes dessas duas grandes empresas e do CIVIT, este município recebeu uma empresa do ramo de beneficiamento de madeira, a Atlantic Veneer do Brasil, no ano de 1968, que se instalou às margens da BR 101 norte e decretou falência no ano 2005. Os donos da empresa eram alemães e muitos dos trabalhadores também. A empresa construiu duas vilas para seus operários, uma muito próxima a empresa, com casas praticamente padronizadas, para os empregados que eram principalmente gerentes, diretores e empregados da administração da empresa. Essa vila ficou conhecida como Chico City. Para os empregados da produção, foi destinada uma área mais afastada que possuía casas com um padrão inferior e ficou conhecida como Chicópolis. Porém, esta última já não existe mais, e muitos dos que lá viviam se mudaram para a vila de Chico City, outros foram dispensados pela empresa e tiveram que procurar outra moradia. Estudaremos neste trabalho a antiga vila operária de Chico City.

As vilas operárias tinham, no passado, a particularidade de serem construídas pelas empresas a fim de ter um local de moradia para os seus trabalhadores, principalmente devido a dois aspectos: o primeiro é que os donos da fábrica poderiam cobrar aluguéis e ter a certeza de recebê-los dos inquilinos, visto que o valor era descontado direto na fonte; o segundo é que o

¹ Atualmente Vale e Arcelor Mital Tubarão, respectivamente.

operário poderia estar sempre de prontidão para resolver problemas relativos ao seu setor, evitando maiores custos com manutenção. Além disso, era possível também controlar os operários e suas famílias, através de normas que ultrapassavam as instalações propriamente ditas da empresa, pois estes eram obrigados a seguir, também em casa, regras determinadas pelo patrão, instaurando-se assim, o paternalismo.

A antiga vila de Chico City é formada principalmente por ex-trabalhadores da antiga empresa, mas também pessoas que chegaram após a falência da empresa de diferentes formas, que lutam para permanecer ali. Outra ação dos moradores é pela regularização fundiária e pelo reconhecimento do espaço como bairro. Apesar de terem Associação de Moradores, terem direito ao Orçamento Participativo e ainda serem reconhecidos pela Federação das Associações de Moradores de Serra – FAMS – a prefeitura municipal não reconhece essa área como um bairro, com a justificativa de ser uma área particular, pertencente à antiga empresa. Chico City é, atualmente, oficialmente parte de um novo bairro do município de Serra, Colina de Laranjeiras, que consiste de maneira predominante em um bairro de classe média em expansão, apesar de existirem ali também algumas disparidades econômicas com relação à moradia: casas de alto padrão e também pessoas que vivem em apartamentos de um programa do governo, o Programa de Arrendamento Residencial – PAR – financiado pela Caixa, e mais recentemente imóveis inseridos no Programa Minha Casa Minha Vida, também do Governo Federal. Ou seja, a área de Colina de Laranjeiras é bastante heterogênea.

O surgimento desse novo bairro está associado ao crescimento econômico do bairro Parque Residencial Laranjeiras, atualmente conhecido como Laranjeiras. Este foi fundado em 1979, próximo ao CIVIT II, que estava em expansão naquela época. Inicialmente, o bairro era eminentemente residencial, contando apenas com um comércio local. Num segundo momento, Laranjeiras teve um considerável crescimento do comércio, associado à construção de uma rodovia (Norte-Sul) cortando o bairro e também do terminal do Sistema de Transporte Coletivo Integrado da Grande Vitória (Transcol) ali construído. Isso fez com que Laranjeiras se tornasse lugar de passagem para muitas pessoas. Em um terceiro momento, principalmente a partir do ano 2000, Laranjeiras passou a ser conhecido também como principal bairro de expansão imobiliária do município de Serra, com a chegada dos condomínios fechados, tipo de moradia até então, da forma como passou a ser produzido, incomum no município.

Atualmente, o bairro Laranjeiras é destaque no setor terciário localizado no município e também espaço de expansão dos empreendimentos imobiliários, mesmo que estes não se

localizem necessariamente na área do bairro. Laranjeiras teve, portanto, uma mudança de função. Isso é possível perceber pelos preços dos terrenos e imóveis na avenida principal ou em suas proximidades, que aumentaram consideravelmente nos últimos anos. Assim, o bairro acabou ficando “espraiado”, a área original foi estendida. Hoje, fala-se em “região de Laranjeiras”, principalmente com objetivo de marketing, para denominar o bairro e suas proximidades. O bairro Colina de Laranjeiras fica nessa região, localizando-se numa área que passou de industrial a residencial.

Sabe-se que a área da antiga Atlantic Veneer já foi vendida para uma incorporadora e que segundo informações da prefeitura e devido às políticas atuais do município, deve construir condomínios fechados nessa área. Resta a dúvida sobre o destino da antiga vila operária que tem a demanda de regularização fundiária e o desejo de se tornar oficialmente um bairro, além da incerteza dos moradores com relação ao imóvel.

Assim, a questão inicial levantada neste trabalho foi como diferentes formas interagem (ou não) no espaço social, o que nos levou a pensar no tipo de relação existente entre esses dois grupos: os habitantes de Chico City e Colina de Laranjeiras. Isso nos levou a pensar sobre o crescimento imobiliário daquela área, que levou à hipótese de que este era incômodo para a população de Chico City, e que existia apego ao lugar, visto que eram antigos trabalhadores da Atlantic Veneer vivendo há muitos anos nas casas. Porém, muitas das respostas dadas foram diferentes disso.

O objetivo desse estudo é analisar os efeitos do fato de grupos diferentes habitarem o mesmo espaço, o bairro, e como esse espaço foi modificado ao longo dos últimos anos, dando ênfase à situação de Chico City, que está inserido numa dinâmica de crescimento imobiliário, mas com características diferentes das demais áreas do bairro Colina de Laranjeiras. Além disso, pretende-se também analisar o que os moradores pensam dessas mudanças no espaço de seu bairro e entorno, a fim de avaliar, na visão dos entrevistados, se estas ocorreram em virtude de participação popular na vida de bairro ou são atribuídas ao crescimento imobiliário.

Considerando que o espaço constitui um produto social em permanente processo de transformação (Santos, 1985), entendemos a relevância dessa pesquisa por se tratar de um recorte analítico inédito no município de Serra, levando-se em consideração a categoria espaço e analisando suas modificações através do tempo no lugar, o bairro, com suas lutas e contradições. Chico City é um traço na formação de um município que se modifica, o que

ocasiona mudanças também em nosso recorte espacial. Assim, faz-se necessário pensar sobre o espaço, visto que este muda de acordo com eventos econômicos e sociais.

O bairro Colina de Laranjeiras é atualmente composto de uma população de mais alto poder aquisitivo, se comparado aos vizinhos, como o bairro Taquara e o próprio Chico City, apesar de existir no espaço desse bairro disparidades internas, conforme mencionado. Apesar da proximidade e para a prefeitura serem considerados um mesmo bairro, sabe-se que os interesses de Colina de Laranjeiras são outros, e que os habitantes da antiga vila ainda não tem a posse das casas, ou seja, a situação de dúvida quanto ao futuro persiste. Assim, pode-se falar em violência simbólica² e material por vários motivos. O primeiro deles é o próprio problema da posse da propriedade, ainda indefinida e que serve de instrumento de inculcação da incerteza na população residente em Chico City, e, portanto, de submissão aos interesses políticos das camadas dominantes.

Outro fator que pode caracterizar as violências simbólica e material vividas pelos habitantes de Chico City é a falta de serviços e equipamentos. Nesse caso, o poder público contribui para isto, pois a população precisa ir buscar em outros bairros os serviços de primeira necessidade como saúde e educação. Enquanto a Atlantic Veneer existia, uma escola e uma creche eram mantidas em Chico City. O fato de esses equipamentos terem sido desativados, por exemplo, pode ter sido uma estratégia de tentar afastá-los daquela área.

E ainda, há a questão da própria divisão interna do bairro Colina de Laranjeiras. A “fronteira” existente entre as duas partes do bairro é clara. Na parte nova, do loteamento, as casas são de mais alto padrão, com uso de muros, cercas elétricas e equipamentos de segurança, e ainda, há a presença de muitos condomínios fechados de casas e apartamentos, o que muda a configuração do espaço. Na antiga vila operária, grande parte das casas ainda é separada da rua por cercas ao invés de muros e muitas não foram modificadas ao longo do tempo, por haver um baixo capital econômico nessa população, mas também denotando outros modos de convivência.

Para cumprir os objetivos previamente apresentados, a metodologia utilizada nesse trabalho é, em primeiro momento, baseada em revisão bibliográfica sobre os temas tratados: o tema da

² “Os atos simbólicos sempre pressupõem atos de conhecimento e reconhecimento, atos cognitivos por parte daqueles que são destinatários. A violência simbólica é essa violência que extorpe submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em expectativas coletivas, em crenças socialmente inculcadas” (Bourdieu, 1996:184).

construção histórica de vilas operárias a partir das obras de Blay (1985), Rago (1997) e Piquet (1998); sobre o crescimento dos condomínios fechados a partir de Carlos (2004) e Souza (2008); abordagem sobre o bairro, principalmente à luz de Lefebvre (1975), Souza (1989), Seabra (2003) e Carlos (2004); um debate sobre o conceito de região na Geografia através das obras de Lacoste (1993) e Lencioni (1999); abordagem da relação entre o *habitus* e o habitar através de algumas obras de Pierre Bourdieu; e a relação de todos esses elementos com o espaço, utilizando Santos (1985) e Massey (2008), entre outros assuntos e autores.

Em um segundo momento, analisamos documentos da administração municipal de Serra e dados dos censos imobiliários realizados pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (SINDUSCON- ES) para a produção de tabelas e gráficos, além de mapas temáticos produzidos a partir do Sistema de Informações Geográficas (ArcGis 9.3). Também foi necessária a pesquisa bibliográfica sobre o município de Serra, através de trabalhos recentes, entre eles monografias e dissertações.

Em um terceiro momento aliamos os estudos empíricos à metodologia citada, por meio de entrevistas com moradores da área de estudo. Procuramos diversificar os entrevistados por idade, escolaridade, sexo, profissão, tempo de moradia no bairro, renda média e relação com a extinta empresa, além de pessoas ligadas à Associação de Moradores e também pessoas participantes ou não nas ações comunitárias. Quanto ao sexo e a idade, entrevistamos homens e mulheres de diferentes faixas etárias, conforme especificado na Tabela 1. As entrevistas tiveram caráter qualitativo e o objetivo era conhecer a história de vida de pessoas que ali vivem a fim de entender a relação deles com o lugar.

Adicionalmente, foram realizadas entrevistas com funcionários da prefeitura municipal, a fim de fazer um paralelo entre as informações obtidas na prefeitura com as leis existentes sobre regularização fundiária no Brasil. Para esta etapa também foram feitas pesquisas em jornais, acompanhando a história do local de estudo, bem como realizamos diversos trabalhos de campo.

Foram realizadas 16 entrevistas de caráter semi-estruturado³, a maioria delas gravadas. Porém, evitamos tomar nota das informações fornecidas no momento da entrevista, para que as pessoas tentassem ficar mais a vontade e agissem com naturalidade. Assim, em algumas entrevistas, surgiram assuntos que não estavam no roteiro e as pessoas tiveram a oportunidade

³ Roteiro das entrevistas no Anexo A.

de falar livremente. Porém, destacamos que muitos respondiam timidamente, principalmente no início das entrevistas, o que pode tê-los levado a repetir “discursos prontos” ou a não dizer coisas que realmente pensavam, o que pode ser uma limitação da entrevista como metodologia. Além disso, como as entrevistas eram de caráter qualitativo o que expressamos aqui é a visão dos entrevistados e não dos habitantes do bairro como um todo.

Tabela 1: Perfil dos Entrevistados de Chico City

Entrevistado	Sexo	Idade	Tempo de moradia no bairro	Situação profissional	Profissão na Atlantic Veneer*
Sra. H.	F	42	7	Servidora pública	NA
Sr. M.	M	46	7	Servidor público	NA
Sr. J.	M	74	30	Aposentado	Operador de moto-serra
Sr. B.	M	67	34	Aposentado	Encarregado de caldeira
Sra. R.	F	45	6**	Comerciante	Encarregada do setor de “juntadeira”
Sr. E.	M	68	30	Comerciante	Lubrificador
Sra. A.	F	57	19	Aposentada/comerciante	Cortava madeira na “guilhotina”
Sra. N.	F	59	27	Cuida de idosos	Operadora de “prensa”
Sra. T.	F	51	22	Dona de casa	Trabalhou na escola
Sra. F.	F	52	Não lembra	Auxiliar contábil	Escritório da empresa
Sra. L.	F	48	21	Dona de casa	Operadora de “juntadeira”
Sra. O.	F	69	35	Aposentada	Doméstica na casa dos donos
P.	M	22	22	Vendedor de loja	NA
D.	F	26	21	Secretária	NA
S.	F	24	22	Professora	NA
C.	M	42	11	Policia militar	NA

Fonte: entrevistas com moradores de Chico City.

*Considerando o trabalho em que permaneceu por mais tempo, pois muitos tiveram diversas funções na empresa.

**Morou em Chicópolis, saiu da empresa, mudou-se para outro estado e voltou a morar com os pais há 6 anos.

NA: Não se Aplica

As entrevistas duravam em média uma hora, porém, muitas ultrapassaram esse tempo. A entrevista com a Associação de Moradores foi a primeira, quando fizemos um campo de reconhecimento do bairro, ainda no início da pesquisa, portanto, as questões colocadas não foram as mesmas presentes no roteiro, elaborado posteriormente e construído em cada visita à campo. Os membros da associação sempre estiveram presentes quando solicitados, passando outras informações necessárias.

A maioria dos entrevistados pediu para não ser identificado, portanto, adotamos apenas uma letra do alfabeto para identificar todos os entrevistados, não necessariamente a primeira letra do nome, para evitar repetições. Além disso, as falas foram mantidas nas transcrições da maneira como foram ditas, sem correções, exceto quando a fala de alguma maneira dificultava o entendimento.

Não conseguimos entrevistar pessoas que compraram ou venderam suas casas de/a terceiros, nem moradores em outras situações, conforme detalharemos na seção 3.2.1. A partir das entrevistas, foram selecionadas sete categorias de respostas principais para as análises, conforme Anexo D. Porém, das 16 entrevistas realizadas só consideramos 13 na análise das categorias, desconsiderando para esta análise os dois membros da Associação de Moradores, que entrevistamos no primeiro campo realizado, e um outro morador que participou de parte da conversa com uma vizinha, não tendo portanto, a possibilidade de análise das categorias elencadas.

Também fizemos tentativas de aplicar questionários em todas as casas, conforme modelo (Anexo B). O propósito era traçar o perfil sócio-econômico dos moradores de Chico City e entender a relação deles com o bairro. Porém, das 115 casas existentes no bairro, conseguimos aplicar apenas 22 questionários. Muitos moradores não aceitaram receber a equipe de aplicação dos questionários, e percebemos que principalmente os que não trabalharam na empresa não aceitaram responder. A maioria perguntava se o entrevistador era da prefeitura, o que nos fez chegar a conclusão de que como sofreram ação de despejo diversas vezes, pensavam que era novamente uma situação desse tipo. A partir disso, definimos estratégia diferente: deixar os questionários com a Associação de Moradores do bairro. Porém, identificamos que não conseguiríamos o resultado esperado, visto que as pessoas não falavam o que realmente pensavam, pois, por exemplo, questões sobre as mudanças que ocorreram no bairro eles atribuíam sempre ao trabalho da Associação de Moradores, sendo que nos questionários aplicados por nós as respostas estavam muito relacionadas ao fato de ter surgido o novo bairro Colina de Laranjeiras. Assim, atribuímos ao medo e a insegurança da população o fato de não conseguirmos aplicar os questionários elaborados.

Ao nos depararmos com esses problemas, decidimos que a aplicação de questionários talvez fosse possível com mais tempo disponível, o que a pesquisa não dispunha. Por isso, usamos apenas algumas respostas dadas às questões abertas, pois não havia possibilidade de representatividade estatística pelo número de questionários aplicados.

Ao final, decidimos utilizar os dados de uma pesquisa realizada pela Companhia Habitacional (COHAB) e pela Prefeitura Municipal no ano de 2003, fornecida pelos membros da Associação de Moradores, onde era possível identificar alguns aspectos do perfil sócio-econômico da população de Chico City.

O presente trabalho está dividido em três Capítulos. O primeiro capítulo, “O habitar, o *habitus* e o bairro” faz uma discussão sobre a noção de *habitus* de Bourdieu (1994), relacionando esse conceito ao habitar. A seguir, relaciona a discussão anterior ao crescimento dos condomínios fechados em muitas cidades no Brasil, inclusive na cidade de Serra. Este capítulo contém ainda uma apresentação teórica sobre a construção de vilas operárias no Brasil como uma das medidas para tentar solucionar o problema da moradia no país, porém, com o objetivo de manter a ordem dentro e fora dos muros da fábrica e também sobre a política de construção de conjuntos habitacionais no Brasil em um dado momento histórico. Ao final do capítulo, há uma discussão sobre bairro, apoiada em autores já citados que escreveram sobre o assunto.

O segundo capítulo, intitulado “O município de Serra e a ‘Região’ de Laranjeiras” tem como objetivo contextualizar a área de estudo de maneira mais ampla: o município de Serra e a “região” de Laranjeiras, a fim de tentar explicar o crescimento deste e o surgimento de novos bairros nessa “região”. Há neste Capítulo também uma discussão sobre o conceito de região na Geografia, visto que citamos aqui diversos tipos de “regionalizações” diferentes. O crescimento imobiliário do município é analisado através de levantamentos feitos pelo SINDUSCON-ES (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo) e também de trabalhos de campo. O papel do poder público nas mudanças recentes do bairro Laranjeiras e no município de Serra também é aqui considerado. Todas essas mudanças têm estreita relação com Chico City e são importantes para entender as modificações no espaço do bairro e suas questões atuais.

O terceiro capítulo, “Chico City e Colina de Laranjeiras” detém-se em nosso objeto de estudo, a antiga vila operária de Chico City, através da análise de documentos, reportagens de jornais, entrevistas, conversas informais e visitas a campo. Apresentamos também o bairro Colina de Laranjeiras, no qual Chico City está oficialmente inserido. O objetivo é analisar se a coexistência causa algum tipo de conflito nessa relação entre bairro de classe média e de antiga vila operária, bem como discutir quais foram as mudanças do espaço e as consequências para a população de Chico City. Além disso, analisamos também a participação popular nas diversas ações promovidas pela Associação de Moradores, a fim de entender a que eles atribuem as mudanças que tiveram nos últimos anos. Após isso, há uma análise do espaço social, as distinções sociais e a visão que os moradores de Chico City têm desse crescimento imobiliário que os cerca por todos os lados. Finalmente são apresentadas as considerações finais bem como a indicação para estudos futuros.

CAPÍTULO 1: O HABITAR, O *HABITUS* E O BAIRRO

Buscaremos no que segue, fazer uma associação entre alguns conceitos, particularmente no que diz respeito à correlação do lugar de moradia, o “habitat” (ou habitar), com o *habitus*, a partir de Pierre Bourdieu. O propósito é de contribuir para a compreensão das disposições sociais dos indivíduos inscritas no espaço, por meio do tipo de moradia ou habitação onde vivem, e como elas se reproduzem e se reafirmam dando ao lugar habitado uma característica, uma função e uma estrutura que possam elucidar as relações internas e externas ao bairro. Assim, tentar-se-à articular essas condições sociais e espaciais de re-produção com o recorte espacial escolhido para o estudo e suas diferentes características.

O objetivo é fazer uma relação do habitar com o *habitus* e associar essa discussão a diferentes maneiras de habitar o espaço da cidade, elencando formas diferentes de moradia que contribuíram ou ainda contribuem para a formação do espaço urbano do município estudado, bem como, pretende debater os conceitos de lugar e de bairro como espaços de relações sociais concretas.

1.1. Habitar e *habitus*

Vários autores estudaram o *habitus* através das obras de Pierre Bourdieu em diferentes áreas. Setton (2002) faz um estudo desse conceito com relação à família, à escola e às mídias, que são, segundo ela, instâncias socializadoras que coexistem numa intensa relação de interdependência. Fala em *habitus* como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas e permite pensar as características de uma identidade social. Segundo esta autora, o *habitus* é concebido como:

[...] um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (SETTON, 2002:63).

O conceito de *habitus* de Bourdieu surgiu da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais, através de pesquisas na Argélia e entre camponeses da região de Béarn, na França. Assim, o *habitus* deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam.

As condições de existência, as condições de vida de cada um, lhe propiciam um estilo próprio, lhe asseguram uma visão de mundo particular e lhe dão um *habitus* próprio, ou seja, um "sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto" (Bourdieu, 1994:82). Significa dizer que um estilo de vida como *habitus* implica mais em "gostos", aquisição dos capitais cultural, social e econômico⁴ e depende das condições nas quais foi produzido. De acordo com Bourdieu (1994:82), "às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência". Sendo assim, o "gosto" é uma marca do processo de distinção, e pode ser considerado de luxo ou de necessidade. Os gostos de luxo são aqueles facilitados pela posse do capital econômico, enquanto os de necessidade levam à idéia de consumo do que realmente é necessário.

Segundo Bourdieu, o estilo de vida pode se tornar uma "estilização de vida", quando cresce a distância objetiva com relação à necessidade. Essa "estilização de vida" é definida como a "decisão sistemática que orienta e organiza as práticas mais diversas, escolha de um vinho e de um queijo ou decoração de uma casa de campo" (Bourdieu, 1994:87). Pode-se incluir, neste caso, a escolha da moradia.

O espaço habitado exige de seus ocupantes condições para que estes se sintam parte dele. Essas condições são relacionadas a aspectos de comportamento ou aspirações. Certos espaços exigem a posse não só de capital cultural e econômico, mas também do capital social, proporcionando aquilo que Bourdieu chama de *efeito de clube*. Os lugares da elite

⁴ Bourdieu (1996) fala em diferentes tipos de capital, como os capitais econômico, cultural e social. O capital econômico é aquele do acúmulo de capitais, que representam as posses, o "poder econômico"; já o capital cultural, em poucas palavras, seria aquele adquirido principalmente através da vivência na família e nas relações sociais, passando seus conhecimentos e sua cultura, seu modo de ser. E esse capital cultural não é adquirido apenas pelo nível de instrução, mas tem ampla relação com a "educação familiar" e sua posição social. Assim, segundo o autor supracitado, não é a posse de capital econômico que define necessariamente o capital cultural. No entanto, os capitais cultural e social são determinados pela posição no interior das classes sociais (dominadas e dominantes) dos indivíduos.

consagrariam simbolicamente os seus habitantes, assim como os lugares das classes dominadas degradariam simbolicamente os seus habitantes.

[...] [em] certos espaços, e em particular os mais fechados, os mais “seletos”, existem não somente capital econômico e capital cultural, como também capital social. Eles proporcionam capital social e capital simbólico, pelo *efeito de clube* que resulta da associação durável (nos bairros chiques ou nas residências de luxo) de pessoas e de coisas que, sendo diferentes da grande maioria, têm em comum não serem comuns, isto é, na medida em que elas excluem, em direito [...] todos os que não apresentam todas as propriedades desejadas ou que apresentam uma (pelo menos) das propriedades indesejáveis (BOURDIEU, 1998:165-166).

Para este trabalho, utilizaremos os termos classes dominantes não só no sentido marxista, mas para as mais dotadas de capital econômico, social e cultural, as “elites”; e classes dominadas, para as que detêm menor quantidade desses capitais. Também utilizamos o termo classe média para designar os grupos detentores de algum tipo de capital, por exemplo, o capital cultural, porém, não tão provido de capital econômico como as classes dominantes. Admitimos, porém, que os indivíduos podem se deslocar no espaço social (BOURDIEU, 2008).

Assim, o *habitus* está ligado à relação existente entre agente e sociedade, que por sua vez está relacionada ao conceito de campo. Para Bourdieu, na leitura de Setton (2002:64), “campo seria um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais, espaço de disputa e jogo de poder”. A sociedade, portanto, é composta por vários campos, vários espaços sociais dotados de relativa autonomia, mas regidos por regras próprias. Portanto, “todo campo, enquanto produto histórico, gera o interesse, que é condição de seu funcionamento” (Bourdieu apud Setton 2002:54). A posição de cada um nessa estrutura representa um tipo de poder material e simbólico.

Levando-se em consideração que o espaço é produto de inter-relações e constituído através de interações, este trabalho tem o espaço como importante categoria de análise. Segundo Massey (2008), o espaço é a esfera da possibilidade, da existência da multiplicidade. Em estudos urbanos, é importante o estudo do espaço pela heterogeneidade do urbano, pela coexistência de diferenças. Além disso, o espaço está sempre em construção, e é o produto de inter-relações.

Assim, mudam-se as relações, muda o espaço que por sua vez modificado, produzirá novas relações. Há também a existência da coetaneidade (Massey, 2008), que sugere a coexistência

de coisas do passado com o presente. Isso porque, é impossível separar o espaço e o tempo, de acordo com esta autora. Ou seja, não se pode pensar no espaço como algo “fechado”.

[...] compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da existência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço (MASSEY, 2008:29).

Todos esses conceitos se relacionam com o objeto de estudo deste trabalho. A questão do “habitar” está muito presente em Chico City, a antiga vila operária da qual trata este estudo. E o espaço de vivência dos moradores desta antiga vila contrasta com o espaço de seus vizinhos. Há diversas formas de violência simbólica, que de acordo com Bourdieu (1996:184) é a violência “que extorque submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em expectativas coletivas, em crenças socialmente inculcadas”. Voltaremos a falar da relação *habitus*-habitar nas seções seguintes.

No Capítulo 3 apresentaremos Chico City e o bairro Colina de Laranjeiras, onde a antiga vila está oficialmente inserida. O surgimento deste bairro é importante para compreender as modificações no espaço. Antes, porém, analisaremos algumas das formas de habitação existentes no município de Serra, entre elas os conjuntos habitacionais e os condomínios fechados, além de um histórico sobre vilas operárias na perspectiva de uma homologia entre esses “espaços fechados” e os espaços da auto-segregação. Isso nos dará elementos para debater a relação entre, de um lado, os condomínios e, de outro lado, o antigo espaço fechado do “habitat” de operários.

1.2. O habitar

O objetivo nessa seção é apresentar brevemente algumas formas do habitar. Foram escolhidas para discussão as formas de moradia relacionadas ao nosso objeto de estudo e que tiveram importância na formação do atual tecido urbano do município de Serra, que será apresentado de maneira mais detalhada no capítulo seguinte. Acrescentamos que não são as únicas formas de moradia que existem no município.

De acordo com Gonçalves (2010), as formas de moradia no município de Serra se originaram principalmente através de loteamentos populares, muitos ainda irregulares, parcelamentos ilegais e conjuntos habitacionais. Pelo fato de nosso objeto de estudo se tratar de uma antiga vila operária, apresentaremos a seguir uma breve revisão bibliográfica sobre esse tipo de moradia no Brasil, e também sobre os conjuntos habitacionais e os condomínios fechados, tentando relacionar essas formas de moradia aos conceitos previamente apresentados.

1.2.1. Vilas Operárias: uma perspectiva histórica

A construção de moradias junto a empresas é uma prática histórica no Brasil, que a partir da segunda metade do século XIX se expandiu em cidades ou localidades rurais. É uma forma clientelista e paternalista de se exercer o controle sobre empregados. De acordo com Blay (1985), essas moradias para operários eram construídas a fim de reduzir o custo de reprodução da força de trabalho. Diz ainda que as vilas operárias eram uma das soluções encontradas pelos patrões para resolver o problema da moradia da força de trabalho empregada na emergente indústria brasileira (BLAY, 1981).

Blay (1985) faz uma comparação das vilas operárias com a senzala, dizendo que no período escravocrata, o proprietário destinava uma parte do terreno à construção da senzala. Assim, o proprietário protegia sua “mercadoria” através da habitação. Em outro trabalho (Blay, 1981) ao tentar explicar a diferença entre “vila” e “vila operária”, diz:

Não é a existência de um único modelo arquitetônico que distingue as vilas operárias das demais; elas variam no tamanho, desenho, disposição. O que lhes confere semelhança e distinção é a forma de propriedade num dado momento histórico (BLAY, 1981:144).

De acordo com a autora, já em 1853, as fábricas Todos os Santos, na Bahia, e Andaraí Pequeno, no Rio de Janeiro construíram dormitórios para seus empregados não especializados, a fim de atrair e reter a força de trabalho. Em 1866, a Fábrica Fernão Velho (Alagoas), construiu além dos dormitórios uma pequena enfermaria e um refeitório. Situações semelhantes ocorreram em outras partes do país. A Companhia Petropolitana, no Rio de Janeiro, em 1874 construiu casas para os operários estrangeiros, enquanto que para os brasileiros eram oferecidos colchões, camas e objetos caseiros.

É importante ressaltar que esses casos ocorreram ainda no período escravocrata, introduzindo-se uma nova relação de trabalho. Como a implantação do capitalismo industrial exigia a formação de uma força de trabalho livre, os empresários anteciparam o Estado no fornecimento de alguns bens de consumo coletivo. E a partir daí, a burguesia pode impor também parâmetros a serem seguidos pelos operários.

No final do século XIX o custo de uma moradia facilmente absorvia a metade da remuneração de um trabalhador, e a grande maioria dos chefes de família não eram proprietários das casas que habitavam (Blay, 1985). Assim, no caso de São Paulo, junto à expansão econômica da cidade e ao enorme contingente populacional tem-se uma elevada demanda habitacional. A partir do século XIX é que começou efetivamente a se construir vilas operárias. Em 1892, foi inaugurado em Salvador o Empório Industrial do Norte, uma fábrica de tecidos. De todo o conjunto industrial fazia parte uma vila operária com 258 casas, além de escola, enfermaria, entre outros serviços (Blay, 1985). Nesse período, na visão da autora, não se pode falar ainda em produção industrial da moradia devido à tecnologia existente à época, mas a burguesia investe na construção de casas para aluguel, dinamizando o setor da construção.

Ao oferecer quartos para dormir, os empresários da época ofereciam também valores a serem cumpridos, de acordo com o desejo da burguesia. Ou seja, o processo de habitar é utilizado por esta classe como forma de transmissão de “novos valores” (BLAY, 1985).

Transmite-se uma dupla mensagem, a valorização do trabalho livre num período em que só os escravos trabalhavam, e um destino aos filhos de famílias pobres. A duplicidade não se estanca aí. Pois os valores exaltados são bons para a camada trabalhadora que se quer formar e não para os filhos da camada burguesa: dignidade, moral, honestidade têm sentidos diferentes conforme se trate da preparação do futuro da burguesia ou do operariado (BLAY, 1981:149).

A princípio, a cidade é o *locus* por excelência da localização industrial, porém, principalmente no fim do século XIX e início do XX, a cidade não se constituía em um lugar privilegiado para a localização industrial, ocorrendo um relativo isolamento da produção. Se a cidade tem infra-estrutura, a empresa tende a investir no empreendimento em si, não sobrecarregando os custos fixos. Se não dispõe dessa infra-estrutura, tem que tomar isso como parte das condições gerais de produção, e os custos fixos se elevam. Assim, no Brasil, esse isolamento da atividade industrial mostrou seus limites.

Esse relativo isolamento da atividade fabril em determinados núcleos autônomos revelava, no caso específico do Brasil, os limites da atividade industrial, seja no que concerne aos capitais nela envolvidos, seja quanto aos mercados consumidores para

a qual era voltada, seja no que se refere à infra-estrutura produtiva que impunha sérias restrições ao raio de abrangência da produção (PIQUET, 1998:15).

Pode-se dizer que os parâmetros locacionais variam de acordo com o segmento industrial. A atividade industrial inicial no Brasil era de bens de consumo popular, como tecidos, pães, massas, entre outros. Esses segmentos mais simples, que utilizam pouca energia elétrica, normalmente se concentravam nas áreas urbanas centrais, enquanto os segmentos mais complexos se instalavam nas periferias dos maiores centros urbanos, ou seja, mais isolados. Serviços como água e energia eram privados e com preços de monopólio. Portanto, no início da industrialização brasileira as condições oferecidas pelas cidades eram insuficientes, fazendo com que as empresas procurassem alternativas para suas necessidades. Isso justifica o fato de as indústrias terem surgido em diferentes pontos do território brasileiro. Assim, os parâmetros locacionais podem ser explicados pela presença de fontes de matérias-primas, energia natural e mercado consumidor, mesmo que incipiente.

É portanto, o “despreparo” das cidades brasileiras que leva as empresas, a despeito do bem final para o qual estavam destinadas, a conter setores especializados, tais como reparação de equipamentos, geração de energia e, até mesmo, provimento de moradia para a sua força de trabalho (PIQUET, 1998:18).

Com o crescimento industrial, surgem nas cidades as favelas, os mocambos e os cortiços, moradias típicas das massas trabalhadoras. De acordo com Piquet (1998), no início do século XX o proletariado industrial já era parcela significativa da população. Isso também leva à idéia de que as vilas operárias foram construídas como forma de controle.

[...] o operário era concebido pela burguesia como um agitador e marginal perigoso ou, na melhor das hipóteses, como um ignorante que necessitava da “proteção” dos capitalistas. Tanto em um caso, como no outro, era concebido como marginal: “bandido” ou “pobrezinho”, era necessário reprimi-lo ou controlá-lo dentro e fora da fábrica (HARDMAN; LEONARDI, 1982:193).

Combinada ao objetivo de manter a ordem, a construção de vilas operárias também possibilitou a ação dos higienistas na organização das cidades, visto que as classes mais pobres eram vistas como as responsáveis pelas doenças. As mudanças, portanto, chegaram às fábricas e às casas dos trabalhadores.

A estratégia norteadora da intervenção dos higienistas sociais na remodelação da cidade consiste, então, em separar os corpos, designando a cada um deles um lugar específico. O esquadramento “científico” rigoroso da população trabalhadora facilita a empresa de desodorização das casas e das ruas, interdita os contatos muito estreitos, permite exercer um controle “científico-político” do meio. Destruir os miasmas é também destruir os odores da corrupção moral. O burguês desodorizado

vê nestes lugares de amontoamento dos pobres o perigo das emanações pútridas, da massa dos “vapores” acumulados pela reunião de massas confusas e misturadas. Esta política sanitária de descongestionamento dos corpos define a produção do espaço urbano e, ao mesmo tempo, determina a invasão da casa do pobre, impondo-lhe novos regimes sensitivos e uma outra disciplina corporal (RAGO, 1997:165-166).

De acordo com esta mesma autora, em 1931 aconteceu no Brasil o 1º Congresso de Habitação, onde a casa era considerada como responsável por “comportamentos desviantes, como a prostituição e o crime, que revelam a baixa moralidade das populações pobres (RAGO, 1997:193). Por este motivo, a questão da habitação popular foi colocada como um entrave ao progresso econômico. Por não ter “um lar aconchegante e feliz”, as conseqüências, segundo esse Congresso, é que “o operário busca o boteco e o cabaré para se refugiar da casa insalubre e nojenta; no álcool e no jogo, procura as compensações que lhe faltam dentro do ambiente doméstico, quer divertir-se e esquecer” (RAGO, 1997:196).

Engels (1983) já falava sobre as vantagens na construção de alojamentos pelos industriais para operários. Segundo ele, ao cobrarem aluguéis a preços de mercado, os donos de imóveis não tinham os principais riscos provenientes dessa prática: o não recebimento ou a não-ocupação da casa. Ao mesmo tempo, em alguns casos, os industriais cobravam aluguéis acima do preço de mercado, tendo um duplo mecanismo de extração da mais-valia.

Porém, em muitos casos, os aluguéis eram baratos, inferiores ao preço de mercado, ou até mesmo “simbólicos”. Isso mostra que não são apenas interesses econômicos imediatos em jogo, mas também de controle, que se inserem na economia política mais ampla da exploração do trabalho pelo capital.

[...] como o controle da fábrica e da vila pertencia ao mesmo agente social, a vida operária nessas vilas era o prolongamento da rígida disciplina imposta pelo regime de trabalho fabril. A proximidade da produção e da reprodução assegura a assiduidade dos operários, assim como sua pontualidade (PIQUET, 1998:22).

Sobre isto, Rago (1997) diz que nessas vilas eram utilizados diversos mecanismos coercitivos, atuando com objetivo de determinar a produção de comportamentos disciplinados e produtivos. Cita como exemplo a variação dos salários, intimidação pessoal, remuneração muito baixa, “listas negras” e ainda identificação policial nos livretes, onde os empresários e a polícia possuem informações sobre a história pessoal e profissional do trabalhador. De acordo com esta autora, essas formas de disciplinarização são utilizadas para que “o trabalhador

interiorize a vigilância do ‘olho do poder’, muito mais do que seja realmente vigiado, à medida que a lógica da disciplina fabril se sofisticava com a mecanização” (p. 26). Assim:

Do império da violência física e direta exercida no âmbito da fábrica, onde o industrial ditava irreverentemente as normas de conduta, procurando padronizar os comportamentos segundo sua vontade, determinando os horários, os salários e todas as formas de relacionamento entre capital e trabalho, passa-se progressivamente para a introdução de novas técnicas moralizadoras, disciplinas doces e suaves (RAGO, 1997:19).

Havia também o controle da ideologia dominante, como por exemplo, através da religião. Sobre o uso da religião, Rago (1997) diz:

Ao nível estritamente econômico, definindo onde, como e o que consumir, ao nível moral pela imposição de todo um código autoritário de condutas: freqüentar assiduamente a igreja, onde as noções de tempo útil, trabalho, disciplina, produtividade/pecado/culpa, condenação da ociosidade são veiculadas. A educação também cumpre a função de determinar os comportamentos racionais: o amoldamento das “consciências infantis à submissão do domínio clérico-capitalista” (RAGO, 1997:184).

Assim, a vila operária era tida como fator de intermediação das relações de produção. A casa representava uma “forma de reduzir o preço da força de trabalho, ampliar a capacidade de acumulação e induzir o trabalhador a permanecer no emprego” (BLAY, 1985:53).

Portanto, do ponto de vista do salário, é lícito esperar que a empresa podia empreender dois tipos de política: 1. Manter salários baixos e oferecer a casa a preço baixo, obtendo então uma redução no dispêndio monetário pela redução dos salários nominais; 2. Manter salários baixos e elevar os aluguéis, provocando com isso uma maior redução dos salários nominais (BLAY, 1985:19).

Na primeira situação, com a redução dos gastos com salários ao mesmo tempo garantia-se um dos meios de reprodução da força de trabalho ao oferecer a casa a baixo custo, a empresa poderia esperar um resultado imediato, ou seja, “aumentar a acumulação de capital, contendo seus gastos em capital variável (salários) e canalizando a maior parte dos recursos em capital fixo (máquina, matéria-prima)” (Blay, 1985:19). E na segunda situação:

[...] ela esperaria acelerar a acumulação de capital obtendo uma taxa de mais-valia maior e mais rapidamente. Isto à custa de uma dilapidação também muito maior da força de trabalho, à medida em que esta sofresse uma redução concomitante do salário nominal e do salário real (BLAY, 1985:19).

Assim, quando empregador e empregado tem suas relações de produção mediatizadas pela casa, esta passa a ser um instrumento de dominação para com os trabalhadores e ao mesmo

tempo, um instrumental de reivindicação por parte dos mesmos. O seguinte trecho, sobre o caso de São Paulo, ilustra a primeira situação:

Ao construir suas vilas operárias, o industrial não está apenas tentando superar uma lacuna que, eventualmente, poderia ser solucionada pelo poder público. Ele está, antes de mais nada, construindo um instrumento que o ajude a pressionar a força de trabalho num período de freqüentes crises de mercado e de conflito nas relações de trabalho (BLAY, 1985:97).

Ou seja, a casa passa a ser instrumento de coação, como a autora cita o exemplo da greve dos ferroviários de Jundiaí em 1906, em que houve ameaças para que os grevistas voltassem ao trabalho, pois ameaçaram com o despejo das casas em que moravam na vila operária. Assim, numa atitude paternalista, aparentemente preocupada com o bem-estar dos operários, a finalidade dos empresários é de formar um padrão de comportamento.

A vila operária, ou a casa na vila operária, constitui o elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força. Quando a casa é ofertada ao trabalhador ela passa a interferir nas relações de produção. Ela tem, ao lado do valor de uso, um valor de troca (BLAY, 1985:11).

As vilas operárias respondem aos interesses da acumulação, pois “garantem um mercado cativo de mão-de-obra; permitem um controle ampliado do capital sobre sua força de trabalho, através da dominação ideológica e política” (PIQUET, 1998:23). E de acordo com Rago (1997:35) “a atuação patronal foi marcada ambigüamente pela intenção de proteger os trabalhadores que viviam em condições deploráveis, mas ao mesmo tempo, de controlar e disciplinar todos os seus hábitos”.

As transformações ocorridas no Brasil na inserção do país no sistema capitalista mundial, que passou de país agro-exportador para industrial, tornaram possíveis uma maior presença do Estado e uma crescente especialização dos capitais. A partir daí foram regulamentadas as leis trabalhistas e estabelecido o salário mínimo. Isso significou uma redefinição das relações entre trabalho, capital e Estado, pois:

[...] libera o capital de certas responsabilidades para com o trabalhador em troca de um salário supostamente mais elevado, com o qual o trabalhador administraria diretamente sua sobrevivência. Enquanto o Estado assume alguns itens do custo de reprodução da força de trabalho, tais como aposentadoria e assistência à saúde, outros são repassados ao próprio trabalhador, entre eles a provisão de moradia, sem dúvida um dos principais (PIQUET, 1998:24-25).

A partir da crise de 1929, houve uma nova forma de crescimento industrial. Nas décadas de 1940 e 1950, o país começou a produzir insumos básicos, e teve início a implantação da

grande siderurgia e da produção cimenteira. Esses foram marcos importantes para o país, pois representou seu ingresso como país industrializado, visto que a siderurgia relacionava-se a resolução de problemas de transporte ferroviário e desenvolvimento dos demais setores da indústria.

A implantação desse novo segmento industrial, ao promover uma mutação na economia brasileira, originará um novo estilo de cidade-empresa, não mais associada à figura do empresário (pessoa física), mas à empresa enquanto instituição (PIQUET, 1998:25).

Em meados da década de 1950 a indústria brasileira se diversifica ainda mais, com a implantação da indústria automobilística, gerando uma nova mutação na economia. Assim, a economia brasileira “passa a ter seu processo de acumulação basicamente determinado pela expansão e diversificação do setor industrial” (PIQUET, 1988:28). Cabe acrescentar que esse processo ocorreu em diferentes momentos e de diferentes formas de uma região para outra.

Esse novo perfil industrial requer grandes investimentos em infra-estrutura, que no caso brasileiro é gerado pelo Estado. Foram criadas empresas públicas que se tornaram fornecedoras de insumos básicos como energia, combustíveis, siderurgia e química básica. Como exemplo, é possível citar a Petrobrás, Centrais Elétricas de Furnas, entre outras. A intervenção estatal vai sendo moldada e direcionada pelos interesses do grande capital. Os investimentos públicos têm como prioridade clara a indústria. Nessa época, havia um entrave no desenvolvimento industrial brasileiro: o atraso no setor energético, e este também recebe grandes investimentos públicos.

[...] os investimentos voltados para as condições de reprodução da força de trabalho – habitação, esgoto, transportes coletivos etc – não são priorizados, pois concorreriam com os gastos públicos dirigidos ao atendimento dos interesses imediatos do capital industrial (PIQUET, 1998:29).

A década de 1970 constituiu uma nova mutação na economia brasileira, com a instalação de grandes projetos e investimentos em infra-estrutura energética, de transportes e comunicação, além da extração de recursos naturais. Esses novos setores apresentavam uma lógica locacional no espaço diferente das do período anterior. Os principais setores em expansão, como petroquímico e celulose, por exemplo, localizam-se de maneira isolada, exigem mão-de-obra especializada, “o que implicará na transferência e/ou contratação de pessoal externo à região e em toda uma série de investimentos em infra-estrutura de comunicações e transporte” (PIQUET, 1998:32).

Por isso, muitas empresas implantavam “cidades-empresa” que eram capazes de dar suporte à produção, além de abrigar e manter a força de trabalho. Esse processo poderia variar de acordo com o grau de consolidação da região.

Esses empreendimentos construídos tornam-se pólo de atração para o fluxo migratório, induzido pela possibilidade de emprego. A mão-de-obra qualificada é absorvida, as demais não. Isso conduz ao surgimento das “cidades satélites”. Segundo Piquet (1998), a implantação das modernas cidades-empresa gera, assim, problemas específicos de duas naturezas: os referentes às relações com a região onde se localiza e os de ordem interna.

Sobre o primeiro problema, a autora diz que esse fluxo migratório gerava um aumento do desemprego local/regional (Piquet, 1998:35). A autora questiona se é possível atribuir ao empreendimento este tipo de problema. Discute que isto decorre do quadro nacional do mercado de trabalho, pois com um contingente tão grande de desempregados e subempregados, a tendência é que sejam atraídos pelo novo empreendimento, o que gera as “cidades satélites”. Assim, a diferença entre a cidade planejada pela empresa e as do entorno são visíveis, principalmente com relação à infra-estrutura. Porém, apesar da diferença, existe uma relação de complementaridade, pois apesar de estarem espacialmente separados, constituem um único núcleo urbano, visto que é dessas “cidades informais” que se recruta a mão-de-obra necessária aos serviços menos qualificados.

[...] muitas empresas rejeitam esses assentamentos, não reconhecendo que deles provêm seus empregados de “segunda categoria”, que estes não oneram a empresa no que respeita às condições de reprodução (habitação, escolas, hospitais) e garantem, também, uma força de trabalho barata e pouco exigente no desempenho das tarefas mais pesadas das famílias residentes no núcleo privativo da empresa (PIQUET, 1998:36).

Quanto aos problemas de ordem interna, a autora diz que as cidades-empresa passam a ser a extensão da esfera da produção. Devido ao fato de a empresa ser a proprietária das moradias e dos equipamentos coletivos, as regras não se limitam apenas à área da produção. Além disso, o convívio de um grupo com características semelhantes interfere na qualidade dos relacionamentos, que tendem a se tornar superficiais, a fim de tentar preservar seu espaço, pois além do controle da empresa havia também o controle por parte dos vizinhos, conforme relata Piquet (1998:38): “O convívio prolongado com um mesmo grupo de pessoas, uma característica de comunidades fechadas, determina a emergência de mecanismos de controle social, que significam um verdadeiro policiamento dos comportamentos individuais”.

Para os pais, a cidade-empresa é vista como um paraíso para as crianças, porém, de acordo com Piquet (1998) pode ser prejudicial para o futuro dessas, que não conhecem a realidade urbana moderna brasileira, pelo fato de estarem próximas à escola, à área de lazer, e viver em um grupo relativamente homogêneo. Assim, embora sabendo que são controlados pela empresa e pelos vizinhos, “sentem-se segmentos privilegiados da força de trabalho e interpretam o caráter transitório da vida nessas comunidades como uma oportunidade de trabalho semelhante, ou até superior, às que teriam em qualquer outra cidade” (PIQUET, 1998:39).

É possível citar alguns exemplos de cidades-empresa no estado do Espírito Santo, além da estudada no presente trabalho. O caso mais conhecido é o da Aracruz Celulose S.A., instalada no município de Aracruz, norte do estado. O Grupo Aracruz começou a ser implantado em 1967, com a compra de terras (em muitos casos anexações de terras das populações tradicionais tais como indígenas e quilombolas), para posteriormente dar início à produção de celulose. De acordo com Maracci (2008), as grandes extensões de plantios de eucaliptos tomaram lugar de grande parte da Mata Atlântica, além de ocuparem territórios ancestrais dos Guarani, dos Tupiniquim, de quilombolas e camponeses, o que gerou uma série de conflitos no norte do Espírito Santo.

Foram feitos estudos sobre o mercado de celulose, a fim de implantar uma empresa no ramo. A partir daí, foi feita a escolha do local (DALCOMUNI, 1990).

[...] foi selecionado o município de Aracruz, alegando-se condições edafo-climáticas favoráveis ao desenvolvimento de florestas e eucalipto, por representar uma região de atividades economicamente inexpressivas, topografia plana favorável à mecanização, privilegiada localização quanto ao sistema viário, próximo ao principal pólo de desenvolvimento do estado, Vitória, e próximo ao mar, o que facilitaria a construção de porto para a exportação do produto (DALCOMUNI, 1990:188).

E de acordo com PIQUET (1998):

A implantação do complexo industrial da Aracruz Celulose S.A. (base florestal, fábrica e terminal marítimo), no município de Aracruz, no Espírito Santo, até então um obscuro e pobre município de base econômica agrícola e madeireira, [sic] provoca uma mutação em sua estrutura socioeconômica. Com a indústria, o município passa a contar com energia elétrica, sistema de telefonia DDD/DDI e são incluídas as ligações asfálticas à BR 101 e o acesso a Vitória. A vila residencial fechada, de alto padrão e contando com todos os equipamentos urbanos de uso coletivo, é construída na década de 80 em área distante cerca de 25 km da sede municipal (PIQUET, 1998:33).

Essa empresa se instalou no norte do Estado na época de erradicação dos cafezais. Em 1966, o Governo Federal criou condições fiscais de estímulo ao setor florestal, o que deu início ao plantio em massa de eucaliptos no Espírito Santo, pois a celulose foi eleita como um dos principais insumos básicos a serem produzidos no país.

Com a mudança no padrão econômico até então rural, ocorreu um êxodo em direção à sede do município e para o povoado de Barra do Riacho, onde a fábrica foi instalada, fazendo com que essas áreas crescessem de forma desordenada, o que tem como consequências diversos problemas urbanos. Com todos esses problemas, e sendo necessária a contratação de pessoal qualificado de fora daquela região na etapa de operação da fábrica, justificou-se a construção de um bairro exclusivo para uso desse quadro de trabalhadores especializados. E a partir de 1975, iniciam-se as obras do bairro Coqueiral, em área próxima ao mar, portanto com boa ventilação, mas fora da direção dos ventos predominantes por conta do odor exalado pela produção, não muito distante da fábrica e boas condições para captação de água.

Assim, o bairro do Coqueiral, considerado pela empresa o *cartão de visitas* de sua política social, apresenta uma concepção que, de forma clara, o inscreve nos casos típicos de cidade-empresa, posto que em função do perfil funcional da unidade fabril é que foram definidos os setores residenciais, as tipologias habitacionais, bem como o dimensionamento dos equipamentos coletivos urbanos (PIQUET, 1998:117).

A empresa assume totalmente a implantação da infra-estrutura e a prestação dos serviços coletivos urbanos. O bairro Coqueiral já nasce com todos os itens e serviços básicos essenciais a uma cidade. Porém, a partir de 1980, a empresa desmembrou uma área para venda a terceiros, e estes foram utilizados para a instalação de pequenos negócios, para tentar suprir as necessidades de alguns serviços que os moradores não dispunham. A partir daí, verifica-se um início do processo de abertura do bairro, pois manter o bairro e todos os serviços contidos nele era oneroso para a empresa. Porém, no caso dessa cidade-empresa, devido inclusive a fatores naturais, a inserção dela na malha urbana do município até hoje não aconteceu.

O projeto executado apresenta uma estrutura *fechada* e essencialmente estática, demonstrando que foi concebido exclusivamente como um apêndice da fábrica. A estratificação funcional que caracteriza a atividade produtiva é reproduzida no bairro tanto em termos espaciais, através da separação das residências por escalões funcionais, como as escolas. O isolamento do bairro é também flagrante. O isolamento, no sentido aqui adotado, não é um dado físico absoluto, resultante da distância em quilômetros da sede municipal. É um elemento sociocultural intrínseco às comunidades fechadas, que as isola de seu entorno imediato (PIQUET, 1998:117).

Atualmente, a empresa Aracruz Celulose e a Votorantim Celulose e Papel se uniram e hoje a empresa se chama Fibria. O bairro Coqueiral hoje é aberto, e nele moram não apenas empregados da empresa, porém, continua separado do restante do município.

Cada vila operária tem um destino particular. Pode se tornar um bairro, como aconteceu com Coqueiral de Aracruz, conforme citado; pode se tornar alvo de exploração por parte da empresa através do aluguel⁵ ou ainda serem abandonadas em virtude da falência da empresa, como é o caso da antiga vila aqui estudada.

O debate anterior é importante para entender o objeto de estudo deste trabalho. Estamos tratando de uma antiga vila operária, no passado relativamente isolada e construída próxima à fábrica que surgiu no final dos anos 1960, e que nos dias atuais se encontra inserida em uma área de valorização imobiliária. Surgem em seu entorno diversos condomínios fechados voltados para diferentes segmentos sociais, enquanto a antiga vila continua com características que remetem ao passado. Assim, podemos fazer uma analogia entre os espaços fechados: o da vila operária (ou cidade-empresa), que era “fechada” enquanto existia como tal, e o dos condomínios fechados. Ambos podem ser caracterizados como espaços fechados, com regras a serem seguidas, e que são ocupados cada um por um grupo relativamente homogêneo. Ao mesmo tempo, os conjuntos habitacionais, que foram importantes na formação do município, não eram espaços fechados – muitos se fecharam em um outro momento – porém, com relativa homogeneidade social entre seus habitantes.

Tem-se na área onde se localiza Chico City uma mudança no espaço através do tempo, que traz uma inversão dos papéis. O que antes era uma vila particular pretende ser um bairro, enquanto o recente bairro, Colina de Laranjeiras, se fragmenta através dos condomínios fechados.

1.2.2. Conjuntos Habitacionais

Assim como em vários países, o Brasil precisou adequar as demandas urbanas em vários setores, principalmente devido aos processos de urbanização e industrialização. Entre eles, o

⁵ Sobre este assunto ver OLIVEIRA, Marcio de. **Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

problema da moradia que emergiu no país principalmente no início do século XX. Por este motivo, muitas empresas construíram vilas operárias para sua força de trabalho, conforme explicitado no item anterior.

A industrialização teve como consequência o crescimento de cidades, que inicialmente foi bastante problemático. O crescimento migratório deu origem a diversos problemas, principalmente com relação a emprego e habitação. Para tentar resolver tais problemas, era necessária a atuação do Estado.

No caso da moradia, era preciso criar alternativas para amenizar os problemas, com possíveis soluções. Era sabido que as casas de aluguel, os cortiços e as vilas operárias não supriam esta necessidade. Assim, a política habitacional tinha como objetivo tentar minimizar o déficit de moradias para as classes mais baixas. No caso do Brasil, ela não foi capaz de atender à demanda e o resultado disso no espaço urbano é a existência de moradias precárias, loteamentos irregulares, favelização e a falta de infra-estrutura desses lugares, especialmente saneamento básico, sistema de transporte ineficiente, entre outros.

A primeira iniciativa nesse sentido foi a Fundação da Casa Popular, em 1946, que fazia parte de um projeto do Governo Federal para enfrentar a crise da moradia. Nessa época houve o declínio da produção rentista⁶, antes incentivada pelo Estado, e o crescimento do mercado da casa própria, com a emergência de uma nova forma de produção de habitação.

A partir disso, começa a se fomentar a ideologia da casa própria, colocando a importância da habitação para o trabalhador. Porém, o que ocorreu com a Fundação da Casa Popular é que esta não teve muito êxito, não produziu um número significativo de unidades populares para solucionar o problema da habitação. Isso porque, a intenção na época era incrementar o mercado imobiliário e também porque muitos recursos foram desviados para grandes projetos desenvolvimentistas.

A dinamização desse tipo de produção foi bastante significativa, “tirando” do poder público a preocupação inicial de prover habitação proletária em grande escala, pois uma parte era provida pelas vilas operárias e outra pelas vilas rentistas. Restavam ainda aqueles que não podiam morar em nenhum dos tipos de habitação citados e que passaram a ocupar a periferia próxima, no caso do Rio de Janeiro os morros, constituindo favelas (CAVALCANTE, 2006:33-34).

⁶ Produção de moradias para aluguel desestimulada pela Lei do Inquilinato, em 1942. As habitações eram cortiços e casas de cômodos para aluguel, que foram combatidos pelo discurso higienista do Estado por serem consideradas insalubres.

Durante o regime militar, a Lei 4.380 de 21 de agosto de 1964 criou o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que previa a arrecadação de recursos, empréstimo para compra de imóveis, entre outros. Nesse mesmo ano, foi criado o Banco Nacional da habitação (BNH), e em 1966, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) através da Lei 5.107/66.

O BNH tinha como prioridade clara a economia de mercado, o que também não resolveu o problema da habitação, já que as habitações construídas não eram para as pessoas que mais necessitavam dela, mas na maioria dos casos, para quem podia pagar por elas. Na visão de Santos (1999), o BNH além de ser o principal definidor da política urbana, era também quem exercia o papel determinante para promover a indústria da construção civil, e portanto, do nível de atividade e de emprego no país.

[...] a habitação, no contexto de um programa, teoricamente, voltado para uma população de baixa renda, é trabalhada na perspectiva de uma mercadoria que, como tal, exige condições específicas para a sua realização. Isso afasta da população carente a possibilidade de morar decentemente no Brasil (CAVALCANTE, 2006:34).

De acordo com Perini (2005), esse é o período da construção do imaginário do acesso à casa própria, que tinha, entre outros, o propósito de levar a uma “estabilidade social”. O governo do período usa o projeto a fim de atrair a população a apoiar o regime militar vigente e mantém a postura de promover os programas habitacionais.

A COHAB – Companhia Habitacional – destacou-se nesse período como construtora e financiadora de casas para famílias com rendimentos de 1 a 3 salários mínimos. Era um agente promotor para o mercado de baixa renda tendo com recurso financeiro o FGTS. Já o INOCOOP-ES – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no ES – um outro agente financeiro do BNH, construía habitações para as classes médias.

De acordo com Azevedo e Andrade (1982) independente do agente financeiro, as construções eram realizadas pela iniciativa privada. As empresas recebiam do BNH os recursos financeiros para construção do empreendimento e os mutuários pagavam as prestações. Era de responsabilidade do Estado regular e avaliar os recursos, além de fiscalizar o empreendimento.

Perini (2005) fala sobre os diversos problemas com relação à qualidade dos imóveis e a infraestrutura dos conjuntos habitacionais na Grande Vitória, e também da inadimplência, atrasos e dificuldades burocráticas para conseguir o financiamento, reajuste das prestações, entre

outros. Aliado a isto havia a falta de recursos que teve como consequência a extinção do BNH (AZEVEDO e ANDRADE, 1982).

No Espírito Santo, a maior parte dos conjuntos habitacionais foi construída na Região Metropolitana, a fim de atender a demanda crescente. E os municípios mais atendidos pelo BNH foram Serra e Vila Velha (Tabela 2), pois apresentavam mais “vantagens” para a construção, como espaço relativamente disponível além da demanda populacional atraída pelos empreendimentos industriais no município de Serra. No caso deste município analisado por Perini (2005), a grande quantidade de unidades habitacionais está relacionada ao fácil acesso à capital, à sua topografia favorável às construções e a grande extensão territorial, e aos “vazios” que favoreceram a transformação de fazendas em loteamentos, estimulando a especulação imobiliária. Além disso, é importante citar o crescimento da população no município e os investimentos no setor industrial com a criação dos CIVIT I e II – Centro Industrial de Vitória – e do Pólo de Tubarão.

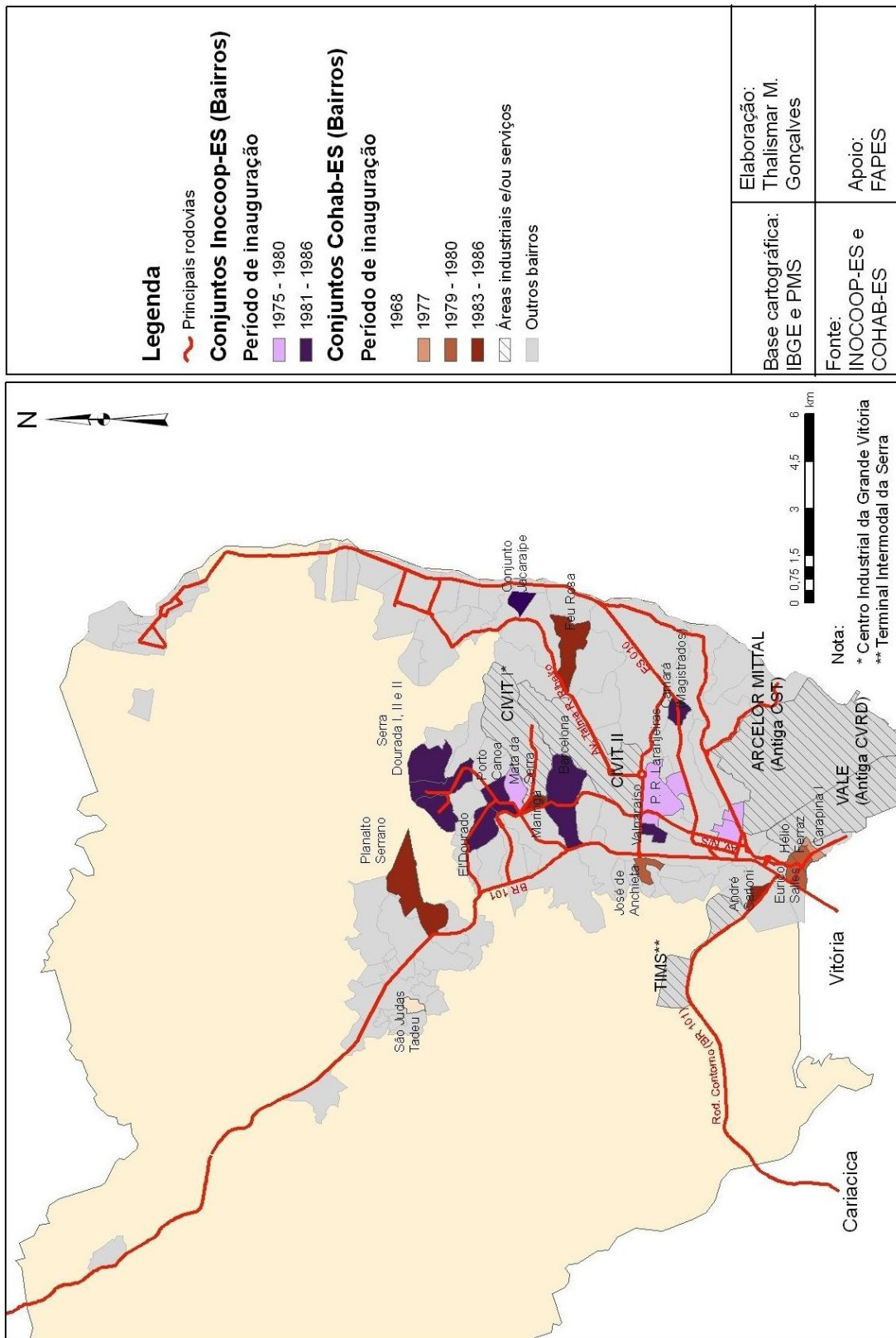
Tabela 2: Investimentos da COHAB e INOCOOP-ES na Aglomeração da Grande Vitória⁷ entre 1976-1986

Município	COHAB-ES		INOCOOP-ES		Total	
	Conjuntos	Unidades	Conjuntos	Unidades	Conjuntos	Unidades
Vitória	6	2.812	11	1.775	17	4.587
Vila Velha	9	3.920	19	11.296	28	15.216
Serra	9	12.224	12	13.756	21	25.980
Cariacica	7	1.952	-	-	7	1.952
Viana	1	2.270	-	-	1	2.270
Total	32	23.173	42	26.827	74	50.005

Fonte: Adaptado de PERINI, 2005.

A tabela mostra que o total de unidades construídas no município de Serra foi mais da metade do total da Região Metropolitana. Além disso, foi muito superior ao de Vila Velha, colocado em segundo lugar. O mapa a seguir (Mapa 1) mostra a localização e as diferentes épocas de construção dos conjuntos habitacionais construídos no município de Serra.

⁷ Vale ressaltar que a Região Metropolitana da Grande Vitória só foi instituída em 1995 através da Lei Complementar nº 58, inicialmente com os cinco municípios que já eram parte da aglomeração da Grande Vitória.



Mapa 1: Localização e evolução temporal da implantação dos conjuntos habitacionais em Serra.

Fonte: GONÇALVES, 2010.

Observando o mapa, é possível notar que os conjuntos habitacionais mais antigos foram construídos próximos às principais vias de circulação, como a BR 101 e a Avenida Civit, e ainda, próximos às áreas industriais. Esses conjuntos habitacionais deram origem a muitos bairros que existem no município atualmente.

De acordo com Santos (1999), pode-se dizer que o SFH apresentou um desempenho bastante significativo durante o regime militar, época em que financiou aproximadamente 400 mil unidades habitacionais, principalmente entre 1976 e 1982, porém, o sistema não foi capaz de atender às populações de baixa renda, visto que apenas 33,5% das construções financiadas pelo SFH durante a existência do BNH foram destinadas a habitações de interesse social.

Em 1986, o SFH passou por uma profunda reestruturação com o Decreto de Lei nº 2.291 de 21 de novembro de 1986, que extinguiu o BNH e distribuiu suas atribuições entre o então Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil e a Caixa Econômica Federal (CEF).

A partir daí, houve um período de vários governos no país em que pouco se fez com relação ao problema da habitação. No governo Collor foi lançado o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), que previa a construção em caráter emergencial de aproximadamente 245 mil casas em apenas 180 dias, com contratação de empreiteiras privadas. Porém, o prazo se estendeu, o custo médio foi superior ao previsto, o que ocasionou uma diminuição do quantitativo para 210 mil unidades (Azevedo apud Santos, 1999). Além disso, nesse período houve uma:

[...] desvinculação dos programas habitacionais dos de saneamento e desenvolvimento urbano (o que contraria o relativo consenso de que a integração desses programas produz resultados socialmente mais eficientes), pela ausência de controle sobre a qualidade das habitações construídas e, principalmente, pela irresponsabilidade na gestão das fontes de recursos desses programas, notadamente o FGTS (SANTOS, 1999:21).

Com a posse de Itamar Franco, após o *impeachment* de Collor, houve uma reestruturação na gestão pública das habitações e uma continuidade das obras inacabadas na gestão anterior. Porém, todas as mudanças não foram suficientes para reverter o quadro de crise instalado.

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foram lançadas a Política Nacional de Habitação (1996) e a Política de Habitação (1998). Além disso, foi ampliado o sistema de crédito ao cidadão, porém, novamente:

[...] não foi possível à população minimamente assalariada ter acesso a este sistema de crédito, pois esta, mais uma vez, não estava enquadrada nas prerrogativas do sistema, além do que, dependia da organização e da vontade política dos governantes dos estados e municípios (CAVALCANTE, 2006:35).

E a habitação continuava a ser valorizada enquanto mercadoria, o que não resolveu o problema, que ao contrário, ficou mais grave com o crescimento da população.

Atualmente, há um novo programa do Governo Federal, o “Minha Casa, Minha Vida”, do qual falaremos em um momento posterior (Capítulo 2). Este programa tem como público-alvo a população com renda mensal de até 10 salários mínimos, porém, este é outro programa em parceria com a iniciativa privada, e mais uma vez, a casa é vista como mercadoria.

Assim, pode-se dizer que a ação do Estado sempre deu prioridade aos empreendedores imobiliários e à criação de postos de trabalho e o estabelecimento de políticas públicas foi assim guiado. Isso contribuiu para um aumento dos problemas urbanos e para a especulação fundiária, visto que não houve uma política integrada com o saneamento e outros setores da expansão urbana.

Dessa forma, podemos começar a pensar no contexto do recorte espacial do presente trabalho. O município de Serra é hoje destaque no crescimento imobiliário no Espírito Santo e recentemente começou a apoiar iniciativas das empresas com o programa “Minha Casa, Minha Vida”. Apesar disso, continua sendo um município de destaque também quanto ao déficit de moradias, presença de ocupações irregulares, em áreas naturais, com demanda de regularização, entre outros problemas.

1.2.3. Condomínios fechados

Os condomínios fechados são a forma sob a qual se incrementa a moradia no município de Serra desde o início dos anos 2000. Aqui discutiremos sobre este tipo de moradia à luz das teorias já expostas.

Bourdieu (1998) escreve que o ser humano ocupa um espaço, um lugar, e que existem relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico. O lugar pode ser definido como:

[...] o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe. Quer dizer, seja como localização, seja, sob um ponto de vista relacional, como posição, como graduação em uma ordem. O lugar ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico [...] (BOURDIEU, 1998:160).

Com relação ao espaço social, este mesmo autor diz que “como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais” (BOURDIEU, 1998:160).

De acordo com Oliveira (2001), as duas noções de espaço físico e social são o todo do lugar. “Estes dois conceitos se interpenetram de modo que a posição ocupada por um indivíduo no espaço social se reflete na sua localização no espaço físico na medida em que este se apropria dos valores simbólicos e materiais expressos pelos mesmos” (Oliveira, 2001:83). A estrutura do espaço social se manifesta de diversas maneiras, entre elas, o espaço habitado ou apropriado, funcionando como uma espécie de simbolização espontânea – ou não – do espaço social.

Assim, o espaço físico implica numa rede de relações sociais marcadas pela luta entre os agentes que habitam esse espaço. Ao explicitar que o espaço físico sofre influência das relações sociais dadas entre os diferentes agentes sociais, o autor está tratando do que para ele é o *habitus*, desde a escolha de um vinho até a escolha do local de moradia, reforçando sua idéia de que o espaço social é o espaço dos estilos de vida. Conforme Bourdieu (2002:144): “O espaço social e as diferenças que nele se desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar simbolicamente como espaço dos estilos de vida ou como conjunto de *ständ*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes”.

Conforme explicitado anteriormente, o *habitus* para Bourdieu é o princípio unificador e gerador de todas as práticas. Em se tratando da moradia, a forma e o local estão diretamente relacionados com os capitais (social, econômico e cultural) acumulados de cada um, mas também com um *habitus*, o viver entre iguais. No caso das classes dominadas, a tendência é que habitem áreas menos valorizadas material e simbolicamente ou até mesmo irregulares pelo baixo capital econômico adquirido. Já as classes dominantes, que tem maior possibilidade de escolha, tendem a procurar lugares mais caros, com melhor infra-estrutura. E ainda, um lugar onde se tenha relativa homogeneidade social. Nesse caso, é possível citar os

condomínios fechados, tipo de moradia que vem crescendo em algumas cidades no país aliado ao discurso da segurança, e contando com diversas opções de lazer no interior de seus muros.

Os condomínios fechados são um tipo de moradia relativamente recente para a realidade do estado do Espírito Santo. No município de Serra, é ainda mais recente, pois começaram a surgir com maior intensidade e com as características atuais no início deste século.

Segundo a Agenda 21 do município (Serra 21, 2008), o principal produto ofertado atualmente pelo mercado imobiliário da Serra é o condomínio fechado, que tem como característica principal trazer para o espaço de seus muros diversas opções de lazer aos seus moradores e ainda promessa de segurança. É uma nova forma do capitalismo, que não se materializa apenas em mercadorias concretas, mas ganha novas formas, não corpóreas (Campos Júnior, 2002). Tais formas podem ser explicadas não só pelo imóvel em si, mas pelas características vendidas como a promessa de segurança oferecida, o sistema de monitoramento interno, o “contato com a natureza”, o “retorno da vida em comunidade”, entre outros produtos oferecidos nas propagandas.

Segundo Corrêa (1989), cada grupo social tem um diferencial na hora de escolher como e onde morar, o que está muito relacionado ao perfil sócio-econômico do grupo. Segundo este autor, o *como* e o *onde* morar se fundem, dando origem a áreas que tendem a ser homogêneas em termos de renda, padrões culturais, valores e papéis a serem cumpridos na sociedade.

Sendo assim, certos segmentos das classes dominantes e médias, em geral, fazem a opção pelo condomínio fechado como forma de “fugir dos problemas da cidade”, os problemas de “fora dos muros”. E ainda, como opções de lazer, além daquelas presentes nos condomínios, a preferência também é por espaços privados ou semi-privados, como os shoppings. Nesse sentido, pode-se dizer que até o lazer foi cooptado pelo mundo da mercadoria, pois a preferência é por espaços privados ou semi-privados, como condomínios, shoppings, clubes, entre outros. Miño e Spósito (2003:41, tradução nossa) dizem que “os muros criados pelos loteamentos fechados contribuem para reforçar muros invisíveis de desconsideração, falta de reconhecimento e, muitas vezes, de discriminação”.

Esse modelo de condomínio é erguido como modelo universal e, como tal, tem atraído (por meio da propaganda e das necessidades de “proteção” vendidas como virtude) parcelas das camadas de classes dominadas, notadamente na Serra, por meio do programa “Minha Casa, Minha Vida”, destinado às famílias com renda de até dez salários mínimos.

O discurso mais utilizado para explicar o crescimento desse tipo de construção é o da segurança. Segundo Zanotelli e Medina (2008), a “questão da violência” é um assunto que está presente na mídia diariamente, de maneira tendenciosa e dramatizada, instaurando-se a sensação de insegurança e medo. Nas grandes cidades do Brasil e também em outros países, essa questão é ainda mais forte. De acordo com Souza (2008), os habitantes de cidades vivem atualmente em uma fobópole, definida como:

[...] uma cidade em que grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (entre outras síndromes fóbico-ansiosas, inclusive transtorno de estresse pós-traumático) por causa da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança (SOUZA, 2008:40).

Associando o crescimento dos condomínios fechados e a sensação de insegurança nas cidades, Bricalli (2010) escreve:

Aproveitando-se do ambiente propício, o discurso dos anúncios destes novos empreendimentos são recorrentes em querer demonstrar que adquirindo um imóvel dentro destes condomínios é possível viver de forma segura sem que seja preciso abandonar a cidade. Daí vem a explicação para o sucesso deste novo modo de se habitar no urbano, responsável pelo redesenho da estrutura do espaço urbano (BRICALLI, 2010:48).

Almeida (2007), analisando o crescimento dos condomínios fechados em Goiânia, diz que se a situação de “caos urbano” não estivesse presente na imagem da cidade, o condomínio não teria motivos para existir ou permanecer com sua funcionalidade.

De modo geral, as pessoas dizem que preferem morar em um condomínio fechado pela sensação de segurança, por ser cercado por muros e com equipamentos de segurança e de lazer. Principalmente os pais deixam transparecer nos discursos que o condomínio fechado é o “lugar ideal” para criar os filhos.

Essa forma de ocupação das cidades, muito recente – da forma como tem sido apresentada – no caso do município de Serra, prega a “volta da vida em comunidade”, que teria sido perdida, fato muito presente nas propagandas desses empreendimentos. Porém, na verdade, essa vida idílica entre iguais não é bem como se pretende. Há tensões internas nessas áreas fechadas, as regras muitas vezes não são cumpridas, as reuniões de condomínios são conflituosas, entre outros problemas. Mas o que se pretende é vender um “estilo de vida”, o que evidentemente, favorece a colocação no mercado de “novos produtos”.

A intensificação das políticas de segurança e a generalização do medo nas cidades têm atribuído à uma certa noção de comunidade peça chave das publicidades dos “condomínios fechados”, associando o termo ao retorno ao bucolismo da “vida no campo”, tanto pelas imagens utilizadas nas propagandas quanto nos textos que as acompanham, significando o espaço coletivo dos “iguais” onde não poderão ser “ameaçados” pela diversidade – leia-se, a imprevisibilidade - constituinte da urbe. A recorrência do termo “comunidade”, por meio da auto-segregação, carrega o sentido estratégico da auto-proteção – como uma ação racional, da busca pelo comunal, pela segurança e ausência do inesperado. O sentido é instrumentalizado pelos vendedores e os consumidores como um “estilo de vida” (ZANOTELLI et al, 2009:9).

Seabra (2003) relaciona as características das estratégias imobiliárias à busca de uma recriação da vivência no bairro:

[...] uma idéia de bairro, por vezes subjacente, pode comportar representações, idealizações de espectro bastante amplo. Pode-se do bucólico evocar o morar entre arvoredos e jardins, garantindo privacidade, e também a segurança tão almejada, contra o universo concentrado da metrópole. No discurso e nas estratégias imobiliárias há também as representações de bairro como memória, como história, tanto quanto no circuito do comércio de bairro e em certas práticas preservacionistas. [...] em um nível da prática social subjaz uma idéia de bairro que se realiza no plano do vivido, da experiência existencial como prática espacial. São as práticas do espaço que combinam trajetos cotidianos [...] (SEABRA, 2003:30).

Essa forma de moradia crescente não só nas proximidades de Laranjeiras, mas de várias cidades no Brasil, tem algumas características negativas. A cidade torna-se descontínua, com avenidas inseguras devido à sucessão de muros altos e ausência de circulação de pessoas. Porém, cabe ressaltar que essa é uma nova forma de segregação, pois isso já acontecia antes, com os conjuntos habitacionais, que foram construídos no município de Serra de forma “desconectada” e até mesmo com as áreas industriais. A diferença é que as construções dos conjuntos habitacionais não eram cercadas por muros e não tinha todo o aparato de segurança vendido atualmente.

De acordo com Caldeira (2000), o uso de muros para separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma isolamento, restrição e vigilância em símbolos de *status*, o que separa literalmente quem pode pagar e está entre os muros, e os que não podem pagar, que acabam ficando fora desse espaço segregado.

Esta mesma autora diz que esse tipo de construção gera transformações na concepção de público e de comunidade. Para ela, a questão da homogeneidade da vizinhança é um fator preponderante nessa escolha, conforme citado anteriormente. Assim, Caldeira (2000) define esses espaços fechados como “enclaves fortificados” que são:

[...] espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais [...]. Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público (CALDEIRA, 2000:11).

De fato, esse tipo de construção contribui para o abandono dos espaços públicos, que, segundo Souza (2008), tornam-se “espaços anêmicos”, ou seja, não têm mais encontros casuais e a vida pública nas cidades passa a ser artificial. Sobre essa questão Miño e Spósito (2003) dizem que a transformação nos espaços públicos tem como consequência a desvalorização da vida pública e de valores democráticos. Assim, ocorre atualmente, uma mudança de hábitos da população:

[...] "habitar" hoje a metrópole apresenta um sentido diverso, em função do processo de implosão que impõe mudanças nos hábitos e comportamentos, dissolve antigos modos de vida, transformando as relações entre as pessoas; reduzindo e redefinindo as formas de apropriação do espaço (CARLOS, 2004:101).

Essa mesma autora escreve que isto faz parte do processo de reprodução do espaço da metrópole, devido à passagem do ato de “habitar” para o de “morar”. Segundo ela:

[...] o *habitante se transforma no morador*, e com isso, de *"usador"* (cujo sentido é dado pelos modos de apropriação do espaço para a vida) vira *"usuário"* (onde o habitante se transforma num consumidor de serviços, na cidade). Esse momento revela em toda sua extensão o fenômeno da implosão dos bairros no processo de reprodução do espaço da metrópole (CARLOS, 2004:105).

Mendonça (2007) relativiza essas visões sobre o abandono dos espaços públicos. Segundo esta autora, a segmentação, a segregação e o desuso dos espaços públicos não podem ser considerados de forma abrangente e definitiva, pois há ainda em diversos lugares, inclusive em Serra, a permanência e uso de espaços públicos.

É notória a permanência dos espaços públicos como importantes locais de embelezamento urbano e, também, como ambientes de deslocamento físico. Entretanto, mais do que isto, destaca-se a apropriação do espaço público como importante fator relacionado à cidadania (MENDONÇA, 2007).

No entanto, há a construção de espaços coletivos privados que se multiplicam não só no município citado, mas também em outros lugares, “concorrendo” com os espaços públicos existentes. De acordo com Cymbalista (1999) os condomínios são grandes territórios,

apropriados pelos mais ricos, que isolam-se do tecido urbano e impedem o acesso público às áreas. Sobre isso, Corrêa diz:

A expressão desta segregação da classe dominante é a existência de bairros suntuosos e, mais recentemente, dos condomínios exclusivos e com muros e sistema próprio de vigilância, dispondo de áreas de lazer e certos serviços de uso exclusivo (CORRÊA, 1989:13).

Caldeira (2000) discorre sobre as características que diferenciam os condomínios construídos na década de 1970 e a partir da década de 1980 em São Paulo. Apesar de falar de uma importante capital, é possível identificar semelhanças com a área de interesse do presente trabalho. Segundo esta autora, uma diferença é que os condomínios atuais são murados, enquanto os edifícios construídos na década de 70 eram abertos para a rua, em sua maioria. Outra diferença identificada pela autora é o fato dos condomínios atuais fazerem grandes investimentos em áreas de equipamentos de uso coletivo, enquanto que os anteriores tinham apenas, em alguns casos, algumas áreas desse tipo, como garagens, playgrounds, salão de festas. E por último, na década de 70 eram basicamente prédios de apartamentos, enquanto atualmente são construídos condomínios dos tipos vertical e horizontal. Respeitando as devidas diferenças e numa realidade mais recente, essas características se assemelham à situação do bairro Laranjeiras e adjacências, que será caracterizado no Capítulo 2.

Bourdieu (1998) fala em espaço social reificado, ou seja, fisicamente realizado ou objetivado. Esse espaço apresenta em seu espaço físico distribuição de bens e serviços. Segundo este autor, “é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado” (Bourdieu, 1998:161). Isso tem relação com esse tipo de moradia crescente no Brasil e no município de Serra, os condomínios fechados que, sob a ótica dessa definição, podem ser considerados como espaços reificados.

Segundo Caldeira (2000), analisando o caso de São Paulo, o principal interesse de quem adquire um imóvel em um espaço fechado é a possibilidade de homogeneidade social entre os vizinhos e também pelo *status* de morar em um condomínio fechado. De acordo com Ferreira e Bricalli (2010), os moradores dos condomínios se reconhecem como “iguais”. Por acreditarem em uma “homogeneidade social”, eles anseiam encontrar dentro dos muros uma vida padronizada, onde o conflito, a diversidade, a diferença e a heterogeneidade não são bem vistos. Assim, rejeitam elementos fundamentais das cidades.

Nesse sentido, os anúncios publicitários contribuem para esta visão, passando uma imagem positiva dos condomínios e negativa da cidade como um todo. Os anúncios têm que vender o sonho de morar em um lugar entre iguais. O condomínio é um novo elemento de distinção, demarcando distanciamento com o que é “diferente”.

Os anúncios apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre iguais. Os enclaves são, portanto, opostos à cidade, representada como um mundo deteriorado no qual não há apenas poluição e barulho, mas o que é mais importante, confusão e mistura, isto é, heterogeneidade social (CALDEIRA, 2000:265).

Sobre a presença da menção à natureza e outros aspectos nas propagandas de condomínios fechados no município de Serra, Bricalli (2010) diz:

[...] a maior parte dos anúncios faz menção não só à idéia de natureza, mas também a situações e estados que supostamente a vida urbana não é capaz de proporcionar e provocar, como lazer, felicidade, tranquilidade, liberdade, que só serão alcançados, portanto, a partir da fuga da cidade e o refúgio em ambientes que só esses empreendimentos podem oferecer. As imagens geralmente apresentam pessoas junto com suas famílias, bem vestidas, “livres”, e, sobretudo, felizes em morar num ambiente em que “é natural viver com diversão” (BRICALLI, 2010:60).

O condomínio fechado pode ser considerado atualmente um espaço de novas sociabilidades, visto que há uma gama de equipamentos de lazer vendida junto com o imóvel em si. O que não significa dizer que exista necessariamente boas relações de vizinhança nesses espaços, mas substitui ou tenta substituir de certa maneira as relações existentes nos espaços abertos, como a praça, a rua, etc. O espaço físico da habitação está aliado a um espaço social, gerando um *habitus* na escolha da moradia, que seria assim, um habitat funcional ou excludente e não um habitat construtor de um espaço na relação com o mundo social.

Assim, as classes dominantes e médias se fecham pelo desejo de distinção social e pelo capital econômico acumulado. Por isso, fazem a opção pela auto-segregação, vivendo entre muros e criando um *habitus*, um modo ou estilo de vida. Segundo Bourdieu (1998):

O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza em capital), minimizando, assim, o gasto necessário (principalmente em tempo) para apropriar-se deles: a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente de encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a freqüência a lugares bem freqüentados (BOURDIEU, 1998:164).

Ao mesmo tempo em que os que não possuem capital econômico e social são mantidos à distância física e simbólica, pois “a falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar” (BOURDIEU, 1998:164). Ou seja, a população com baixo capital econômico não tem a mesma possibilidade de escolha do habitat que as classes dominantes e médias.

No município de Serra, mais especificamente em Laranjeiras e seu entorno, há uma “explosão” de construções de condomínios fechados, com características semelhantes, grandes investimentos em segurança e áreas de lazer dentro do espaço de seus muros. Aliado a isto, tem-se também um crescimento do setor terciário no bairro. Essas modificações ocasionaram e continuam ocasionando uma mudança de função e das formas do bairro.

Na “Região de Laranjeiras”, o Condomínio Aldeia de Laranjeiras foi o primeiro condomínio fechado horizontal. Teve construção iniciada em 2001 e foi entregue em 2003. Antes, porém, existiam apenas prédios residenciais no bairro Valparaíso, alguns do final da década de 1980 e início da década de 1990, mas estes não tinham equipamentos de uso coletivo como os atuais e alguns foram fechados em um momento posterior. Portanto, o que difere os condomínios atuais dos anteriores é o forte investimento em áreas de lazer, os chamados *condomínios clubes*, e também o uso de sistemas de segurança, como uso de câmeras de segurança, cercas elétricas, portaria 24 horas, entre outros.

Os condomínios fechados trazem impactos relevantes para a paisagem urbana, especialmente em seu entorno, que é (re)estruturado e (re)valorizado em função desses empreendimentos. Além disso, contribuem para a fragmentação da cidade, através de seus muros. Ocorrem mudanças na circulação de pessoas, o aumento da sensação de insegurança nas ruas, tendência à criação de lugares de lazer privados ou semi-privados, e ainda, uma perda dos referenciais do lugar em consequência de todas essas mudanças.

Pode-se pensar ainda, que esse tipo de moradia traduz a materialização das diferenças sociais, simbolicamente e materialmente “definidas” pela existência do muro. Além disso, o significado do condomínio fechado é diferente para cada grupo: para quem mora em um condomínio fechado e para quem está no entorno (está “fora” daquele habitat ou em outro espaço fechado).

1.3. O bairro como lugar das práticas cotidianas

Tentaremos fazer uma relação entre o bairro e o lugar, conceito de importância para a Geografia. Por se tratar de uma escala de análise sobre um espaço local ligado diretamente ao restante da cidade, consideramos o bairro um importante elemento para o estudo da cidade, o lugar onde se desenvolve a vida cotidiana. Porém, compreendemos que cada bairro tem sua característica individual, não sendo possível, portanto, a partir dele generalizar-se a compreensão do todo.

Historicamente, pela tradição que veio com os portugueses, o bairro no Brasil era definido pelas paróquias da Igreja Católica, onde cada uma tinha seu santo e seu templo, e próximo a este se organizava o mercado (Souza, 1989). A vida de bairro se definiu, assim, por relações paroquiais (SEABRA, 2003).

Segundo Carlos (2004:47), “o lugar se liga de modo inexorável a realização da vida enquanto condição e produto de relações reais”. Ou seja, “o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida” (p. 51). Na visão dessa autora, o plano do lugar é a base da reprodução da vida e onde se constitui a identidade criada na relação entre os usos, pois, segundo ela, “é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido” (CARLOS, 2004:50). Além disso, define o lugar como o que assegura a materialização do processo realizado no plano do imediato, é no lugar e na vida cotidiana que o processo ganha dimensão real e concreta. Sendo assim, o bairro pode ser considerado um lugar de importância para o desenvolvimento de atividades e vivência de seus habitantes.

Para Souza (2010:33), o lugar é “uma localização e a produção no lugar materializada pela paisagem torna-o próprio, com marcas do habitante, pois cada lugar possui uma paisagem própria que o explica e o dota de significado”.

Carlos (2004) fala na rua, na praça, no bairro enquanto espaços palpáveis, lugares das relações de vizinhança, onde as pessoas desenvolvem suas atividades, lugares que tem relação com o seu cotidiano e seu modo de vida. E estes lugares revelam o espaço-tempo da vida e “as transformações nas formas da cidade impõem transformações nos tempos da vida e nos modos de apropriação dos lugares através de mudanças nos usos” (CARLOS, 2004:53).

Sendo assim, a urbanização crescente impõe uma nova relação espaço-tempo e consequentemente, novas relações entre o habitante e o lugar.

Leão Barros (2004) diz que pela escala do cotidiano, o bairro é uma possibilidade de reconhecimento, do pertencimento e do fortalecimento de vínculos. Porém, como nenhuma paisagem é igual a outra, os bairros, por mais semelhantes que sejam suas histórias, ocupação, conteúdo sócio-econômico-cultural, são diferentes. E assim devem ser estudados, como recortes únicos e individualizados. Relacionando o recorte físico aos laços afetivos diz:

[...] além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o “sentimento de localidade” existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico: - O que é bairro? – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha. – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras (SOUSA apud LEÃO BARROS, 2004).

Também sobre as escalas no urbano, Santos (1988) propõe uma interpenetração da vizinhança, bairro e cidade, em ordem crescente, conforme representação na Figura 1, demonstrando uma interação das diferentes ordens de grandeza e uma articulação das mesmas.

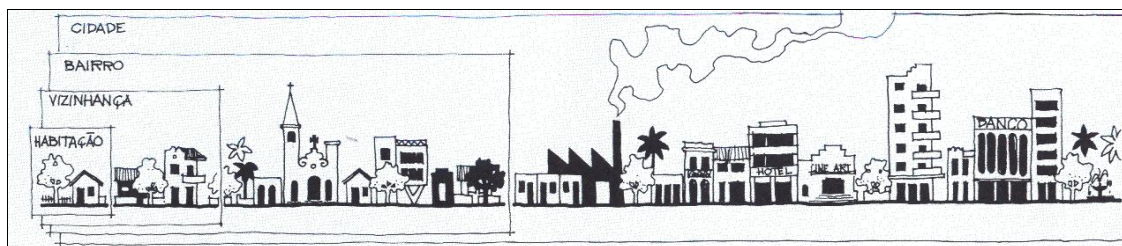


Figura 1: Diferentes escalas urbanas

Fonte: Santos, 1988:160

Atualmente, existem diversos estudos sobre bairros, com diferentes problemáticas que não se esgotam. Porém, Seabra (2003), examinando os temas dos eventos da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), diz que a partir dos anos 1960 diminuíram as motivações de estudos sobre bairros na Geografia. Souza (1989) também descreve que os estudos sobre o tema à época eram escassos. Na ocasião, considerou o bairro como “palco cotidiano, arena de

luta mais imediata, referencial organizativo básico e catalisador simbólico” (SOUZA, 1989:140). E para Seabra (2003), justificando seu estudo sobre o Bairro do Limão:

[...] este nível da prática social, compreendido por relações de vizinhança, de compadrio e de parentela, inscrevendo-se no espaço, permitiu que se formasse um âmbito de relações de qualidade a partir de experiências vividas. É por isso que seria este o melhor nível, um lugar privilegiado para refletir sobre o embate entre as práticas que confrontam qualidade e quantidade; estas, que concebem, racionalizam, medem e exercitam a métrica do espaço e do tempo, fruto de concepções racionalizadoras, as quais iriam subverter irremediavelmente os modos de vida na modernidade. É no nível do vivido que se articulam os fios que ligam e que separam os indivíduos (SEABRA, 2003:2).

Essa mesma autora diz que a sociedade industrial redefine a lógica da vida imediata, e que os contatos diretos, as relações imediatas “um tanto espontâneas, capazes de criar e de enraizar certos localismos, não sobrevivem” (SEABRA, 2003:5). Diz ainda que se a concepção de tempo é sintetizada no e pelo dinheiro, acabam os conteúdos da vida de bairro e “parece ser este o destino do bairro”.

[...] à medida que crescem os conteúdos quantitativos das relações, que começa a prevalecer uma métrica do tempo com base na equivalência quantitativa do dinheiro e da propriedade, a ponto que a reciprocidade original vai sendo substituída por trocas de equivalência, o próprio bairro se vai consumindo (SEABRA, 2003:24).

Por outro lado, Lefebvre (1975) diz que o bairro é uma forma de organização do espaço e do tempo na cidade.

O bairro [...] seria a mínima diferença entre espaços sociais múltiplos e diferenciados, ordenados pelas instituições e centros ativos. Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e de saída entre espaços qualificados e o espaço quantificado, o lugar de onde se faz a tradução (para e pelos usuários) dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais, etc.) em espaço comum, isto é, geométrico (LEFEBVRE, 1975:200-201).

Sobre isto, Seabra (2003:27) diz que “as práticas de espaço são cada vez mais fragmentárias e [...] os espaços geométricos quantificados avançam sobre os espaços qualitativos: os espaços da representação”.

O bairro não existe enquanto unidade isolada e autônoma, mas é o nível onde o espaço e o tempo dos habitantes toma forma e sentido no espaço urbano. Assim, de acordo com Lefebvre (1975:201, tradução nossa): “O bairro é uma unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária. Sem bairros, igual que sem ruas, pode haver aglomeração, tecido urbano, megalópole. Mas não há cidade”.

Podemos destacar também estudos mais recentes sobre a temática bairro, entre os quais Souza (2010), que em seu trabalho de dissertação assim define o bairro:

Um bairro, na concepção de seus moradores, que muitas vezes desconhecem os limites administrativos, é uma extensão de suas vidas, é “o seu lugar”. Às vezes, nasce-se e vive-se toda a vida em um deles, envelhecendo junto. Ele é depositário de histórias de vida. Suas mudanças estruturais e funcionais afetam de certa maneira, a vida de seus habitantes [...] (SOUZA, 2010:43).

Serpa (2007:28) diz que o bairro é linguagem e discurso “pois seus limites variam e são percebidos de modo diferenciado pelos moradores, que ‘constroem seus bairros’ como base para estratégias cotidianas de ação individual e coletiva”.

De acordo com Lynch (1980), os bairros apareciam nas entrevistas – que realizou para sua pesquisa publicada em livro – como elementos básicos da imagem da cidade. Na visão desse autor:

Os bairros são áreas citadinas relativamente grandes, em que o observador pode penetrar mentalmente, e que têm alguns aspectos comuns. Podem estar organizados do ponto de vista interno e, ocasionalmente, podem servir de ponto de referência externo, quando alguém por eles passa ou os atravessa (LYNCH, 1980: 78).

Seabra (2003) trata o bairro como um “fenômeno histórico e social que no processo de urbanização traduziu-se por uma espacialidade específica” (Seabra, 2003:28). E assim define:

O bairro, na sua generalidade, mostrou-se como uma modalidade de vida social, mas sobretudo, *como uma circunstância temporal da urbanização que traduz as diferentes espacializações da vida social, em função de como se integram no cotidiano, o próximo e o distante, sob o predomínio de relações imediatas, diretas.* Por isso, a história urbana guarda, de cada bairro, um perfil sociocultural, resultado de uma construção histórica e social, em princípio, singular (SEABRA, 2003:30, grifo no original).

O bairro pode ter significados diferentes para cada um de seus habitantes. Para uma parte dos moradores pode ser o lugar de vida, do cotidiano; para outra parte, pode ser o lugar de moradia; e ainda pode haver aqueles que não se identificam com o bairro. Ou seja, diferentes moradores não encaram o seu bairro da mesma maneira. Um trecho do trabalho de Souza (1989) é ilustrativo sobre este assunto:

[...] o bairro corresponde a uma certa parcela da cidade que, por força de relações sociais, constitui para o indivíduo um espaço vivido e sentido. O reconhecimento e a sensação do bairro, que advêm do fato de ser ele o Espaço onde se encontra a casa de um indivíduo, e onde ele talvez tenha nascido, onde se acham igualmente as casas de amigos, a praça que ele frequenta aos domingos pela manhã [...] É certo que um fragmento urbano, por mais que encerre unidade de composição material e social, se

não desperta o menor afeto, a menor empatia, ou simplesmente como referencial para o dia-a-dia, não é um bairro, mas tão-somente uma parcela da cidade singularizável por este ou aquele critério (SOUZA, 1989:149).

Souza (1989) diz que é necessário que haja uma empatia por parte dos moradores, e isto seria a base da identidade do bairro. Sem essa empatia, o fragmento do urbano não pode ser considerado um bairro. Sugere o termo *bairrofilia*, recordando o conceito de *topofilia* (Tuan, 1980), que seria a afeição, o apego ao bairro.

Retomando a associação dos conceitos de *habitus* e “habitar”, pode-se dizer que ocupar fisicamente um lugar, o “habitat” como vimos, não significa necessariamente habitá-lo, no sentido pleno da vida em comum. Portanto, o fato de pessoas socialmente diferentes ocuparem o mesmo espaço, o bairro por exemplo, não implica obrigatoriamente que exista co-habitação ou relação de vizinhança. Daí que a escolha da habitação e do lugar do habitar está ligada a um *habitus*. O que torna o espaço físico enquanto espaço do habitar e do espaço percebido, vivido, um espaço simbólico. De acordo com Oliveira (2001:97), “as imagens produzidas pelos diversos agentes acerca dos lugares carregam sempre um conteúdo simbólico, pleno de interesses, aonde sempre se esconde a dominação entre os distintos campos”.

Se o habitat contribui para fazer o “habitus”, o “habitus” contribui também para fazer o habitat através dos usos sociais mais ou menos adequados que ele inclina a se fazer. Vê-se, assim, inclinado a pôr em dúvida a crença de que a aproximação espacial de agentes muito distantes no espaço social pode, por si mesma, ter um efeito de aproximação social: de fato, nada é mais intolerável que a proximidade física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes (BOURDIEU, 1993:166).

Tem-se atualmente uma perda de referenciais. Cenas comuns em décadas anteriores a esta como crianças brincando na rua e vizinhos conversando não são mais cotidianas, principalmente em bairros de classes dominantes e médias. E com o crescimento dos condomínios fechados como o tipo de moradia predominante nessas classes em muitas cidades, esse tipo de relação tende a se diluir cada vez mais e se concentrar em espaços fechados, conforme já discorremos na seção anterior. Carlos (2004:60), falando sobre as mudanças no cotidiano diz que atualmente “a função da habitação modifica-se profundamente, de ato social gerador de poesia, resume-se a mercadoria e nesta dimensão, uma coisa funcional, objeto de status”.

Em bairros compostos por membros das classes dominadas, ao contrário, a vida de bairro se desenvolve mais próxima do que é considerado por Souza (1989) como o modelo típico do bairro clássico⁸. É nesses bairros mais pobres, e também nas favelas, que talvez pela maior homogeneidade social, ocorrem os principais movimentos de bairro (Souza, 1989). Porém, em trabalho mais recente (Souza, 2005), diz que os movimentos de bairro diminuíram em força e importância⁹. De acordo com seus escritos, as favelas do estado do Rio de Janeiro têm história de forte luta por parte das Associações de Moradores, como por exemplo, foram responsáveis por um movimento de resistência à remoção de favelas durante o regime militar, e atualmente não tem mais a mesma mobilização.

Atualmente o que se vê é uma diminuição das relações de vizinhança, um distanciamento, e com isso ocorre:

[...] o processo de constituição de uma sociedade marcada pelo distanciamento do homem com o outro através da dissolução das relações sociais de vizinhança, o distanciamento da natureza, o esfacelamento das relações familiares, a mudança das relações dos homens com os objetos, a perda do conteúdo do trabalho, posto que a produção do cotidiano no mundo moderno vincula-se à ampla difusão do consumo que criou o reino da mercadoria penetrando na esfera doméstica, domesticando a vida (CARLOS, 2004: 56).

Assim, os referenciais se perdem. E também “o ritmo da rua passa a ser determinado cada vez mais pelo ritmo dos meios de transporte, marcando a impossibilidade de antigos usos [...]” (CARLOS, 2004:62).

Isso tudo tem como consequência um empobrecimento das relações cotidianas, um cotidiano repetitivo e cada vez mais preso ao universo da mercadoria, o que produz um estranhamento, ou seja, “as formas mudam e se transformam de modo cada vez mais rápido, os referenciais dos habitantes da metrópole se modificam, produzindo a sensação do desconhecido, do não identificado” (CARLOS, 2004:102).

A mudança das relações espaço-tempo revelam a profunda mudança nos costumes e hábitos sem que as pessoas pareçam se dar conta, pois as inovações são aceitas de modo gradual, quase despercebidas, embrulhadas pela ideologia que aponta a degradação do cotidiano (CARLOS, 2004:62).

⁸ Este autor descreve o “bairro clássico” (apoiando-se em Ledrut, 1971) da seguinte maneira: “[...] era um lugar vivenciado em bloco; realidade coesa, com significativa unidade composicional, com muita personalidade na relação vendedor/cliente, com apreciável bairrofilia.” (SOUZA, 1989:156)

⁹ Sobre os fatores de decadência do ativismo de bairro ver Capítulo 3.

Pode-se afirmar que essas mudanças, esse processo de afastamento das pessoas, da diluição da vida de bairro estão ligados ao crescimento urbano. As pessoas trabalham distante da moradia e o consumo é feito muitas vezes em outro bairro que se especializou. O comércio do bairro onde ele vive tende a ser local, exceto se for um bairro com uma centralidade, conforme veremos ser o caso do bairro Laranjeiras.

O homem-massa pertence a diversas “comunidades funcionais” – no trabalho, no clube, na igreja – sem, no entanto, conhecer uma verdadeira comunidade no lugar onde mora. Seu bairro, pouco vivenciado por ele, é um referencial geográfico, associado à hierarquia de valores dominantes (bairro com status/bairro sem status), à conjuntura do mercado imobiliário, aos problemas mais sentidos no cotidiano (SOUZA, 1989: 165).

Nosso objeto de estudo, a antiga vila operária e atualmente Conjunto Habitacional Chico City, não aparece na lista de bairros do município de Serra. A legislação municipal deste município considera um bairro “cada uma das partes principais em que é dividida a cidade, visando a facilitar o controle administrativo dos serviços públicos e a orientação espacial das pessoas” (Lei 3.421, de 24 de julho de 2009). Nesse sentido, não é levado em consideração o que os moradores entendem como bairro, o que pode ser em alguns casos diferente do descrito. Sobre essa definição, cabe questionar o reconhecimento de um loteamento fechado destinado às classes dominantes (o loteamento Boulevard Lagoa) segundo essa mesma lei, como um bairro. Este loteamento começa a ser habitado e constitui um tema importante a ser estudado no município, pois está localizado próximo a um bairro de origem popular e ainda apropriou-se de uma lagoa, ou seja, uma área pública.

Porém, pelas entrevistas, é possível notar, de modo geral, que os moradores de Chico City se sentem e se definem como parte de um bairro. Ora, se há relações de vizinhança, se há reuniões e lutas pelos direitos, é claro que se sentem abraçados por um bairro. A participação popular é efetiva, apesar de decrescente, e em alguns casos mais representativa que a maioria dos bairros do município. Os habitantes reconhecem que as dificuldades existentes para seu reconhecimento oficial têm estreita relação com o crescimento imobiliário do entorno e do aumento do valor da terra.

A partir do momento em que deixaram de ser parte de uma vila operária pertencente à empresa, os moradores “assumiram” Chico City como seu bairro, pois um bairro se forma não apenas de maneira oficial, mas pela vontade dos indivíduos, que imprimem determinadas características no lugar. Essa apropriação do lugar por parte da comunidade faz com que eles

vivam em um bairro, o que eles não possuem é um “enquadramento institucional” como bairro, que é desejado por parte dos moradores para obterem atuação mais efetiva do poder público, especialmente para provimento de equipamentos públicos e, principalmente, da regularização do imóvel. Eles percebem que são pressionados pelo crescimento imobiliário do entorno, por isso desejam esse reconhecimento oficial.

Por todos esses motivos, esse trabalho tratará a antiga vila operária de Chico City como um bairro, levando em consideração a afeição de seus habitantes pelo lugar e seus anseios.

CAPÍTULO 2: O MUNICÍPIO DE SERRA E A “REGIÃO” DE LARANJEIRAS

Apesar de nosso objeto de estudo ser o que estamos considerando um bairro, é importante estudar também a cidade.

A única maneira de estudar o bairro, sem cair no fragmento e nele permanecer, sem ficar preso a um pedaço da realidade que por ter uma dinâmica própria seduz, é considerar que a cidade é a totalidade de referência para o bairro, e enquanto totalidade a cidade é a sociedade (SEABRA, 2003:23).

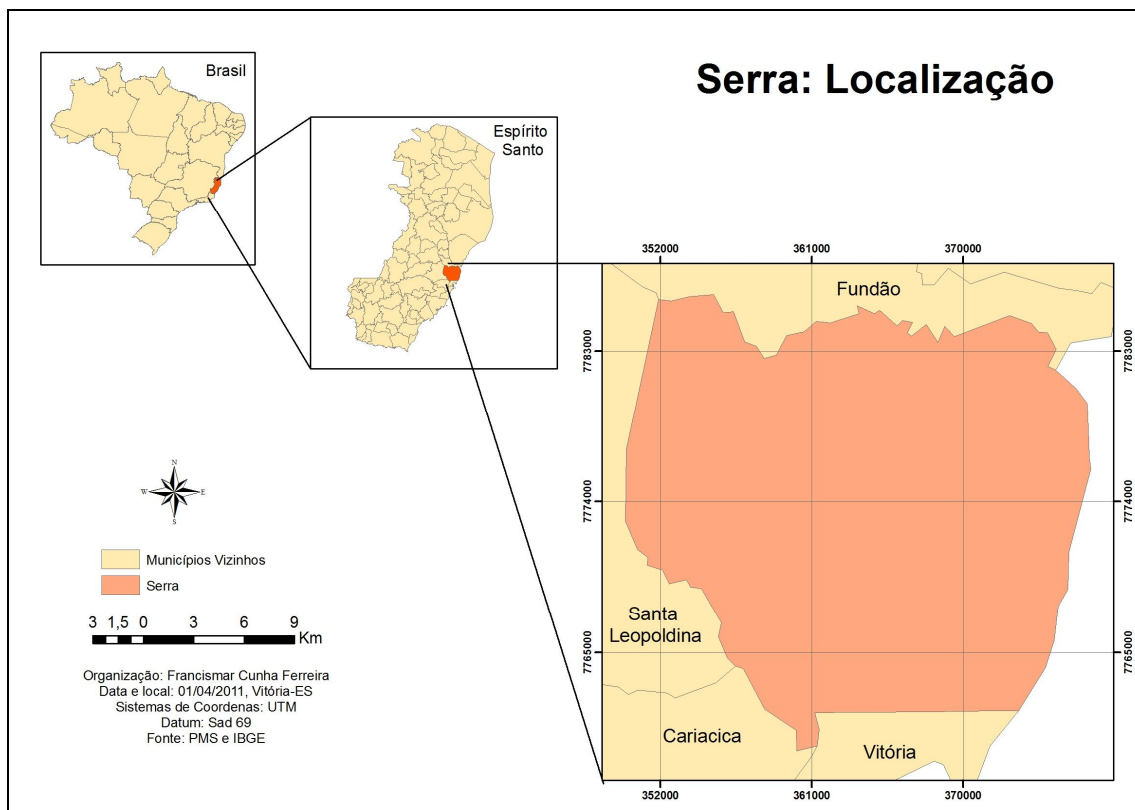
Portanto, em primeira análise é importante localizar a área de estudo em seu município e na Região Metropolitana para um melhor entendimento da escala local, pois os processos não ocorrem isolados no tempo e no espaço.

2.1. Caracterização do município de Serra

O município de Serra, Região Metropolitana da Grande Vitória¹⁰ – RMGV – possui uma área total de aproximadamente 555 km² e perímetro urbano de pouco menos de 225 km², ou seja, menos da metade da área do município. É o segundo município do Espírito Santo em população, em 2010 contava com mais de 409.000 habitantes¹¹, o que representava 24% da população total da Região Metropolitana, com uma densidade de 740 hab/km². Se compararmos essa densidade com a da capital do Estado, Vitória, a Serra apresenta um número bem inferior, pois Vitória tem 4.392 hab/km². O município de nosso interesse limita-se com os municípios de Fundão (ao norte), Cariacica e Vitória (ao sul), Santa Leopoldina (a oeste) e com o Oceano Atlântico (a leste), e apresenta 23 km de litoral. Os limites do município e a localização deste no Espírito Santo e no Brasil podem ser observados no Mapa a seguir.

¹⁰ A Região Metropolitana de Vitória é composta atualmente pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão.

¹¹ Dados preliminares do censo 2010.



Mapa 2: Localização do município de Serra.

Atualmente o município tem destaque econômico na Região Metropolitana e no Estado do Espírito Santo. Porém, nem sempre a situação foi esta, conforme relata MORAES (1954), em um discurso decadente sobre o município:

Serra é a irmã gêmea de Vitória, mas como foram diferentes os seus destinos... Enquanto Vitória se enfeita, reforça cada dia os seus alicerces e faz penetrar as suas raízes na terra, Serra, depois de um lampejo fugaz, enquanto o café passou de passagem pelas suas ondulações, ingressa melancolicamente na categoria de cidade morta (MORAES, 1954:50).

O município de Serra, que até a década de 1970 era essencialmente rural e pouco povoado, é um dos que mais crescem atualmente, tanto em economia quanto em população. Teve seu crescimento associado à industrialização. Por muitos anos, foi considerado área de periferia da metrópole, onde os trabalhadores das indústrias habitavam. Atualmente, deixou de ter a citada característica e assume agora outras funções. Uma delas é a de comércio e serviços, com destaque para o pólo terciário do bairro Parque Residencial Laranjeiras, hoje chamado simplesmente de Laranjeiras; e, mais recentemente, o fato de ter o maior crescimento imobiliário da Grande Vitória. Essas mudanças ocorreram principalmente devido aos

processos que acarretaram na perda da centralidade exercida direta e exclusivamente pelo centro de Vitória (BARBOSA, 2009).

A tabela a seguir mostra a evolução da população do município de Serra, da Região Metropolitana da Grande Vitória e do Espírito Santo.

Tabela 3: Crescimento da População de Serra, RMGV¹² e Espírito Santo

Censos Demográficos							
	1960	1970	1980	1991	2000	2007	2010
Serra	9.192	17.286	82.581	222.159	321.181	385.370	409.324
RMGV	194.311	385.998	753.959	1.137.316	1.438.596	1.624.437	1.683.000
Espírito Santo	1.298.242	1.599.324	2.023.340	2.600.618	3.097.232	3.551.669	3.512.672

Fonte: Censos demográficos do IBGE 1960-2010 e Contagem e Estimativa da População 2007.

Dados organizados pelo autor

Nota-se que em cinco décadas a população do município cresceu quase 400 mil habitantes, uma evolução de 4.400%. Junto com a industrialização, principalmente a construção do pólo industrial de Tubarão, ligado à siderúrgica de minério de ferro, muitas pessoas migraram para a Serra. Quando esse pólo industrial foi instalado, este município não recebeu investimentos significativos em infra-estrutura, mas como vimos, recebeu a maior parte das habitações construídas na Grande Vitória, no período de 1976 a 1986.

Junto com o crescimento populacional do município, o crescimento da população urbana foi destaque, conforme Tabela 4. Porém, uma observação interessante sobre esses dados é que a população rural, que até o censo de 1991 vinha diminuindo a cada década, apresentou um aumento significativo, quase dobrou no último censo em relação ao de 2000.

Tabela 4: População urbana e rural no município de Serra

População	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	7.967	80.300	220.615	319.621	406.517
Rural	9.319	2.268	1.543	1.560	2.807

Fonte: Censos demográficos do IBGE 1970-2010

Dados organizados pelo autor

¹² Conforme explicitado anteriormente, a RMGV só foi instituída em 1995, contando com os cinco municípios que faziam parte da aglomeração da Grande Vitória. Em 1999 foi incluído o município de Guarapari (Lei Complementar nº 159) e em 2001 passou a fazer parte também o município de Fundão (Lei Complementar nº 204).

Sobre o aumento da população urbana, Oliveira (2007) diz:

A urbanização ocorrida no município de Serra se intensificou na década de 80, com a consolidação industrial neste momento da história municipal. A industrialização neste município se deu de forma concentrada. Neste sentido, a urbanização (em grande parte) neste momento se deu ao redor destes centros industriais (Civit I e II) (OLIVEIRA, 2007: 22).

Esses dois novos centros industriais – CIVIT I e II – no município representaram importante papel no processo de urbanização da Serra, juntamente com o pólo de Tubarão, pois induziram a criação de vários conjuntos habitacionais, especialmente no período de 1966 a 1986, na vigência do BNH.

O documento Perfil Socioeconômico do município mostra que a Serra possui o principal centro industrial do Estado.

A concentração da indústria capixaba no município da Serra é explicada pela presença de uma importante infra-estrutura logística no município. São terminais portuários, estradas, linha férrea, dentre outros elementos que constituem o singular modal logístico do município (Perfil Socioeconômico, p. 39).

Com isso, o município apresenta uma importante participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual (17,24% em 2007), e com um PIB per capita municipal (R\$ 27.000 em 2007) superior ao estadual (R\$ 18.003 no mesmo ano). De acordo com a publicação “Serra em Números” (2010), o PIB municipal em 2007 se concentrava principalmente nos setores secundário e terciário, e menos de 1% no setor primário.

Os investimentos industriais que ocorreram na Serra atraíram tanto a população rural para a cidade quanto habitantes do interior do estado e da Grande Vitória, além de habitantes de outros estados em busca de trabalho na Região Metropolitana. O Porto de Tubarão da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – foi inaugurado em 1963 na divisa entre Serra e Vitória, e o CIVIT foi inaugurado em 1974, com áreas “dotadas de acesso pavimentado, além de serviço de água, esgoto, drenagem, telefone e energia” (Bittencourt, 2006:404). Mais tarde, em 1983, outra grande empresa se instalou no município: a Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST. As principais áreas industriais podem ser observadas no Mapa 1.

Porém, essas não são as únicas áreas empresariais do município. O documento Serra em Números (2010) detalha os pólos empresariais do município, conforme Tabela 5:

Tabela 5: Pólos Empresariais da Serra – 2009

Polos empresariais	Área total	Taxa de ocupação	Situação
CIVIT I	1.984.694	100%	Pólo licenciado
CIVIT II	4.694.893	100%	Pólo licenciado
Cercado de Pedra	1.246.000	-	Projeto
Pólo Sérgio Vidigal	1.317.908	71%	Projeto
Jacuhy	8.067.867	7%	Projeto
Piracema	2.512.413	60%	Projeto
TIMS	2.400.000	59%	Pólo licenciado
Serra Log	1.800.000	-	Projeto
Serra Norte	3.942.995	9%	Projeto

Fonte: Adaptado de Serra em Números, 2010.

De acordo com publicação desse mesmo documento, este município possuía em 2008 um total de 5.906 empresas, mais de 15% do total da RMGV.

Em 1968, próximo à área em que seria instalado o CIVIT, foi inaugurada a Atlantic Veneer do Brasil, empresa de capital internacional no ramo de madeiras que veio a ser um destaque no município. Uma breve história dessa empresa será assunto do Capítulo 3.

A migração correspondeu até os anos 1990 pela maior parte do crescimento populacional do município. Analisando o saldo migratório entre os municípios da Grande Vitória, a Serra aparece como o município com maior atividade migratória.

No final da década de 90, o saldo migratório do município da Serra foi o maior dentre os municípios dessa região. Nesse período, o município ganhou 7.384 pessoas na troca populacional com os municípios da RMGV. Na década anterior, o ganho foi praticamente o dobro, 14.826 pessoas. Esses dados demonstram que a tendência de queda no saldo migratório positivo do Município da Serra também se expressa nas trocas entre os municípios da RMGV (BRASIL, 2008:18).

A Serra, entre 2007 e 2010 representou 62% do crescimento populacional da RMGV (ver Tabela 3). Porém, de acordo com Oliveira (2007), esse crescimento populacional não ocorreu sem problemas, foi acompanhado de baixa qualidade de vida para a população e o aumento dos problemas urbanos.

Quanto aos instrumentos de desenvolvimento urbano, o município está em processo de elaboração do Plano Diretor Municipal. O Plano Diretor Urbano foi aprovado em 1996, revisado em 1998 e agora está sendo adaptado ao proposto pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

A análise da urbanização e da industrialização deste município permite entender as transformações ocorridas. A urbanização foi uma consequência direta da industrialização e ocorreu de forma não planejada, gerando áreas que se transformaram em bairros sem infraestrutura mínima de moradia.

Atualmente, o município não pode ser apenas considerado como industrial e periférico à Vitória.

A Serra apresenta oportunidades, atualmente, não só para o funcionamento, mas também e fundamentalmente para a expansão da RMGV. Neste sentido, atividades que anteriormente não se viabilizavam economicamente na Serra e só existiam em Vitória hoje existem nesse município, tais como comércio/serviços especializados e principalmente empreendimentos imobiliários realizados por promoção privada (CAMPOS JUNIOR, 2008:14-15).

O município, como vimos, já é o segundo em população do Espírito Santo, com tendência a crescer mais e se tornar o primeiro nos próximos anos. Essa afirmação está ligada ao forte e recente crescimento imobiliário nesse município. Várias empresas de outros estados têm feito investimentos na Serra, sobretudo nas áreas próximas a Laranjeiras, o que será detalhado a seguir.

2.2. A expansão imobiliária no município

Esta seção tem o objetivo de avaliar o crescimento imobiliário do município através de dados dos censos imobiliários do SINDUSCON-ES, uma das fontes disponíveis para aferir a expansão imobiliária. Porém, pelo fato de fazer menção a diversas “regionalizações” diferentes, faz-se necessária uma breve discussão sobre o conceito de região em Geografia, visto que o SINDUSCON-ES trata de uma forma de regionalização diferente da proposta neste estudo.

O termo região apresenta alguns problemas práticos, principalmente pelo fato de ser um conceito que se tornou de uso corrente para diferentes significados. Este conceito utilizado para efeito de *marketing* no município de Serra não foge a essa generalização. Na Geografia, região é um conceito importante, que se desenvolveu e se institucionalizou com Paul Vidal de

La Blache ainda no início do século XX. Para este autor, caberia ao geógrafo delimitar e descrever a região.

Segundo Lacoste (1993):

Esse procedimento da geografia regional consiste em constatar como evidência a existência, num país, de um certo número de regiões e descrevê-las, umas após as outras, ou a analisar somente uma delas no seu relevo, seu clima, sua vegetação, sua população, suas cidades, sua agricultura, sua indústria, etc., cada uma considerada como um conjunto contendo outras regiões menores (LACOSTE, 1993:61).

Este mesmo autor faz críticas ao conceito de região de Paul Vidal De La Blache, ao dizer que o regionalismo se caracteriza pela ocultação dos problemas políticos, é apenas uma descrição das “regiões”.

[...] essa descrição impõe uma única forma de dividir o espaço e esta não convém, de forma alguma, ao exame das características espaciais de numerosos fenômenos urbanos, industriais, políticos, por exemplo, aqueles justamente que Vidal não quis levar em consideração (LACOSTE, 1993:63).

Lacoste (1993) fala sobre a região como um “conceito-obstáculo”, pois impediu a consideração de outras representações espaciais e a análise de suas relações. Outra crítica feita por Lacoste é que De La Blache não levou em consideração os efeitos da revolução industrial, acontecimento recente à época, não considerando o homem em suas relações sociais e de produção. No entanto, a região continuou a ser um conceito importante para a Geografia.

De acordo com Lencioni (1999), a divisão regional contém uma questão de escala, pois quanto mais complexo for o fenômeno, menor deve ser a área a ser estudada e deve se articular com diferentes ordens de grandeza. Por isso, apesar das críticas, manteremos o termo região nas descrições a seguir, mas com a ressalva de que os setores públicos e também os privados usam o conceito de maneira imprecisa. Portanto, “região”, nessa seção, não remete necessariamente ao conceito da Geografia clássica citado, muito menos ao conceito de região que volta a ser debatido atualmente de maneira importante.

Apesar da tendência à homogeneização do termo, este conceito continua sendo importante para a Geografia. Assim, concordamos com Lencioni (1999) ao propor um estudo sobre irro, articulando-o ao estudo do município de Serra e suas “regionalizações”.

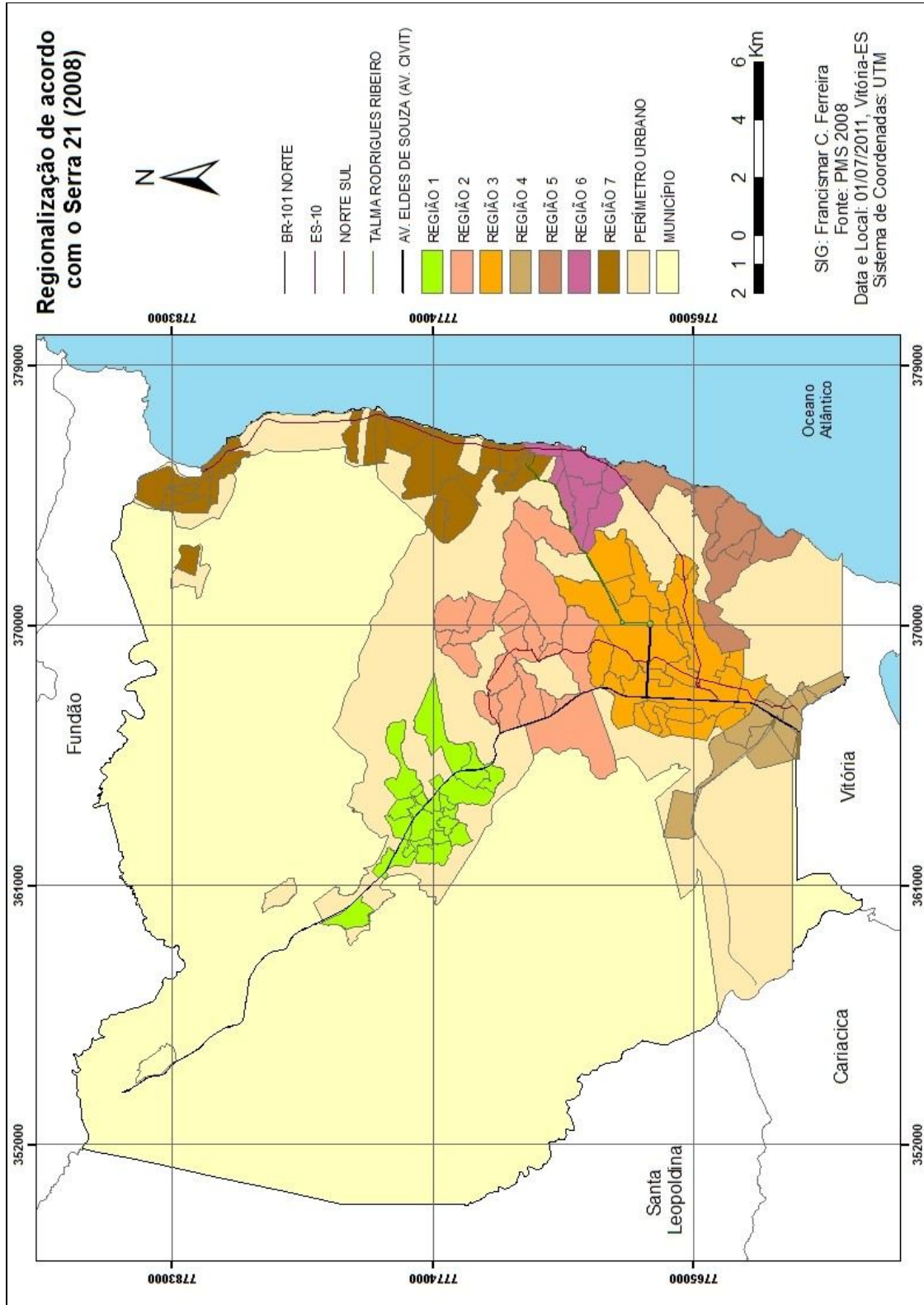
Os documentos analisados do município de Serra apresentam duas “regionalizações”. A primeira, na Agenda 21 (2000) divide o município em quatro macrorregiões, para a caracterização do uso do solo:

- Serra-Sede, com predomínio de uso do solo para fins residenciais e comércio local;
- Litoral: predominância de uso residencial, com destaque para residências de verão;
- Conjuntos Habitacionais: predomínio de uso residencial, com destaque para os conjuntos habitacionais da COHAB e INOCOOP;
- Planalto de Carapina/Laranjeiras: região de maior destaque industrial, comercial e de serviços.

A segunda Agenda 21 (2008) propõe a seguinte “regionalização”, um pouco mais abrangente que a primeira:

- Região 1 - Serra Sede;
- Região 2 - CIVIT – Barcelona;
- Região 3 – Laranjeiras;
- Região 4 – Carapina;
- Região 5 - Novo Horizonte;
- Região 6 – Castelândia;
- Região 7- Jacaraípe - Nova Almeida.

O mapa a seguir mostra a regionalização apresentada na Agenda 21 (2008).

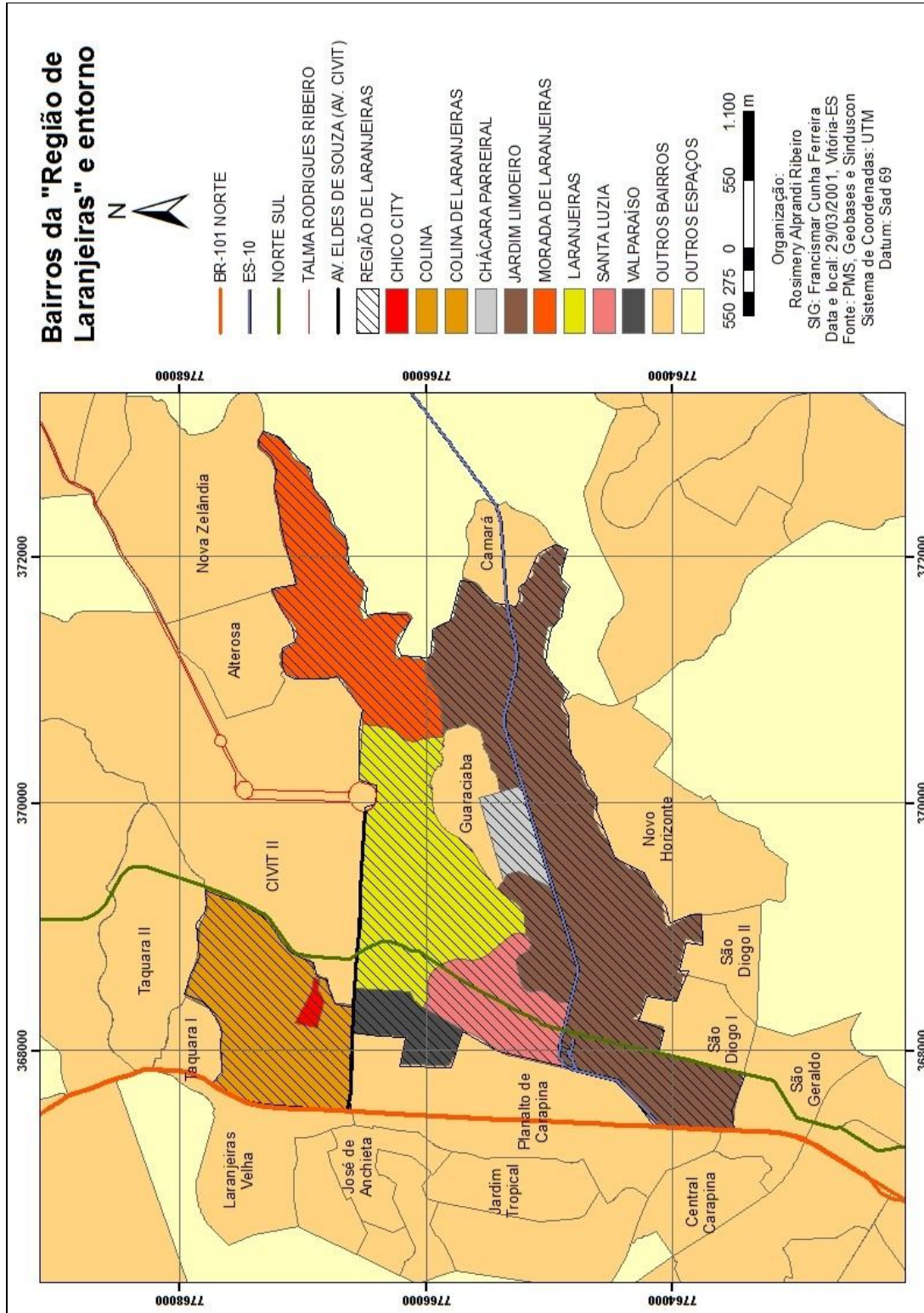


Mapa 3: Regionalização proposta pela Agenda 21 (2008).

A Região que inclui o bairro Laranjeiras é a região 3, que é subdividida em três áreas, incluindo os bairros Taquara, Civit II, Alterosa, Nova Zelândia, Morada de Laranjeiras, **Parque Residencial Laranjeiras**, Valparaíso (sub-região 3B), Laranjeiras Velha, José de Anchieta, Jardim Tropical, Central Carapina (sub-região 3C), Guaraciaba, Chácara Parreiral, Camará, Jardim Limoeiro, São Diogo, São Geraldo (sub-região 3A), que podem ser observados no Mapa 4, que mostra também a regionalização utilizada neste trabalho.

Para este trabalho, serão considerados como fazendo parte da “Região de Laranjeiras” os bairros próximos à Laranjeiras que tiveram destaque na expansão imobiliária nos últimos anos e que fazem parte de um processo de extensão de uma mancha urbana, tendo como “centro” o bairro Laranjeiras. Assim, consideramos parte dessa “região” os seguintes bairros: Laranjeiras, Colina de Laranjeiras¹³, Morada de Laranjeiras, Valparaíso, Chácara Parreiral, Jardim Limoeiro e Santa Luzia, conforme mapa a seguir. Porém, nessa seção, serão analisados dados divulgados nos censos imobiliários, portanto, ficaremos aqui limitados a discutir os dados disponíveis seguindo a “regionalização” proposta pelo SINDUSCON-ES.

¹³ Nessa análise, apenas a parte do loteamento é considerada, visto que Chico City, apesar de ser parte de Colina de Laranjeiras, não tem empreendimentos imobiliários. Porém, isso mostra como a antiga vila operária está inserida em uma área de interesse do mercado imobiliário, conforme discutiremos em outro momento.



Mapa 4: Bairros que fazem parte da "Região de Laranjeiras" para este estudo e bairros citados em outras "regionalizações".

O censo imobiliário é realizado semestralmente pelo SINDUSCON-ES. Tem como objetivo fazer um levantamento dos empreendimentos em construção e à venda, bem como a tipologia e o valor do metro quadrado. No ano de 2009, o censo compreendia 23 bairros dos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica. O censo faz um levantamento dos empreendimentos em construção e à venda com área de construção superior a 800m². As análises a seguir serão baseadas nos censos de outubro de 2003 a junho de 2009 devido à disponibilidade de dados.

O município de Serra só começou a ser considerado nesse levantamento a partir do 4º censo, em outubro de 2003. E a partir daí, cada vez mais esteve em evidência com relação ao número de imóveis construídos e comercializados em vários bairros, principalmente Laranjeiras e proximidades.

É importante ressaltar que nos censos realizados entre outubro de 2005 e maio de 2008, Laranjeiras era o único bairro da Serra considerado na análise do censo. Isso se explica pelo fato de que a maior parte dos empreendimentos era construída apenas nele. Mais recentemente, com a formação e expansão de novos bairros no entorno de Laranjeiras, como Colina de Laranjeiras e Morada de Laranjeiras, esses bairros, juntamente com Laranjeiras são os que apresentam maior crescimento imobiliário e compõem a Região 9 do Censo Imobiliário. Essa região do censo imobiliário será por nós estendida e chamada de “Região de Laranjeiras” (conforme Mapa 4) em função da dinâmica observada em campo na expansão desses bairros. Essa é a principal “região” de expansão imobiliária, como veremos.

A seguir, temos a divisão das regiões dos bairros da Serra que foram consideradas no censo imobiliário no ano de 2009. As demais regiões são parte de outros municípios, por isso não foram aqui consideradas.

- Região 9: Colina de Laranjeiras, Laranjeiras II, Morada de Laranjeiras e Valparaíso;
- Região 11: Jardim Limoeiro, Bairro de Fátima, São Diogo e Carapina;
- Região 12: Castelândia;
- Região 13: Serra-Sede.

Assim, a título de resumo, apresentamos a tabela a seguir. Nela estão demonstradas as diversas formas de regionalização previamente discutidas.

Tabela 6: A “Região de Laranjeiras” segundo diferentes fontes

“Região de Laranjeiras”	
Agenda 21 (2008) sub-região 3B	Taquara, Civit II, Alterosa, Nova Zelândia, Morada de Laranjeiras, Laranjeiras, Valparaíso.
SINDUSCON-ES*	Colina de Laranjeiras, Laranjeiras II, Morada de Laranjeiras e Valparaíso.
Orçamento Participativo (2010)	Chico City, Morada de Laranjeiras, Camará, Guaraciaba, Chácara Parreiral, Laranjeiras, Laranjeiras II, Valparaíso, Jardim Limoeiro, São Diogo, São Geraldo.
“Regionalização” proposta	Laranjeiras, Colina de Laranjeiras, Morada de Laranjeiras, Valparaíso, Santa Luzia, Chácara Parreiral e Jardim Limoeiro.

Fonte: Agenda 21 (2008), SINDUSCON-ES (2009) e PMS (2010).

*Nesse censo não está incluído o bairro Laranjeiras, apenas os bairros do entorno. Porém, em censos anteriores, o bairro Laranjeiras era considerado o principal.

Disso conclui-se que a regionalização da Agenda 21 atual leva em consideração a proximidade entre os bairros (ver Mapa 3). A regionalização do SINDUSCON também considera a proximidade, mas sobretudo, observou-se que a metodologia não classifica de forma precisa os empreendimentos, em função dos limites oficiais dos bairros, o que foi comprovado em trabalhos de campo. Talvez por isso não estejam presentes alguns bairros, importantes como lugar da construção imobiliária, os quais incluímos em nossa regionalização para este trabalho por avaliar serem bairros de considerável destaque em construções principalmente de condomínios fechados. Outra justificativa de nossa “regionalização” é que para a prefeitura municipal, Laranjeiras II não é considerado um bairro, mas parte do bairro Morada de Laranjeiras.

A matéria do jornal A Gazeta (20/02/2011, p. 18) com o título “Construtoras esticam divisas de bairros para ganhar mais” ilustra este assunto, dizendo que “está difícil saber onde começa ou termina um bairro por causa das estratégias de marketing”. Ou seja, ocorre a apropriação do nome de um bairro já consolidado como Laranjeiras ou com aspectos naturais como Manguinhos para vender os imóveis. Este último bairro, atualmente, é citado por ser um balneário conhecido e com área de preservação ambiental. De acordo com a mesma matéria, citando o SINDUSCON, dos 11.507 imóveis em obras próximos a Laranjeiras, 1.213 estão localizados próximo ao balneário de Manguinhos, mas não necessariamente no bairro de mesmo nome. Porém, apesar do crescimento imobiliário considerável e da proximidade com Laranjeiras, não consideramos em nossa análise o bairro Manguinhos por apresentar atrativos diferentes de Laranjeiras, conformando uma outra “região” para as diferentes “regionalizações” analisadas.

Na análise dos censos do SINDUSCON, iniciando pelos dados de unidades em construção (Gráfico 1) podemos concluir que houve nesse período (outubro de 2003 a junho de 2009) uma evolução fulgurante de 3.000% de unidades de imóveis em construção na Serra. É importante observar que o resultado do censo 2009 mostrado no gráfico é o total das quatro “regiões” de Serra no censo imobiliário e o número corresponde a todas as tipologias e estágios de construção (desde o lançamento até a entrega).

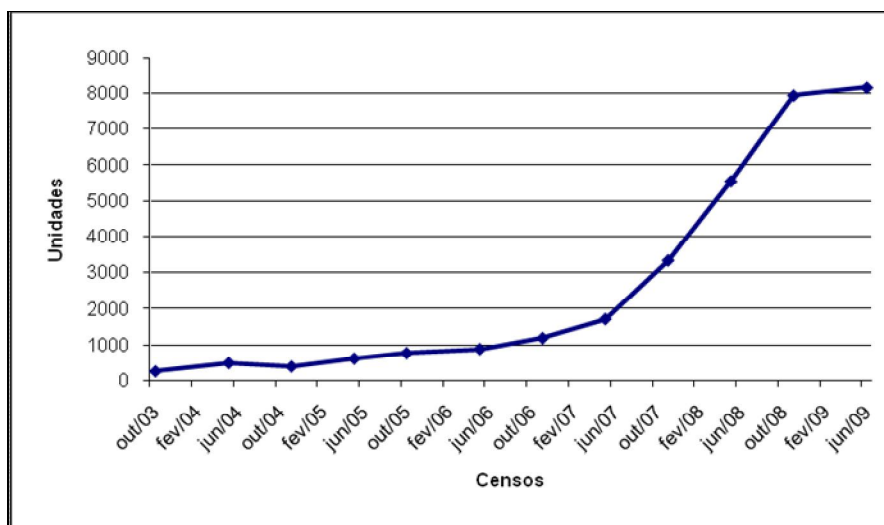


Gráfico 1: Unidades em construção no município de Serra - ES

Fonte: SINDUSCON-ES – Censos outubro/2003-junho/2009.

Dados organizados pelo autor.

No censo realizado em junho de 2009, o SINDUSCON dividia o município de Serra em 4 regiões, enquanto até o censo anterior (novembro de 2008) considerava-se apenas uma região. Isso mostra o desenvolvimento do mercado imobiliário de outros bairros além de Laranjeiras e sua “região”.

Com relação à tipologia de junho de 2009, a maioria dos imóveis em construção no município corresponde a apartamentos de dois e três quartos. Nos primeiros censos realizados a situação era diferente. A maior parte dos empreendimentos construídos eram casas, como é possível observar no Gráfico 2.

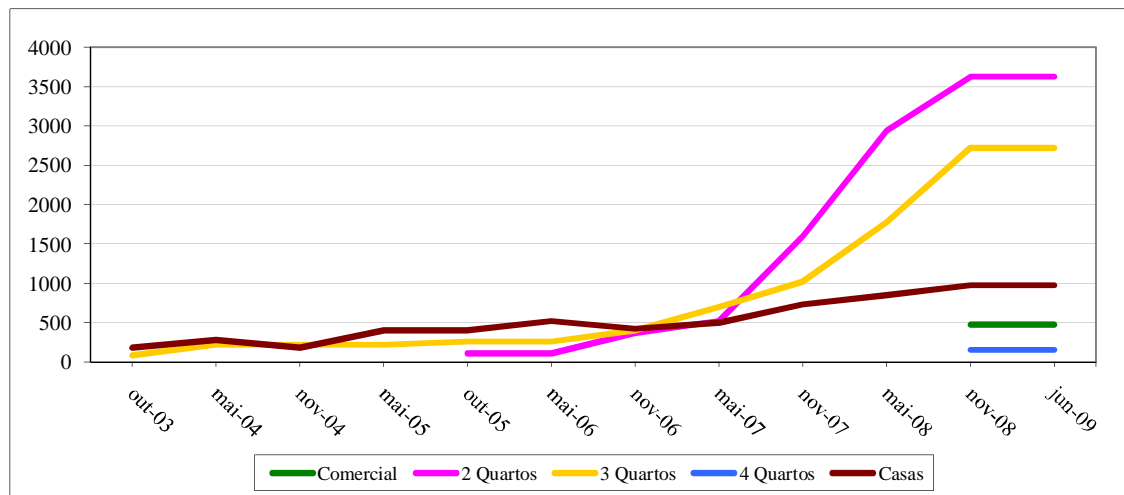


Gráfico 2: Quantidade de imóveis em construção segundo a tipologia no município de Serra

Fonte: SINDUSCON-ES – Censos outubro/2003-junho/2009.

Dados organizados pelo autor.

No Gráfico 2 nota-se que os imóveis comerciais e com quatro quartos só apareceram a partir do censo realizado em novembro de 2008, o que também comprova o crescimento imobiliário e a diversificação nos produtos oferecidos. Apenas no bairro Castelândia, que no último censo analisado (junho de 2009) era parte da região 12, o único tipo de empreendimento era apartamentos de dois quartos, com 270 unidades em construção; e na Serra-Sede (região 13), apenas apartamentos de dois e três quartos (140 e 60 unidades em construção respectivamente). As demais regiões, incluindo os principais bairros apresentavam tipologias variadas, além das já citadas, apartamentos de quatro quartos, casas e unidades comerciais.

A maioria desses empreendimentos é lançada sob a forma de condomínios fechados. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do município, no ano de 2008, existiam 37 condomínios fechados em lançamento, em construção e/ou aprovados pela prefeitura (Zanotelli et al, 2008). A maioria localizava-se próximo a Laranjeiras. De acordo com levantamento no primeiro semestre de 2010 (Zanotelli et al, 2010) existia no ano de 2009 um total de 156 condomínios fechados, distribuídos entre os que estão em análise e/ou aprovados junto à prefeitura municipal, em lançamento e/ou em construção e, finalmente, os já acabados e habitados, demonstrando o aumento desse tipo de moradia a partir de 2008. desse total, a maioria é de condomínios fechados verticais – um total de 134, conforme Gráfico 3 – e localizados no que denominamos “Região de Laranjeiras” (76 empreendimentos). Porém, existem também alguns condomínios horizontais, ou seja, de casas, e um número menor de

loteamentos fechados, atualmente três em processo de construção e venda, destinados às classes com maior poder aquisitivo.

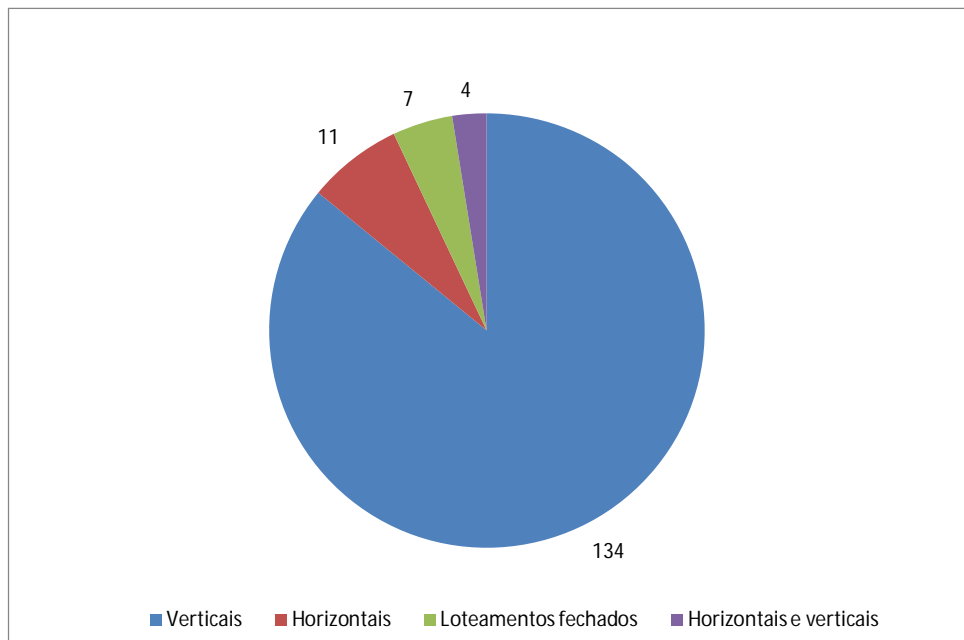


Gráfico 3: Tipologia dos Empreendimentos em análise, aprovados pela PMS, em construção e entregues no município de Serra – ES

Fonte: pesquisa de campo¹⁴

Dados organizados pelo autor.

Parte dos condomínios fechados em construção atualmente corresponde a imóveis inseridos no programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida” – de acordo com informações da PMS são 13 no total. Este programa tem como objetivo financiar moradias, principalmente apartamentos para pessoas que ganham até 10 salários mínimos. Dentro dessa faixa salarial há três grupos: o primeiro para quem ganha de zero a 3 salários mínimos, o segundo para 3 a 6 salários mínimos e o terceiro para 6 a 10 salários mínimos. Este programa é associado a grandes empresas do setor de construção civil, o que continua sendo uma característica forte da habitação enquanto mercadoria, como na época do BNH, conforme já exposto no Capítulo anterior.

¹⁴ Dados preliminares da pesquisa de campo – Agorafobia: A busca do paraíso perdido das comunidades auto-segregadas do município da Serra-ES. Zanutelli, C. L. (coord.). Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

Ocorre que a maioria dos empreendimentos são para o terceiro grupo, o que também não constitui uma solução para o problema do déficit de moradia no país para as classes dominadas, como será possível perceber no item 2.4. Além disso, a maioria dos condomínios fechados é de apartamentos, conforme Gráfico 4, por ser possível um aproveitamento maior do terreno. Por esse motivo também, todos os imóveis inseridos no “Programa Minha Casa Minha Vida” são apartamentos, pois são imóveis pequenos (em muitos casos menor que 50 m²) permitindo, assim, uma maior densidade de apartamentos por terrenos.

Com relação ao valor do metro quadrado (Tabela 7), observa-se que houve um aumento em todos os tipos de imóveis comercializados, o que mostra a valorização imobiliária do município. Com relação aos dados de junho de 2009 os valores na tabela correspondem à média das regiões analisadas no censo imobiliário, visto que a Serra contou no referido censo com quatro “regiões”. Nos censos anteriores, como o município de Serra apresentava apenas uma região, os dados são referentes principalmente ao bairro Laranjeiras, que dava nome à região do censo.

Tabela 7: Preço de venda do metro quadrado dos imóveis no município de Serra

Censos	Valor do m ² (R\$)			
	2Q	3Q	4Q	Casas
out/03	-	1131	-	974
mai/04	-	1114	-	1278
nov/04	-	1263	-	1429
mai/05	-	1429	-	1449
out/05	1135	1547	-	1705
mai/06	1218	1604	-	1631
nov/06	1149	2152	-	2167
mai/07	-	2334	-	2250
nov/07	2128	2357	-	2468
mai/08	2146	2317	-	2684
nov/08	2171	2542	3120	2727
jun/09*	2113	2410	3036	2902

Fonte: SINDUSCON-ES – Censos outubro/2003-junho/2009.
Dados organizados pelo autor.

Analisando o quantitativo de imóveis já comercializados, outro item pesquisado no censo, nota-se uma venda rápida desses novos empreendimentos no município, pois grande parte já foi vendida. De acordo com o censo imobiliário de junho de 2009, haviam 8.161 unidades, sendo que 6.439 (79%) já haviam sido comercializadas.

Os resultados dos censos imobiliários mostram que a Serra está diversificando a tipologia dos imóveis, a fim de atender a diferentes públicos. Além disso, com essa nova política, objetiva mudar a característica do município, que era conhecido como moradia dos trabalhadores da indústria e das classes populares.

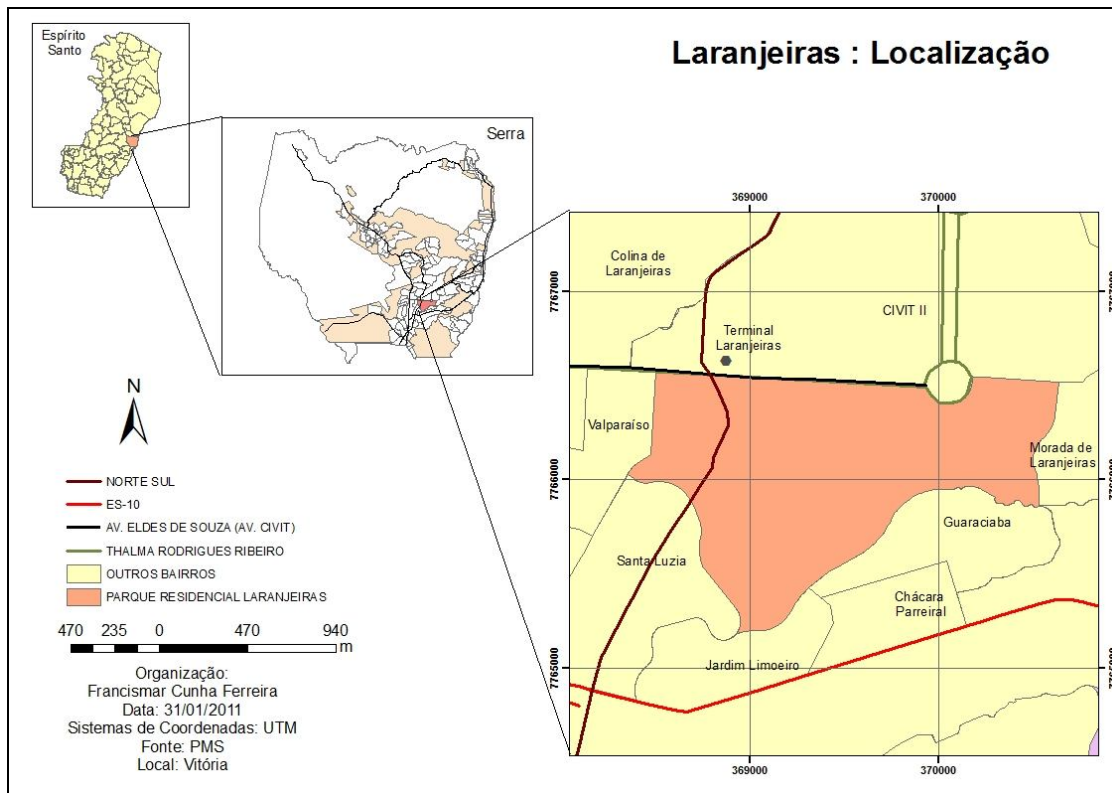
2.3. O bairro Laranjeiras e seu entorno

Neste item explanaremos as mudanças ocorridas no bairro Laranjeiras, que nasceu como um bairro residencial e teve uma mudança de função nos últimos anos. Aliado a este crescimento, ocorreu também uma modificação do entorno, surgindo novos bairros, entre eles Colina de Laranjeiras, e espraiando os já existentes, conformando o que denominamos “região de Laranjeiras”, na realidade uma sub-região dentro da regionalização da prefeitura, que por referência à tradição geográfica, preferimos adotar o vocábulo em um sentido menos determinista e numa escala micro.

2.3.1. Pequeno histórico do bairro

O bairro Laranjeiras (Mapa 5) foi um dos empreendimentos do INOCOOP-ES construído em uma área onde antes era uma fazenda. Teve sua construção finalizada em 1977, com 1855 casas, localizado próximo ao centro industrial CIVIT II, porém, só foi inaugurado no ano seguinte.

De acordo com Barbosa (2009), inicialmente o bairro não possuía asfaltamento em todas as ruas, o transporte coletivo era escasso e o comércio era apenas para suprir as necessidades diárias da população. As compras eram realizadas no centro de Vitória.



Mapa 5: Localização do bairro Laranjeiras no município de Serra.

É possível dizer que o bairro Laranjeiras passou por três fases. Na primeira, era eminentemente residencial, onde viviam principalmente os trabalhadores da indústria, com um comércio local incipiente, comandado por agentes locais. Essa fase perdurou desde a inauguração do bairro até o início da década de 1990. Mesmo com um “comércio de bairro”, de acordo com Gonçalves (2007), Laranjeiras recebeu ao longo da década de 1980 algumas entidades que extrapolavam necessidades locais, como a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – e o Hospital Dório Silva, este em 1988. Nessa época, o Centro de Vitória polarizava o comércio varejista e os serviços profissionais e financeiros, mas já eram notáveis em Laranjeiras as atividades terciárias, mesmo que com abrangência local.

Na segunda fase, a partir do início da década de 1990, houve a expansão do comércio, que passou a contar com mais lojas e serviços especializados, como clínicas médicas. Em 1994, o bairro ganhou sua primeira agência bancária. Já no fim dessa década, passou a ser considerado referência dentro do município em comércio e prestação de serviços. Atualmente, a Avenida Central (Figura 2), principal do bairro, conta com inúmeras lojas, agências

bancárias e unidades prestadoras de serviços diversos, inclusive que pertencem a redes nacionais.

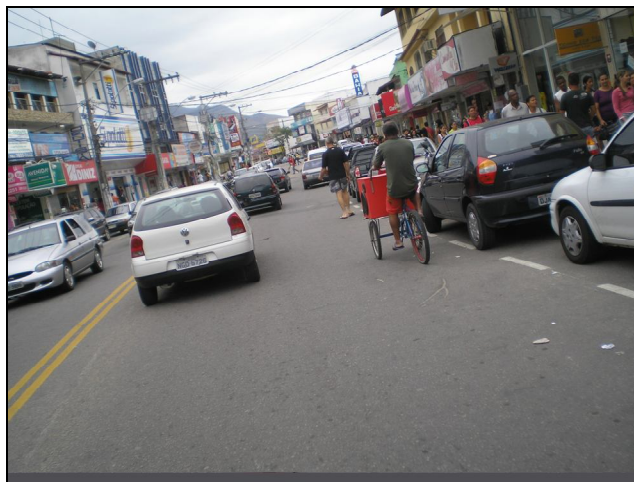


Figura 2: Avenida Central, 2010.

Fonte: Acervo do autor

Barbosa (2009) apresenta em seu estudo um levantamento do comércio existente na Avenida Central de Laranjeiras (Tabela 8).

Tabela 8: Quantidade total de lojas comerciais na Avenida Central em 2009

RAMO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Confecções e moda	97	19,8
Restaurante e lanchonete	57	11,4
Farmácia e estética	42	8,4
Peças para autos	37	7,4
Material de construção	33	6,6
Armarinho	31	6,2
Papelaria e livraria	29	5,8
Supermercado e mercearia	21	4,2
Utilidades do lar	20	4,0
Calçados	15	3,0
Brinquedos e diversão	15	3,0
Cama, mesa e banho	12	2,4
Diversos	12	2,4
Som e acessórios	11	2,2
Instrumentos agrícolas	11	2,2
Eletrodomésticos	10	2,0
Informática e telefonia	10	2,0
Padaria	09	1,8
Joalheria	09	1,8
Foto e imagem	09	1,8
Óticas	08	1,6
Total	509	100

Fonte: Barbosa, 2009

Nas proximidades dessa avenida, foi inaugurado um *shopping* (Figura 3) em 2002. E há uma tendência de crescimento para esse processo, visto que avenidas antes apenas residenciais já contam com diversos pontos de comércio.



Figura 3: Laranjeiras Shopping e Praça da Luz, 2010.

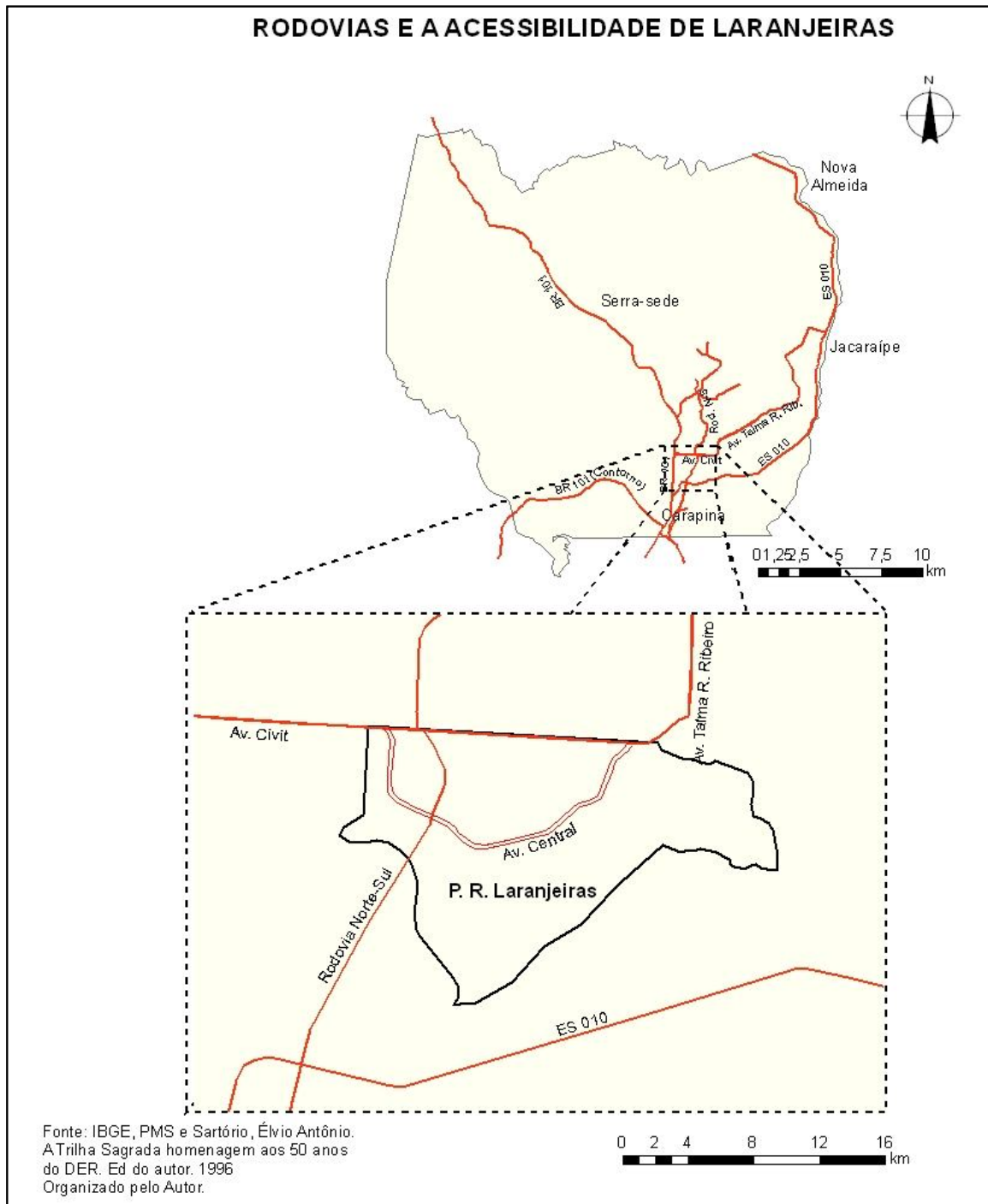
Fonte: Acervo do autor.

É importante ressaltar que a inauguração de um *shopping* não diminuiu a tendência de crescimento do comércio do bairro, principalmente na Avenida Central. Segundo Gonçalves (2007), muitas lojas foram inauguradas após o ano de 2002. E ainda segundo este autor, o *shopping* potencializou ainda mais a centralidade intra-urbana de Laranjeiras, com mais opções para o comércio varejista e atividades de lazer.

Esse crescimento do comércio trouxe várias consequências para os moradores do bairro. Muitos que moravam nas principais avenidas venderam ou alugaram suas casas, que atualmente são ocupadas principalmente por lojas. Em muitos casos optaram pelos condomínios fechados próximos como nova moradia. E os que não saíram do bairro, mudaram seus hábitos por conta do crescimento, do aumento no número de pessoas frequentando o bairro, entre outros fatores, o que nos faz retornar ao pensamento de Carlos (2004) sobre as mudanças nos costumes e hábitos, além da diminuição das relações de vizinhança resultantes do crescimento da cidade, conforme discutimos no item 1.3.

As principais áreas comerciais do bairro são a Avenida Central, e as Avenidas Norte-Sul, que corta o bairro, e a Avenida Civit (Mapa 6). As atividades terciárias nessas últimas referem-se

ao fluxo intenso e ao mesmo tempo, à expansão das atividades da Avenida Central, que fica muito próxima.



Mapa 6: Posição do bairro Laranjeiras na malha rodoviária de Serra.

Fonte: Gonçalves, 2007.

Sobre isto, Gonçalves (2007) diz:

A concentração de atividades terciárias na Avenida Central está associada pela própria função dessa via, que foi construída para abrigar esses tipos de estabelecimentos, mas a princípio, para um consumidor local. Com as mudanças ocorridas no espaço urbano de Serra e da Grande Vitória [...] essa avenida veio a se consolidar como o principal ponto de concentração das atividades terciárias, o que reflete, por sua vez, nos maiores preços da terra urbana (GONÇALVES, 2007:83).

Ainda sobre as fases do bairro Laranjeiras, a terceira fase, mais atual, começou por volta do ano 2000. Há um novo processo de ocupação residencial, diferente do ocorrido na primeira fase, com o surgimento de vários empreendimentos imobiliários ao redor do bairro, principalmente condomínios fechados de casas e de apartamentos voltados para as classes média e alta. Essa fase mais recente ocorre concomitante à segunda, pois o comércio continua em plena expansão. Assim, o fato de Laranjeiras ter se firmado com um centro terciário do município, influenciou diretamente a valorização do espaço do bairro e de seu entorno.

Pode-se dizer que os condomínios fechados ficam “orbitando” o bairro, se aproveitando de sua estrutura, fazendo surgir recentemente o termo “região de Laranjeiras”, a fim de designar a área ocupada pelos condomínios fechados. Sobre esse crescimento no número de empreendimentos imobiliários, Barbosa (2009) diz:

Laranjeiras encabeça enquanto força motriz desse processo que se apropriou do seu espaço, já legitimado, regulado, com a presença de amenidades e um subcentro comercial. Todos os atrativos estavam montados para a chegada dos condomínios fechados de alto padrão aquisitivo (BARBOSA, 2009:101).

Como o bairro conta com toda a infra-estrutura comercial e de serviços necessária, tornou-se a referência para esses novos empreendimentos, que mesmo não estando dentro do que é efetivamente o bairro, utilizam a infra-estrutura de Laranjeiras nas suas propagandas. De fato, os moradores dos condomínios fechados o utilizam, como foi possível perceber em entrevistas feitas pela pesquisa “Agorafobia: a busca do paraíso perdido das comunidades auto-segregadas de Serra” (Zanotelli – org, 2010). Uma moradora de um condomínio fechado habitado por classe média e dominante em Laranjeiras, questionada sobre os serviços existentes no bairro e para quais finalidades os utiliza respondeu:

Para tudo. Você vê que a gente nem tem padaria aqui perto. Nossa padaria é em Laranjeiras, banco é em Laranjeiras, nossa vida é em função de Laranjeiras. A gente só não tem shopping aqui... nosso shopping é um centro comercial, bem pequeno (Entrevista com moradora de condomínio fechado, 2009).

Assim, Laranjeiras, apesar de ter sido criado como um bairro residencial, pode ser considerado atualmente uma referência nos ramos de comércio e serviços do município em que está inserido.

2.3.2. O crescimento do entorno de Laranjeiras

O município de Serra era composto por bairros com limites claros entre si. Isso ocorreu, principalmente, devido a apropriação do espaço pelos loteamentos e conjuntos habitacionais, que ocasionaram uma ocupação urbana esparsa e rarefeita (Gonçalves, 2010). Com o crescimento dos bairros, eles acabaram se espraiando, e seus limites originais foram ampliados ou tornaram-se contíguos a outros bairros.

A sequência de fotos a seguir mostra a mudança no espaço do bairro Laranjeiras em diferentes épocas.



Figura 4: O traçado inicial do bairro Laranjeiras (1975)

Fonte: Neves e Campos Jr., 1998.



Figura 5: O início do bairro Laranjeiras.

Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo (ano: entre 1975-79)



Figura 6: O bairro Laranjeiras em 2011.

Fonte: Google Earth (2011).

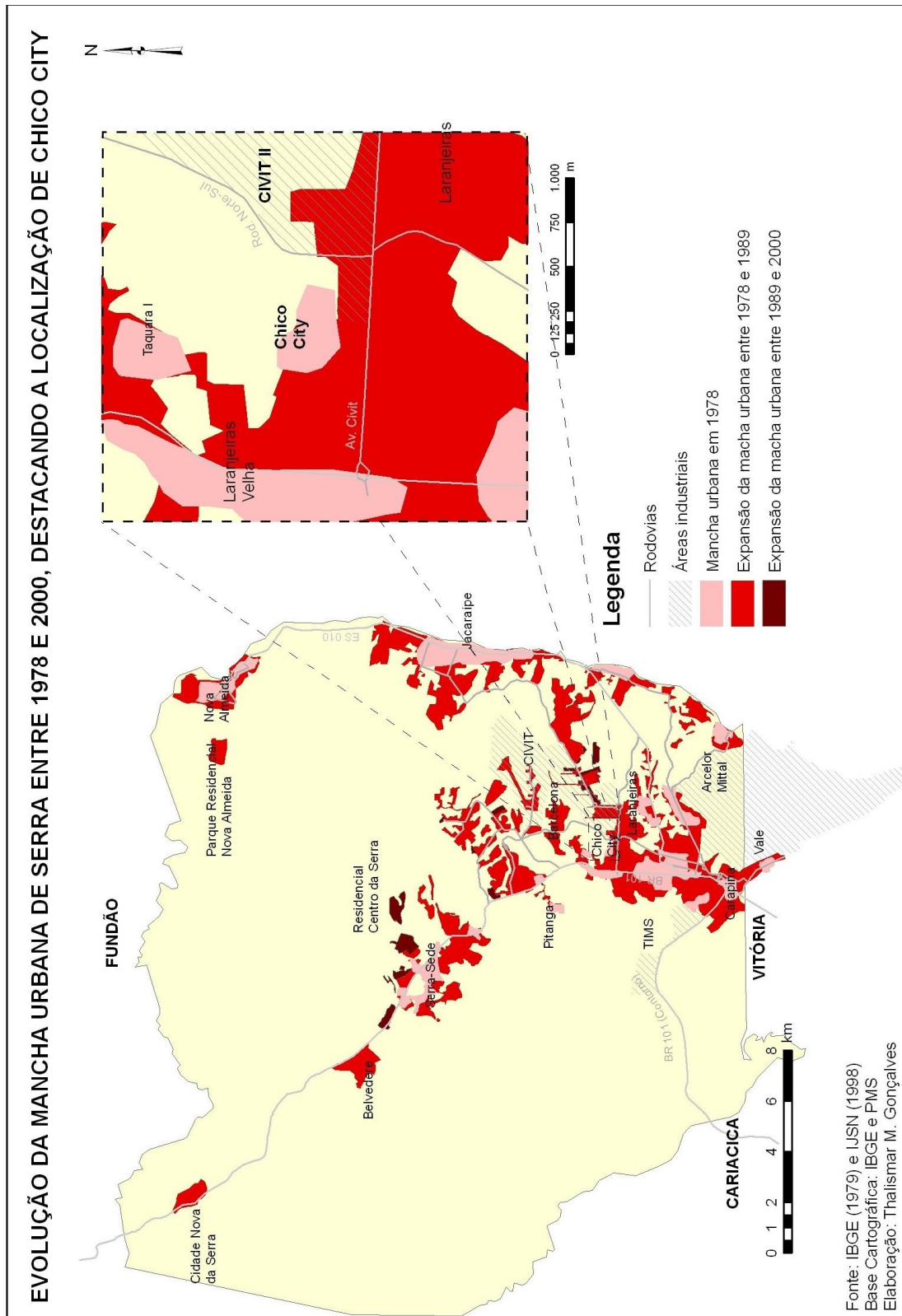
A primeira imagem mostra apenas o traçado inicial do bairro Laranjeiras em 1975, antes da construção do conjunto habitacional. Esse bairro contava inicialmente com 1855 casas na década de 1970 (Figura 5), quando foi inaugurado, e atualmente é possível notar na Figura 6 (apesar das escalas distintas) a expansão desse número e também da área original do bairro. Na figura 5 é possível perceber a descontinuidade do tecido urbano nas proximidades do

então recém-criado bairro Laranjeiras, e na Figura 6, a imagem mais recente mostrando o crescimento das áreas do entorno do bairro.

O Mapa 7 mostra que em 1977, a urbanização era pontual, localizada principalmente nos bairros Serra Sede, Nova Almeida, Jacaraípe e Carapina, neste último bairro pelo fato de estar próximo à Vitória. A partir daí, a mancha urbana foi se expandindo, sempre próximo às principais vias.

É possível notar que o bairro de interesse desse estudo, Chico City, já existia enquanto parte da mancha urbana de 1978. Porém, ele não é considerado um bairro para a Prefeitura Municipal, por isso não está inserido na lei que dispõe sobre os bairros de Serra. Já o bairro Colina de Laranjeiras, onde oficialmente está inserido Chico City, não existia segundo a legislação de 1999, aparecendo como bairro apenas na lei mais recente. Isso mostra que ele veio a surgir após o crescimento imobiliário próximo a Laranjeiras.

A apresentação e a caracterização dos bairros Chico City e Colina de Laranjeiras serão detalhadas no Capítulo 3.



Mapa 7: Evolução da mancha urbana em Serra entre 1978 e 2000.

2.4. Papel do poder público na expansão imobiliária em Serra

O poder público é um importante agente na construção e reconstrução do espaço. A ação do Estado, por ser responsável pelo fornecimento de infra-estrutura e serviços urbanos, é utilizada por incorporadores imobiliários, que acabam muitas vezes influenciando decisões na esfera pública.

Sobre isto, conforme dito anteriormente, o poder público teve um papel predominante na formação de Laranjeiras como subcentro metropolitano. Após a conformação desse bairro como importante centro terciário do município, esse atrativo foi utilizado para a chegada dos condomínios fechados, principalmente a partir do ano 2000.

A partir daí, ocorreu a formação de novos bairros em áreas antes não habitadas, em áreas antes industriais, entre outros, a maioria nessa “região” valorizada no município. Colina de Laranjeiras é um exemplo de bairro que surgiu após o crescimento de Laranjeiras. Na maioria dos casos, esses novos bairros – formados por população das classes dominantes e médias, mas também em parte populares pela existência de programas do governo – não fazem fronteira com bairros habitados majoritariamente pelos mais pobres, carentes em termos de equipamentos e serviços. Algumas exceções são o bairro Taquara (Figura 7) e Chico City, o primeiro fazendo limite com Colina de Laranjeiras e o segundo sendo parte desse bairro. Há também o caso do loteamento fechado Boulevard Lagoa, destinado às classes dominantes, que já dissemos ser considerado um bairro de mesmo nome e que fica próximo ao bairro popular Feu Rosa, separado deste por uma importante avenida e por um imponente muro.

O município apresenta também a mudança de função de algumas áreas, como é o caso de áreas antes ocupadas por indústrias sendo modificadas para a construção de condomínios fechados e *shoppings centers*. No Capítulo 3, entraremos em detalhes sobre a Atlantic Veneer do Brasil, que teve parte de sua área vendida recentemente para uma construtora. Além desse exemplo, a fábrica de cerâmicas Eliane deu lugar a um condomínio do tipo *total life*, que inclui área residencial, salas comerciais e um *shopping center* em um mesmo empreendimento. Para essas mudanças, são necessárias ações do poder público para que isso seja possível através, dentre outras coisas, da mudança do zoneamento da área em questão. Ou seja, as mudanças econômicas em processo no município em questão tiveram como consequência mudanças também em suas formas e funções. Na visão de Santos (1985:49)

“[...] sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial” (SANTOS, 1985:49).



Figura 7: Condomínio Igarapé, no bairro Colina de Laranjeiras e ao fundo o bairro Taquara.

Fonte: Francismar Cunha, 2010.

Conforme já analisamos em outro momento, havia um intuito de transformar o espaço do município, numa espécie de concorrência com a capital, Vitória. Para tal, o governo municipal busca essas transformações e as facilita, como é possível notar em trecho de entrevista com a Secretária de Desenvolvimento Urbano do município de Serra:

Nós precisamos de incrementar a riqueza da população, para aumentar a possibilidade dessa população ter mais renda. E crescer, *mas não crescer naquele nível de população de menor renda*. E o que tem a ver isso com a política urbana? Tem a ver isso porque a forma como foi encontrada na Serra foi através dos condomínios e loteamentos. E aí assim, olha o paradoxo que é. Como você coloca isso na Serra sem trabalhar a questão da segurança para essa população que está vindo e, aí a melhor forma foram os loteamentos fechados, os condomínios e esses equipamentos que trazem essa sensação de segurança (Entrevista com Secretária de Desenvolvimento Urbano, 25/11/2009).

Mas logo em seguida se contradiz, quando se refere ao Programa “Minha Casa, Minha Vida”:

Então, nós estamos agora trabalhando com as empresas, essas mesmas empresas que [constroem] três a dez e mais de dez. Nós estamos forçando para apresentar de zero a três para nosso cadastro de morador. Porque nós temos que ter habitação de interesse social. Nós temos que ter para diversos segmentos, só que nós temos que

ter política voltada para os de menor renda. *Mas nós temos que cumprir uma função social em relação à habitação de interesse social* (Entrevista com Secretária de Desenvolvimento Urbano, 25/11/2009).

A contradição está no fato de que não existe no município nenhum empreendimento imobiliário destinado à população de zero a três salários mínimos, a camada mais necessitada da população, e que vivem em situação de precariedade social, como pode ser confirmado na tabela a seguir. Note que o município de Serra é o que tem maior número de contratações do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, com 37% do total do programa no Espírito Santo, mas concentrados na população com renda entre três e dez salários mínimos. Se considerarmos o total, nessa faixa de renda a Serra possui mais da metade das contratações.

Tabela 9: Contratações do Programa “Minha Casa, Minha Vida” no Espírito Santo até 20/11/2010

Município	0 a 3 SM	3 a 10 SM	Total	%
Serra	0	3.860	3.974	37
Vila Velha	1.587	240	1.827	25
São Mateus	1.004	274	1.278	18
Colatina	854	101	955	13
Linhares	415	122	537	7
Nova Venécia	0	179	179	2
Vitória	128	114	242	2
Baixo Guandu	0	179	179	2
Demais Municípios	276	1.272	1.434	14
Total	4.264	6.341	10.605	-

Fonte: Caixa Econômica Federal. Apresentação em *Power point* de Carlos Cerqueira Guimarães (22/11/2010), gerente regional norte do Espírito Santo.

De acordo com trabalhos de campo realizados pelo projeto “Agorafobia”, a maioria desses empreendimentos é, na verdade, para as pessoas com faixa de renda entre 6 e 10 salários mínimos, confirmando que a população de baixa renda de fato não tenha benefícios desse programa no município de Serra. Conforme já discutido anteriormente, dessa maneira o programa não resolve os problemas de moradia da população de menor renda, e menos ainda o déficit habitacional no município.

Gonçalves (2010) compara a produção de moradia para população com menor poder de compra aos conjuntos habitacionais, ou seja, é feita de maneira a diminuir os custos na produção.

[...] os condomínios fechados voltados para a população com menores rendimentos expressam, do nosso ponto de vista, a combinação de estratégias de diferentes formas de produção da moradia. Por um lado, a produção em larga escala e padronizada nos faz lembrar da construção de conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado ou por cooperativas habitacionais (GONÇALVES, 2010:136).

Quanto à redução dos custos de produção dos imóveis, é possível notar atualmente que os imóveis inseridos no Programa “Minha Casa, Minha Vida” apresentam um valor alto do metro quadrado, se comparado aos que não estão inseridos no mesmo programa. Isso porque os apartamentos são muito pequenos (alguns em torno de 40 m²) e tem problemas estruturais pela economia na construção das unidades. Apresentam também poucas opções de lazer, mas elas existem.

Esses fatos corroboram com a afirmação de que o município de Serra, apesar de ser populoso e com diversos problemas sociais, entre eles a qualidade e a quantidade das habitações, não investe, ao menos até o momento, em programas voltados para a população mais pobre. As políticas atuais são voltadas às classes dominantes, médias e parcela dos inseridos economicamente das camadas entre 6 e 10 salários mínimos.

No caso do bairro Laranjeiras, o poder público teve um papel fundamental em todo o processo de crescimento do bairro. Desde o início com a implantação do sistema viário e do terminal, conforme citado na seção anterior, mas também com a abertura progressiva de novas vias e instalação de infra-estrutura. Mais recentemente, um exemplo bem marcante nas proximidades do bairro, é o surgimento do “Parque da Cidade”, em uma avenida de grande concentração de empreendimentos sendo construídos e outros já habitados, os quais utilizam o parque como seu “quintal” nas propagandas, conforme Figura 8.

Esse parque, juntamente com os condomínios construídos nessa área, demandou instalação de infra-estrutura por parte do município, como novos acessos. Antes desse parque, pode-se dizer que o bairro era carente de áreas públicas de lazer para os moradores, as praças existentes não eram utilizadas por conta de falta de equipamentos e necessidade de reformas. Na verdade, os espaços destinados a praças dentro da área original do bairro começaram a ganhar reformas e equipamentos necessários recentemente, após todo esse *boom* imobiliário, sendo o exemplo mais recente a inauguração da praça em frente ao Laranjeiras Shopping no ano de 2010 (Figura 3), além do Parque da Cidade, citado anteriormente.



Figura 8: Apropriação da natureza nas propagandas imobiliárias

Fonte: Material Publicitário

Isso remete ao pensamento de Mendonça (2007), sobre o espaço público como local de “embelezamento urbano”, aqui apropriado pelas propagandas imobiliárias, mostrando a importância dos recentes empreendimentos imobiliários para este município. Assim, um município que antes tinha uma característica industrial e com população de baixa renda procura facilitar o investimento nos condomínios fechados com o objetivo de mudar o perfil de sua população. No documento Serra 21 (2000-2020), elaborado em 2000, fica clara essa vontade da administração municipal quando se fala sobre as tendências do desenvolvimento: “Competição entre os municípios da metrópole por atividades de comércio e serviços regionais e por grupos de população de renda mais elevada” (Serra 21, 2000:56).

Em outro ponto, o documento trata das estratégias a serem seguidas pelo município a fim de ter um destaque na Região Metropolitana:

Disputar, legitimamente, com o núcleo da Metrópole (municípios de Vitória e parte de Vila Velha) a localização de serviços pessoais e produtivos mais sofisticados, como forma de adequar ao máximo, no âmbito de seus domínios, a oferta de serviços à demanda que já é crescente (Serra 21, 2000:66).

E dá destaque também à expansão habitacional, conforme trecho a seguir:

A Serra, em função dos amplos vazios urbanos existentes em seu território e diante da pequena disponibilidade de espaço em Vitória e da inadequação do espaço urbano de outros municípios, deve se qualificar e se credenciar no contexto metropolitano para desenvolver uma expansão habitacional com tipologias diferenciadas, tanto em termos arquitetônicos como em termos de padrões de renda da população localizada em seu território (Serra 21, 2000:64).

Um dos objetivos recentes da prefeitura municipal é anunciado pela Secretária de Desenvolvimento Urbano da cidade, concordando com o documento citado: “A estratégia é colocar moradia de alta renda, porque vindo moradia de mais alta renda a gente trabalha o setor de serviços e comércio que é o que emprega, e é o que distribui renda” (Entrevista, Secretária de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Serra, 25/11/2009). Na citação anterior, nota-se que essa estratégia já havia sido claramente mencionada na primeira Agenda 21 do município (2000-2020).

Porém, apesar de ter sido uma forma de o município mudar sua característica, esse tipo de moradia – o condomínio fechado – traz a necessidade de se pensar na questão da descontinuidade dos espaços dentro da cidade, e nas consequências disso para um futuro próximo, quando os empreendimentos projetados e os que estão sendo em construção ficarem prontos.

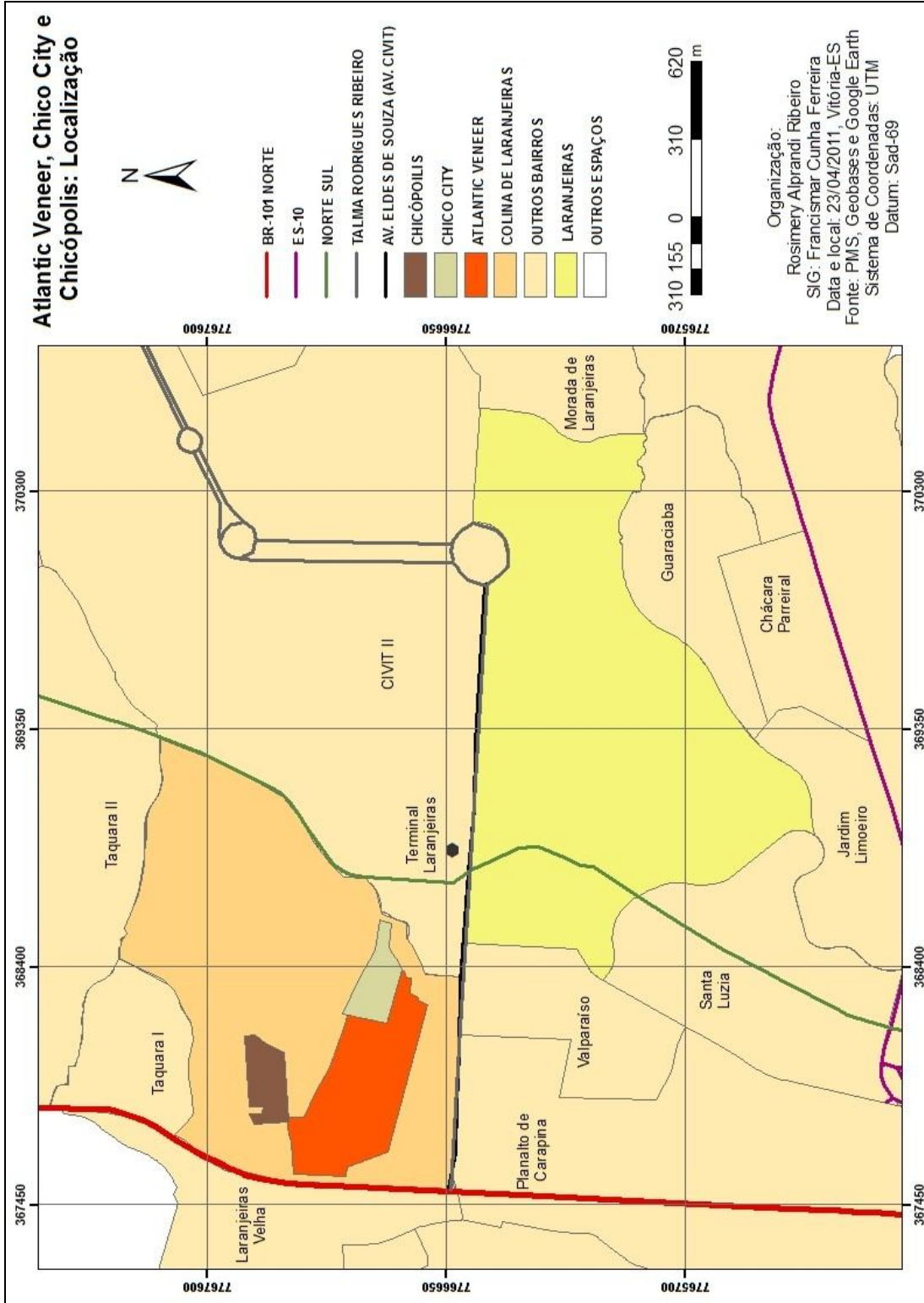
Assim, podemos afirmar que a ação do Estado valoriza – ou desvaloriza – determinadas áreas, mas os agentes imobiliários são também especialistas em valorizar simbolicamente uma determinada região. As propagandas são eficazes nas mudanças dos estilos de vida de determinada camada da sociedade. Assim, esse agente pode reproduzir e aprofundar a segregação sócio-espacial juntamente com o poder público.

CAPÍTULO 3: CHICO CITY E COLINA DE LARANJEIRAS

O capítulo que aqui se inicia tem como objetivo analisar o cotidiano na antiga vila operária de Chico City, objeto de estudo desse trabalho. Inicialmente, trataremos da história da Atlantic Veneer do Brasil que deu origem a duas vilas operárias – Chico City e Chicópolis – contada principalmente pelos habitantes de Chico City e antigos moradores da extinta vila de Chicópolis, muitos deles antigos trabalhadores da fábrica por nós entrevistados, porém, com mais foco em Chico City. Essa antiga vila é uma área considerada particular pela prefeitura, portanto, não é oficialmente reconhecida como um bairro. Porém, conforme exposto no Capítulo 1, trataremos dessa área como um bairro.

Analisamos também o surgimento do bairro Colina de Laranjeiras, no qual Chico City está oficialmente localizado para entender as mudanças que ocorreram nos últimos anos naquela área. Em seguida, apresentamos os resultados das entrevistas e dos trabalhos de campo, para entender a relação dos moradores com o espaço em que vivem e os efeitos sobre esse grupo do fato de estar inserido no recente bairro Colina de Laranjeiras. O Mapa 8 mostra a localização desses lugares.

As fotos aéreas a seguir mostram as mudanças no espaço e no tempo na área de estudo, respectivamente nos anos de 1970, 1978, 1994, 2003, 2007 e 2010, mostrando a localização aproximada dos elementos interessantes a este Capítulo. No decorrer do capítulo teceremos diversos comentários sobre essas imagens.



Mapa 8: Localização de Chico City, Chicópolis e Atlantic Veneer.

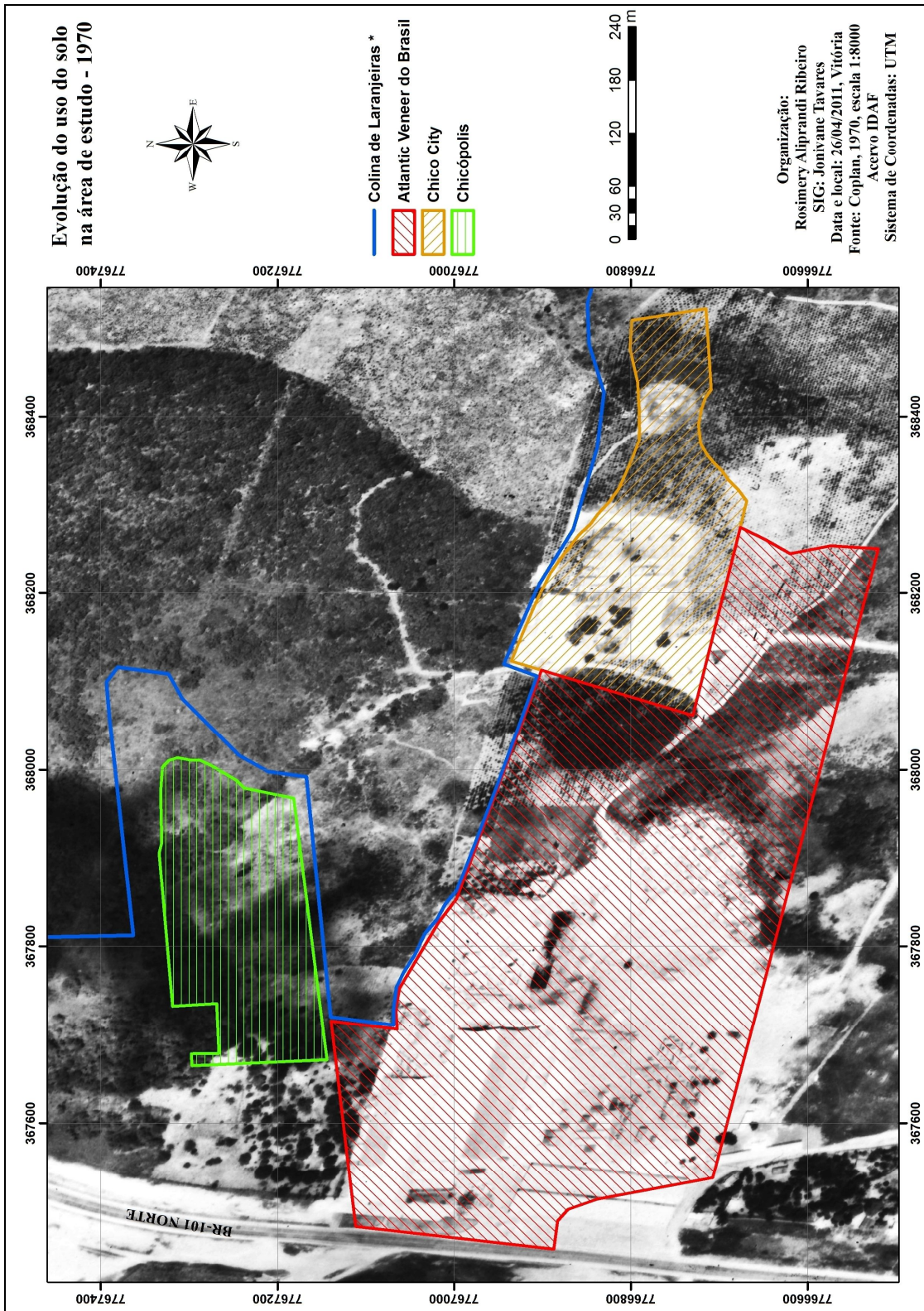


Figura 9: A área de estudo e seu entorno em 1970.

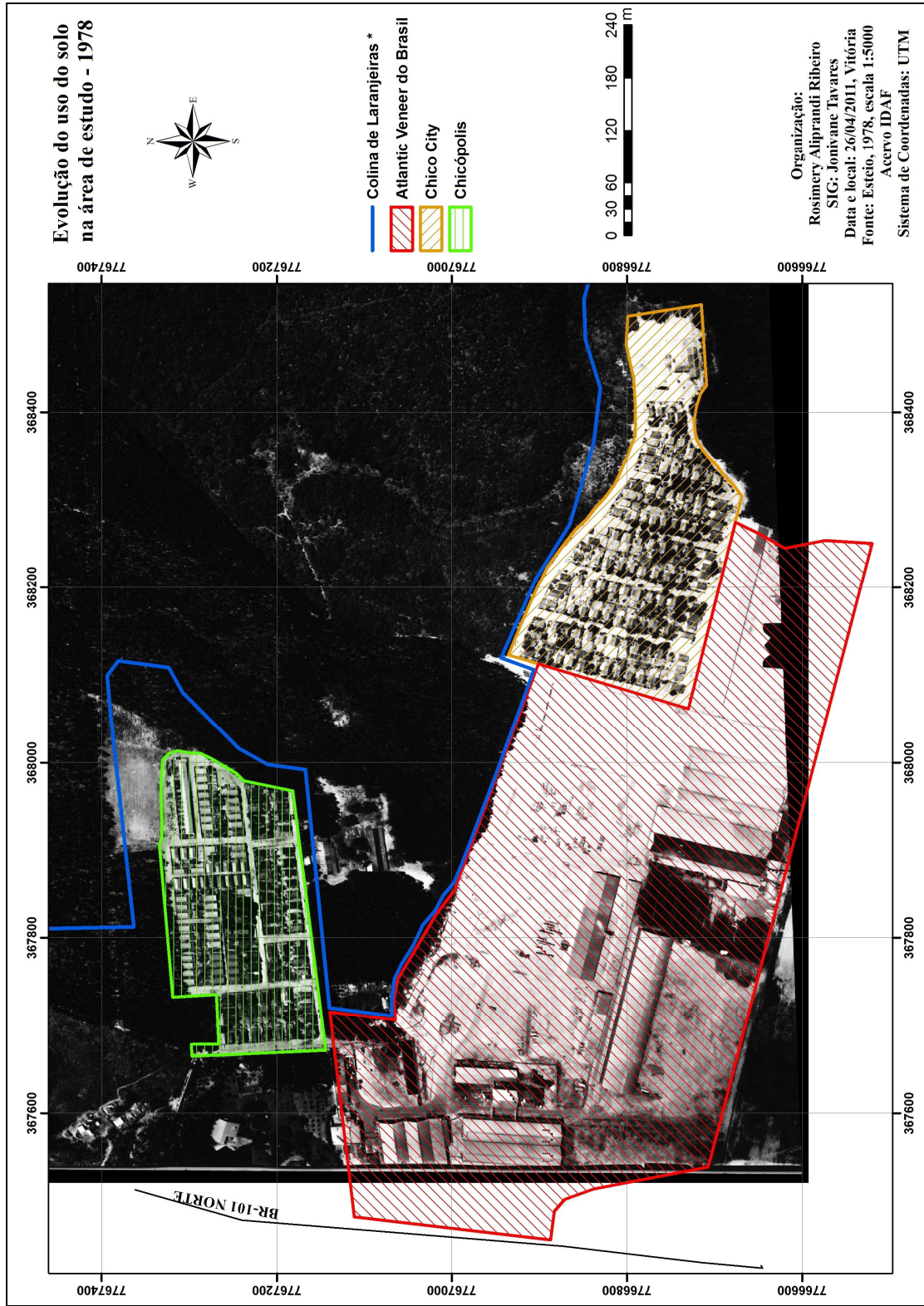


Figura 10: A área de estudo e seu entorno em 1978.

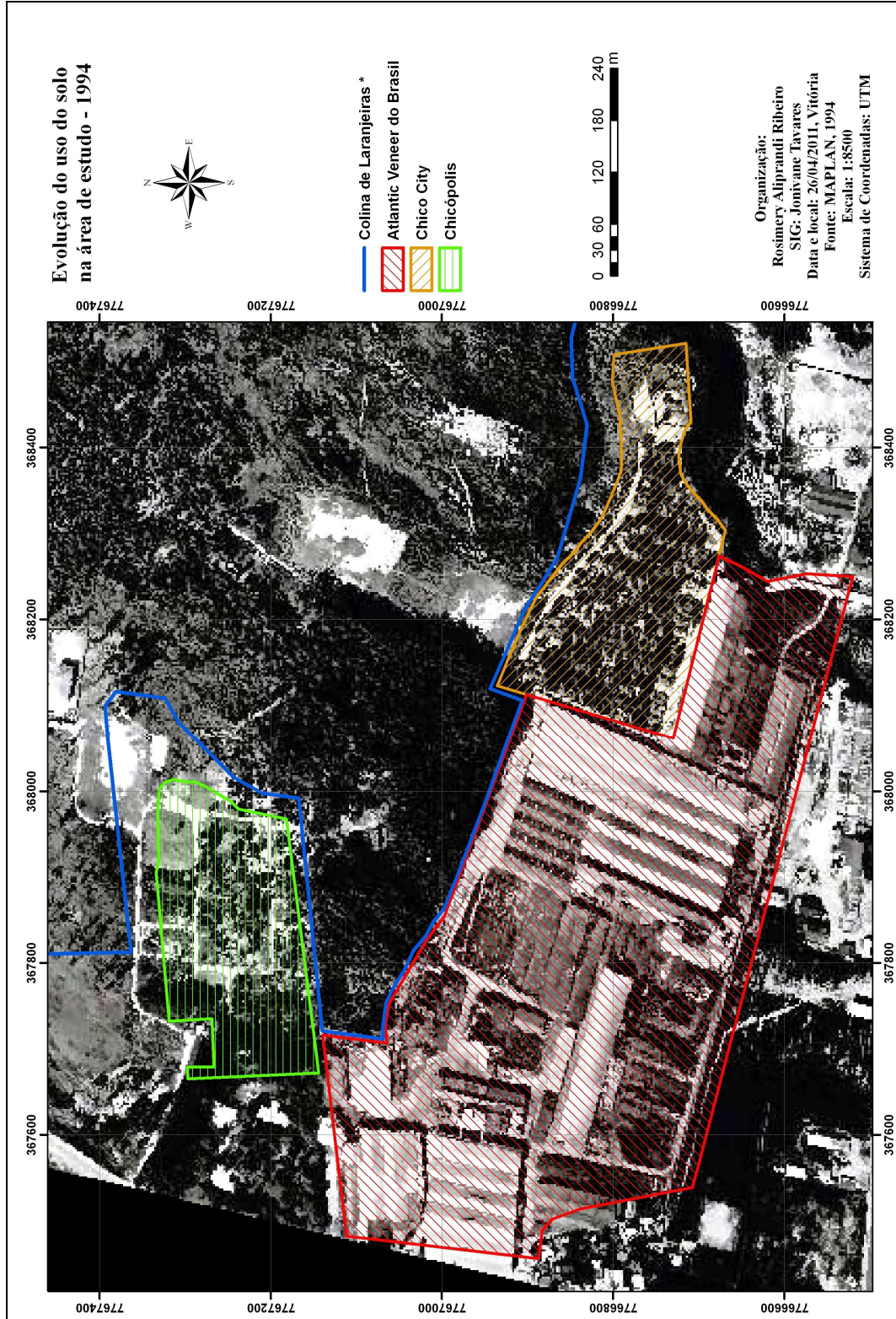


Figura 11: A área de estudo e seu entorno em 1994.

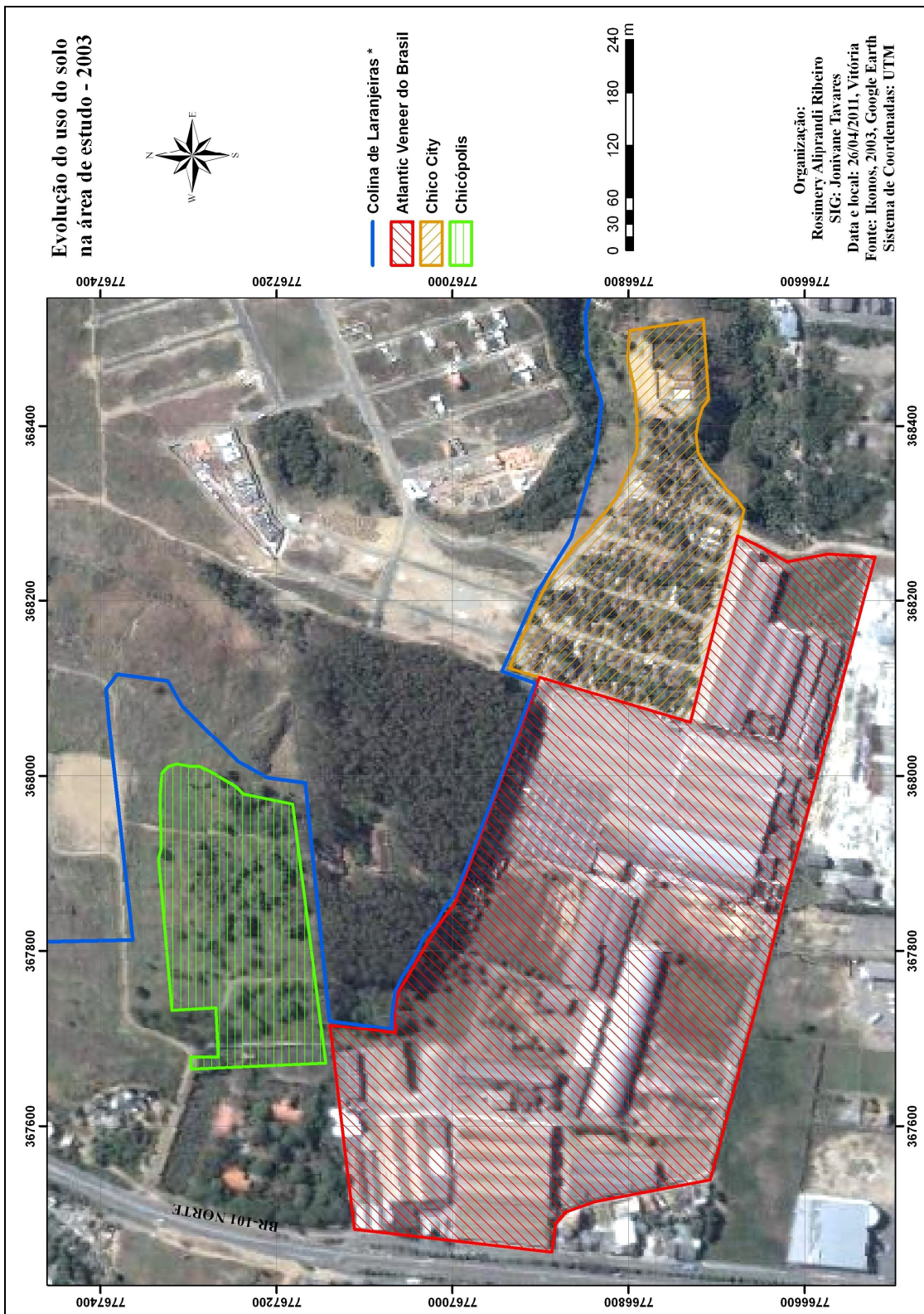


Figura 12: A área de estudo e seu entorno em 2003

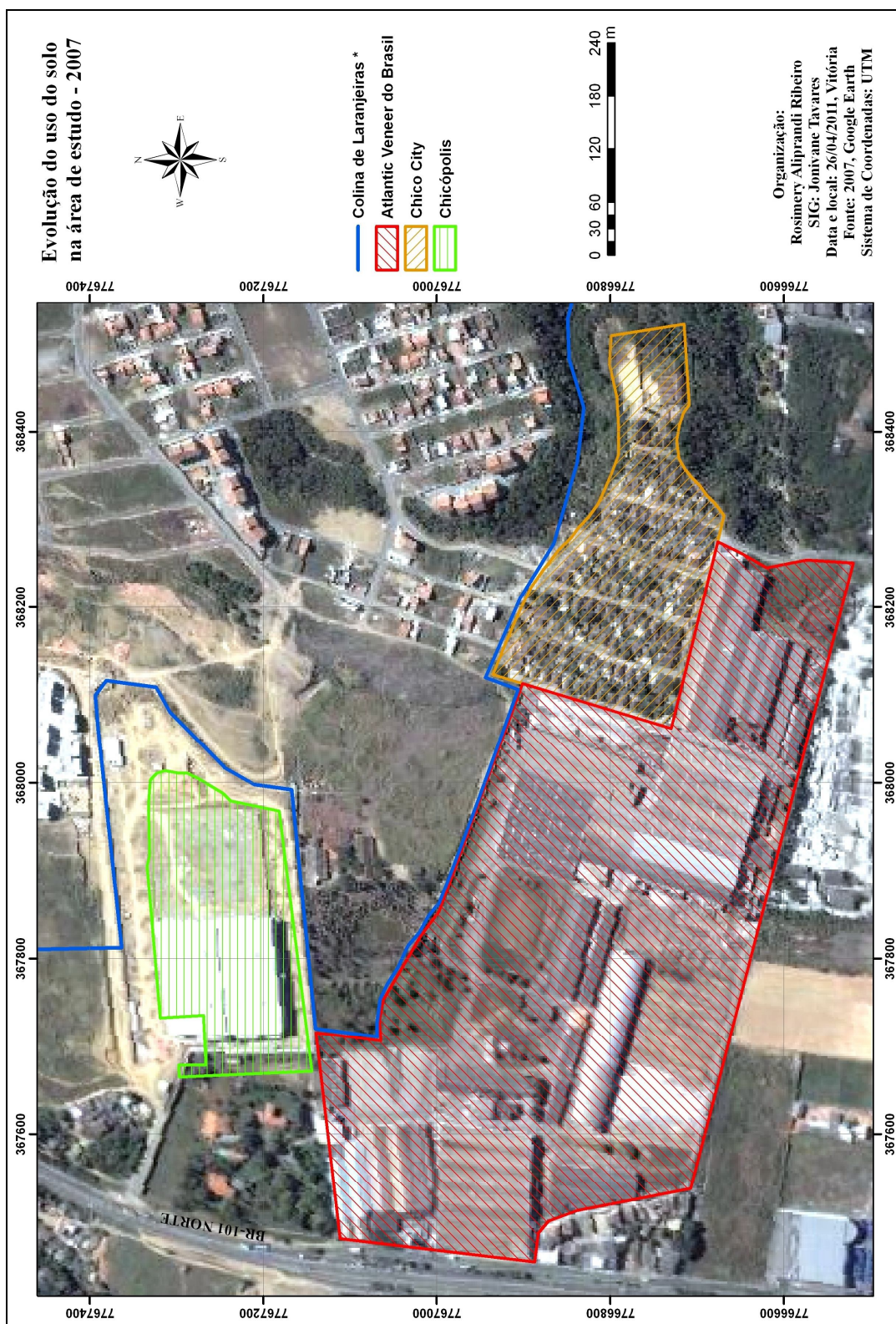


Figura 13: A área de estudo e seu entorno em 2007

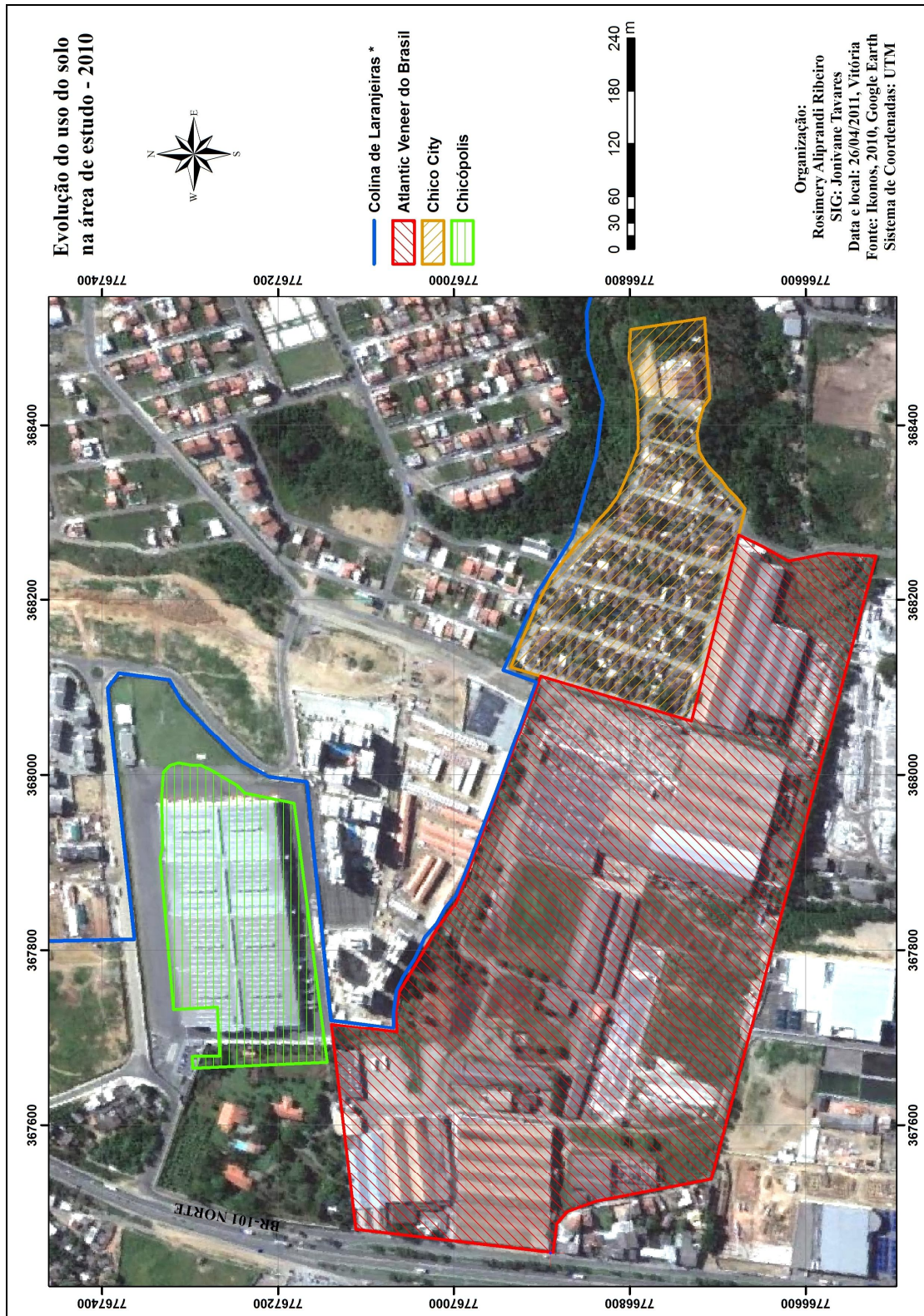


Figura 14: A área de estudo e seu entorno em 2010.

3.1. A empresa Atlantic Veneer do Brasil

A empresa Atlantic Veneer do Brasil, empresa do ramo de madeiras laminadas, compensados e lambris, pertencia ao alemão Karl Heinz Möehring. Em 1948 ele instalou sua própria empresa, de compra e venda de madeira. A partir de 1951, na cidade de Lemgo, na época parte da Alemanha Ocidental, se tornou uma empresa especializada no corte de madeiras de origem africana, que por muito tempo foi uma das maiores da Europa. Em 1954 foi para o Canadá, onde adquiriu uma grande fazenda em Ontário, que era usada para compra e venda de toras de madeira, onde em 1958 construiu uma serraria. Em 1963, essa serraria foi vendida e surgiu a Atlantic Veneer Co. na Carolina do Norte, Estados Unidos.

A fábrica de madeiras Atlantic Veneer do Brasil foi inaugurada no município de Serra no dia 8 de março de 1968 (Findes, 1997). Segundo matéria da Revista Noroeste de 1987, além da Atlantic Veneer de Serra, a empresa possuía filiais em Itacoatiara, no estado do Amazonas – Atlantic Veneer da Amazônia Indústria de Madeiras Ltda – e no estado do Mato Grosso. Essa mesma fonte dizia que a “Atlantic Veneer do Brasil é considerada a maior fábrica das Américas na área de lambris e compensados e a maior do mundo no que se refere a laminados” (Revista Noroeste, 1987).

A área ocupada pela empresa na Serra também era muito extensa, um total de aproximadamente 62,93 hectares (ver Figuras 9 a 14), incluindo a fábrica, a administração e os conjuntos residenciais construídos para os operários, técnicos e gerentes, o que será detalhado mais adiante. “É um complexo tão grande que os supervisores percorrem a área em bicicleta, para fazer seu serviço mais rapidamente, enquanto que a administração se serve de sua frota Volkswagen” (Revista Noroeste, 1987).

A produção inicialmente era voltada para exportação. “A fábrica exporta 65% das lâminas de madeira nobre produzidas, para os Estados Unidos e Alemanha e 90% dos lambris para a Alemanha. Apenas o compensado é 100% utilizado no mercado nacional” (Revista Noroeste, 1987).

A madeira utilizada na Atlantic de Vitória é de procedência brasileira e norte-americana. Assim, as madeiras utilizadas para a produção de lâminas são do tipo nobre, como mogno, cedro, macanáiba. Para os compensados usa-se, entre outras, a virola, macacarecuia e jacareúba. Entre as importadas dos Estados Unidos destacam-se a noqueira, carvalho e olmo (Revista Noroeste, 1987).

A empresa também era conhecida pela grande quantidade de acidentes de trabalho. Nas entrevistas, este assunto era recorrente. Ao ser perguntado sobre os acidentes, um ex-trabalhador da empresa, cuja função era encarregado de caldeira diz: “Ixi, nossa senhora! Acidente era o que mais tinha! Naquela época eles enrolavam o pessoal, não indenizavam o pessoal, era muito difícil. Tem muita gente aleijada aí, uns que perderam o dedo, outros o braço...” (Entrevista com Sr. B., 67 anos, 12/06/2010).

Um dos entrevistados, ex-empregado da empresa, foi vítima de acidentes na empresa, conforme relato a seguir:

Olha [mostrando o dedo], eu cortei a cabeça do dedo no esmeril, uma máquina de lixar que roda muito rápido. Essa unha nunca mais cresceu! Esse foi o primeiro acidente. O outro foi no maçarico, eu tirei a proteção do olho e caiu um negócio no meu olho! [...] Mas só foi esses dois acidentes que eu tive (Entrevista com Sr. E., 68 anos, 25/10/2010).

E na fala de uma moradora antiga de Chico City, que por muitos anos trabalhou na Atlantic Veneer: “Ali me deu meningite, era muito fechado, só tinha uma entrada de ar em cima! [...] E meu marido que trabalhava na cozinha, eles chamavam de cozinha onde mexia com cola, aquilo era veneno puro! Respirando aquilo o dia todo!” (Entrevista com Sra. A., 57 anos, 06/11/2010).

A imprensa da época também falava sobre o assunto:

A Atlantic foi flagrada pelo Sete Dias oferecendo condições de trabalho nada dignas como jornada de trabalho excessiva, falta de equipamentos de segurança, horário exíguo para as refeições, feitas em meio ao pó de madeira e sobre as máquinas, além das condições salariais e de moradia muito inferiores ao padrão mínimo aceitável. Fora isso, a empresa se reserva ao direito de não remunerar adequadamente os trabalhadores que, frequentemente, se acidentam no trabalho, bem como ameaça de demissão todos os que se atreverem a reclamar da atual situação (Revista Agora, nº 81/87, setembro/1987).

Uma queixa muito comum era com relação aos salários, o que segundo alguns relatos em entrevistas, provocaram greves. Em diversas entrevistas os moradores falaram que o salário era baixo, mas que era pago em dia, mas quando a empresa começou a apresentar sinais de crise, os salários começaram a atrasar, conforme relato a seguir: “Eu peguei duas greves aqui. Ele pagava o pior salário. Era pouco, mas era certo, toda sexta-feira ele pagava, não atrasava. Depois passou pra trinta dias, foi pagando certinho depois começou a ‘avacalhar’.” (Entrevista com Sr. E., 68 anos, 25/10/2010).

Sobre o encerramento das atividades da empresa, as informações variaram muito, mas percebemos que os anos citados eram do fim dos anos 1990. Em entrevista, um ex-funcionário da administração disse que não aconteceu de uma só vez: “[...] seu encerramento foi por etapa e por linha de produção, teve início em 1999 com transferência de máquinas e equipamentos para a cidade Várzea Grande, no Mato Grosso, face a matéria-prima estar mais próxima” (Entrevista com ex-gerente, 22/05/2010).

A Atlantic Veneer do Brasil foi uma importante empresa por muito tempo, aparecendo inclusive, no ranking das “150 maiores empresas do Espírito Santo” divulgado pela FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo. Segundo essa classificação, esta foi a primeira empresa no setor de madeira no estado. Porém, as informações desse órgão correspondem principalmente à época do declínio da empresa, que como veremos, nos anos 1980 era muito mais importante. A partir de 2001, a Atlantic Veneer já não aparece no ranking da FINDES, fato que comprova sua decadência. Como o resultado dessa pesquisa é referente ao ano anterior, isso explica o motivo pelo qual a partir do ano de 2001 (referente aos resultados do ano 2000) ela já não apareceu.

A tabela a seguir mostra a distribuição das três maiores empresas do ramo de madeira no Espírito Santo em 1997. Naquele ano, a Atlantic Veneer foi considerada o primeiro lugar no seu ramo de atividade e entre as 150 maiores do estado ocupou a 108ª posição.

Tabela 10: As maiores empresas do ramo de madeira no ES - 1997

Empresa	Receita Bruta (R\$)	Patrimônio Líquido (R\$)	Número de Empregados
1º - Atlantic Veneer	13.330.000	29.899.000	370
2º - Ceima	13.228.000	5.314.000	45
3º - Embasil	9.408.000	5.734.000	47
Total do setor	35.966.000	40.947.000	462

Fonte: FINDES, 1997.

No ano seguinte, a mesma pesquisa mostra que a referida empresa passou a ser segundo lugar no ramo, e teve uma queda em seus números, inclusive de empregados, mostrando que a empresa começava a declinar. Ao mesmo tempo, a Ceima, que na pesquisa anterior ocupava o segundo lugar, cresceu e se tornou a primeira no seu ramo.

Tabela 11: As maiores empresas do ramo de madeira no ES - 1998

Empresa	Receita Bruta (R\$)	Patrimônio Líquido (R\$)	Número de Empregados
1º - Ceima	18.016.000	7.497.000	302
2º - Atlantic Veneer	11.661.000	28.672.000	252
Total do setor	29.677.000	36.169.000	554

Fonte: FINDES, 1998.

Ainda na pesquisa de 1998, a Atlantic Veneer ocupava a 15ª posição entre as “15 empresas que mais encolheram”, e também, a 4ª posição entre as “14 empresas que entraram no vermelho”, esta referente aos maiores prejuízos entre as empresas que tiveram lucro no ano anterior. Esses dados comprovam que o princípio do declínio da empresa foi nos últimos anos do século passado.

O número de empregados colocado pela FINDES é um dado que não confere com os relatos dos moradores, talvez pelo fato de os antigos trabalhadores se referirem ao auge da empresa, nos anos 1980 e início dos anos 1990. Portanto, é possível que o número de empregados citado pela FINDES mostre a queda da empresa a partir de 1996. De acordo com o Sr. J., um dos moradores mais antigos de Chico City, a empresa era grande e com muitos trabalhadores.

[...] cheguei aqui [em 1979] e pensava que esse negócio da Atlantic não acabava não, pois aqui tinha 12 carros e 12 ônibus de “puxar” funcionário. Fora os daqui, da Serra, de Laranjeiras, de Vitória, de Taquara, tinha gente de todo lugar [...] A firma tinha quatro mil e quinhentos funcionários (Entrevista com o Sr. J., 74 anos, 07/04/2009).

Por outro lado, de acordo com um ex-empregado da administração da empresa entrevistado, apesar de não se referir ao mesmo número de empregados citado anteriormente, fala em um número considerável de trabalhadores, novamente citando a época em que a empresa era destaque no setor: “Aqui em Laranjeiras [bairro próximo] ela [a empresa] chegou possuir mais 3.800 empregados diretos e o total de funcionários do grupo aqui no Brasil ultrapassou a 6.000 diretos” (Entrevista com ex-gerente, 22/05/2010).

De acordo com um jornal de circulação local (A Tribuna 26/03/2006), a empresa fechou no ano de 1998 e decretou falência no ano de 2005. Confirmando essa informação, uma moradora de Chico City que trabalhava na parte administrativa da empresa diz:

Em 2005, foi quando fechou as portas mesmo [...] a produção acabou antes, acho que em 94, ou 98, por aí. Em 94 começou, entrou em concordata, aí em 98 acabou tudo. Aí só tinha a parte administrativa mesmo [...] porque tinha filial de Mato Grosso, a gente fazia serviço de lá. Não fazia muita coisa, não (Entrevista com Sra. F., 52 anos, 13/11/2010).

A partir da crise e da falência da empresa, começaram os problemas para os antigos trabalhadores e também moradores da vila operária construída por essa empresa.

3.2. Chico City: “O bairro que não é Bairro”¹⁵

A antiga vila operária de Chico City será aqui tratada como um bairro, visto que apresenta características para tal. Assim, apoiando-nos em Seabra (2003), consideramos o bairro um “fenômeno histórico e social, inscrito na urbanização da sociedade” (SEABRA, 2003:30).

Além disso, partimos do princípio que a proximidade no espaço, no caso, a proximidade com o bairro Colina de Laranjeiras, não significa que há uma “unidade automática”, pois, as distâncias sociais se materializam no espaço pelas diferenças, entre elas, nas formas de habitar.

Chico City foi construído pouco tempo depois da inauguração da fábrica da Atlantic Veneer (que foi inaugurada em 1968) no município de Serra, de acordo com um ex-empregado da administração, no ano de 1973. Para comprovar essas informações, de acordo com a Figura 9, em 1970 já havia um início de construções na área onde hoje é Chico City, e na Figura 10, de 1978, essa vila já estava concluída.

Na época da instalação da empresa, este município era pouco povoado e com descontinuidades na ocupação espacial, a área urbana era muito limitada. Possivelmente, a construção das casas visava suprir a necessidade de moradias, para parte dos trabalhadores que era de fora do estado ou de municípios do interior, e até mesmo de fora do país. Além disso, conforme já discutido no Capítulo 1, a casa da vila operária poderia ser utilizada como um mecanismo de controle paternalista.

A vila foi construída ao lado da empresa com 115 casas, todas muito semelhantes, porém com algumas diferenças com relação ao tamanho do imóvel e do terreno. A Figura 15 mostra o limite de um dos galpões da empresa com Chico City e a Figura 16 mostra uma casa que parece não ter sido modificada.

¹⁵ O título é uma referência a uma frase ouvida em diversas entrevistas com os moradores de Chico City.



Figura 15: Um dos galpões da Atlantic Veneer no limite com Chico City

Fonte: Vítor Galvão, 2009



Figura 16: Casa praticamente original em Chico City

Fonte: Acervo do autor, 2010

Uma pesquisa feita pela COHAB em 2003 caracterizava as casas naquele ano:

[...] a maioria sofreu alterações tais como: ampliação de cômodos – “puxadas” – (quartos, áreas de serviços, dispensa e garagem) quer seja de alvenaria, quer seja de madeira. Deve-se registrar que alguns imóveis estão em situação precária de conservação. A maioria dos imóveis constituídos no conjunto possuem 3 (três) quartos, porém alguns apresentam-se com 4 (Relatório da COHAB, 2003).

Além dessa vila operária, também foi construída outra, a vila de Chicópolis. Esta era maior, porém, as casas tinham um padrão inferior, segundo informações dos moradores eram feitas de madeira. Um ex-empregado da administração da empresa fala sobre Chicópolis.

O conjunto Chicópolis era composto por aproximadamente 300 casas inclusive algumas geminadas e foi construído em 1979 quando ocorreu uma grande cheia e desabrigou várias pessoas em diversas cidades, entre essas existiam vários funcionários da empresa [...] Era de padrão bem inferior, as residências foram construídas às pressas (Entrevista com ex-gerente, 22/05/2010).

Sobre a data de construção, não temos informações precisas, mas pela Figura 9 já é possível perceber um início de ocupação em 1970, e a Figura 10 mostra que a vila já estava construída em 1978. Nesse caso, como a informação foi aproximada, talvez por se tratar de um resgate na memória, a data não confere com a do ex-gerente da empresa por nós entrevistado.

Outro aspecto identificado nas entrevistas era que as casas de Chicópolis eram destinadas aos operários da produção, enquanto as de Chico City para o pessoal da administração, principalmente os encarregados, mas também médicos, dentistas, entre outros. Além disso, os moradores dizem que os moradores de Chicópolis eram predominantemente alemães ou catarinenses, provavelmente pelo fato de o dono da empresa ser procedente da Alemanha e um dos gerentes do estado de Santa Catarina. O relato de uma moradora antiga em Chico City mostra essa diferença.

Não tinha negro aqui dentro, só tinha branco. Todo mundo branco, alemão do olho azul mesmo. Aqui morava mais os encarregados. O restante do pessoal eles botavam lá no Chicópolis [...] Aqui era dos ricos, os pobres eles colocavam lá, as pessoas mais simples (Entrevista com Sra. N., 59 anos, 27/11/2010).

Um dos entrevistados, que trabalhou na Atlantic Veneer como lubrificador de máquinas, comparou Chico City a um condomínio fechado na época em que era voltado sobretudo para os empregados da administração:

As casas lá [em Chicópolis] eram tudo de tábua, eu nunca morei lá não. [...] Eu ficava mais lá do que aqui, lá tinha mais movimento. Lá tinha feira, tinha festa, tinha tudo! Aqui só tinha esse pessoal metido, os catarinenses. Os caras passavam pela gente não davam nem bom dia! Tudo preguiçoso, e morava um bocado deles aqui [...] Lá era mais tranquilo, lá eles faziam o que queriam. Aqui era igual um condomínio fechado! (Entrevista com Sr. E., 68 anos, 25/10/2010).

A maior parte dos moradores que vive hoje em Chico City viveu um tempo em Chicópolis. Hoje, essa antiga vila já não existe mais, segundo informações de moradores antigos, a área foi vendida no final dos anos 1990 e a população que lá estava foi embora ou ocupou uma das casas de Chico City. Porém, a maioria deixou o local. Na área onde ficava Chicópolis existe hoje uma empresa de logística, a Cyber Armazenagem e Logística S/A. Sobre a saída dessas pessoas de Chicópolis, a presidente da Associação de Moradores de Chico City relata:

Muitos saíram de lá e tiveram que ir embora mesmo, não tiveram a opção de vir pra cá [Chico City]. Antigamente o pessoal levava as madeiras da casa, pra construir em outro lugar. Eles achavam que podia, não lutavam pelo seu direito. Davam graças a Deus que estavam dando a madeira [...] e iam! (Entrevista com Sra. H., 42 anos, 12/06/2010).

Também na fala dos moradores, os que continuaram trabalhando na empresa foram transferidos para Chico City, enquanto os que estavam sendo dispensados tiveram que ir embora e “podiam levar a casa”, como muitos relataram. Um dos representantes da Associação de Moradores atribui essa saída a falta de uma organização da comunidade: “Se eu tivesse aqui na época eu ia lançar o ‘projeto caramujo’, vai embora e leva a casa nas costas. Eu não deixaria [...] Eu iria brigar pra pessoa não sair” (Entrevista com Sr. M., 46 anos, 06/11/2010).

Segundo informações de moradores o nome das duas vilas foi uma homenagem ao programa Chico City, do humorista Chico Anysio, que foi lançado na Rede Globo em 1973 e permaneceu no ar até abril de 1980¹⁶. Chico City era uma pequena cidade situada no interior do Brasil, e era “habitada” por personagens antigos e novos do humorista. Em 1975 surgiu uma nova “cidade” no programa: Chicópolis, que era “habitada” por gente de classe mais alta e que era separada de Chico City por uma jaqueira, e as duas cidades eram inimigas. Enquanto Chicópolis possuía um exército forte, Chico City contava apenas com poucas pessoas para defender a cidade.

As vilas operárias construídas na Serra não se assemelham muito à história do seriado da emissora. Elas eram separadas por uma plantação de eucaliptos e o “exército” de Chicópolis não era tão forte, por isso eles foram os primeiros a sofrer as consequências da falência da empresa. Um morador de Chico City, membro da Associação de Moradores fala sobre Chicópolis:

[...] as ruas inclusive tinham CEP, eram reconhecidas, mas mesmo assim não teve liderança. E na época o pessoal ainda era tratado igual a índio, com o espelinho [...]. E as pessoas não conheciam seus direitos. Simplesmente porque a Atlantic Veneer fez proposta de emprego pra pessoas que vieram de outros estados. Tem gente de tudo que é lugar. Tem gente de Pernambuco, Minas Gerais, tem gente do Rio, de tudo quanto é canto, aqui... então eles trouxeram as pessoas de fora, e depois eles abandonam essas pessoas, tipo cachorro que cai da mudança. “Ah, agora você procura outro emprego”. Mas tudo que ele tinha lá ele já vendeu, ele não tem raiz lá. Criou raiz aqui, criou os filhos, e agora não pode mais morar aqui. A pressão lá era muito grande, as pessoas não tinham aquela visão que se tem hoje enquanto liderança (Entrevista com Sr. M., 46 anos, 12/06/2010).

¹⁶ Informações retiradas do sítio da Rede Globo (acesso em 29/10/2010).

A Revista Noroeste, em reportagem sobre a Atlantic Veneer, em 1987, fala apenas sobre Chicópolis, porém, de acordo com entrevistas e imagens aéreas apresentadas, nessa data a vila de Chico City já existia, que, conforme nota-se na Figura 9, em 1970 já havia começado a ser construído. Inclusive, a revista refere-se a um número maior de casas do que o mencionado pelo ex-gerente entrevistado.

É chamada de “Chicópolis” pelos moradores. São 380 casas, contando com áreas de recreio, escola e igreja. Na área funciona um supermercado. As crianças recebem educação livre [sic] e assistência médica. Os cultos semanais são católico, batista e luterano. O aluguel é acessível e inclui todos os serviços. Uniformes e lanches são gratuitos e mais de 400 crianças assistem aulas ali (Revista Noroeste, 1987).

Sobre este assunto, Rago (1997), diz:

Através de “concessões” como a instalação de armazéns, cooperativas, farmácias, restaurantes, escolas, vilas operárias, assistência médica junto às fábricas, o cerco aos passos do trabalhador torna-se mais consistente, sistemático e globalizante. Procura-se destilar, juntamente com esses “benefícios”, a idéia de que trabalhadores e patrões pertencem a uma mesma “comunidade”, lutando por interesses comuns. A imagem da família, utilizada para pensar a fábrica, cumpre a função explícita de negar a existência do conflito capital/trabalho, sugerindo a idéia de uma harmoniosa cooperação entre pessoas identificadas (RAGO, 1997:34).

Isso tudo mostra o desejo dos patrões de determinar caminhos para a formação do proletariado, inclusive, amenizando tentativas de manifestações destes. Para isso, utiliza-se não de uma repressão direta, mas do paternalismo.

É evidente que o empregador não poderia apenas reprimir, excluir e punir a força de trabalho, já que precisava garantir sua coesão e unidade no interior da produção: por isso mesmo, a auto-imagem paternalista que alguns industriais constroem, e que a historiografia incorpora sem questionar sua dimensão ideológica, visa reforçar sua autoridade, simbolizada na figura do pai, e assegurar a integração do trabalhador ao aparato produtivo (RAGO, 1997:33-34).

É possível sentir isso no discurso de alguns ex-operários. Perguntada sobre a relação com o dono da empresa, uma ex-empregada diz que não tinha problemas e que “[...] se a empresa abrisse de novo, eu era a primeira a voltar a trabalhar lá!” (Entrevista com Sra. R., 45 anos, 18/10/2010). E ainda na fala de um morador de Chico City que trabalhou durante muitos anos na empresa: O homem não podia ver ninguém querendo trabalhar que “fichava”, o homem era bom demais! (Entrevista com Sr. J., 74 anos, 06/11/2010).

Situação semelhante pode ser identificada na fala de outra ex-operária: “[...] nesse ponto a empresa era muito boa, dava emprego pra família toda, não importa se era analfabeto, menor

de idade... todo mundo trabalhava! Antigamente, no Chicópolis, não existia menores nas ruas, todos trabalhavam! (Entrevista com Sra. R., 45 anos, 18/10/2010).

Ao ser questionado sobre o motivo que levou a empresa a construir casas para seus empregados, um ex-gerente diz que “[...] as casas foram construídas para propiciar um melhor conforto para os funcionários bem como em face da carência de residências na época” (Entrevista com ex-gerente, 22/05/2010).

E esse discurso parece ter sido incorporado pelos moradores, como no depoimento de uma moradora: “Eu sempre gostei muito daqui, não tinha aquele salário, mas também não era tão ruim, só de ter uma casa com água e luz! Quando a gente chegou aqui, até as luzes dentro de casa eles trocavam. Era só pedir lá!” (Entrevista com Sra. N., 59 anos, 27/11/2010).

De acordo com relatos de moradores, era descontada uma taxa referente ao aluguel no salário pela ocupação da casa, fato confirmado por todos os entrevistados. Segundo eles, o valor pago era baixo, mais uma vez mostrando uma atitude paternalista, pois o discurso dos antigos trabalhadores da Atlantic Veneer é de que o dono era uma “pessoa boa”. Nesse caso, aparentemente não ocorria o sugerido por Engels (1983), Piquet (1998), Rago (1997) e Blay (1985) – conforme relatamos no Capítulo 1 – de adquirir lucros com o aluguel da casa, mas de manter a força de trabalho próxima.

O documento “Concessão do direito habitacional”, apresentado por uma das moradoras entrevistadas, dizia que uma das exigências para o morador da casa era de que nenhum dos membros da família trabalhasse em outra empresa, conforme trecho a seguir: “Fica proibido ao cessionário admitir ou permitir que residam na unidade habitacional pessoa que trabalhe para outra empresa mesmo que seja membro da mesma família”. De acordo com essa moradora de Chico City, todas as pessoas que ocupavam uma casa deveriam assinar esse documento.

Além disso, conforme as entrevistas, os trabalhadores não podiam modificar as casas, deveriam manter o padrão construído pela empresa, mas deveriam mantê-la, com a participação da empresa, conforme relato de um morador que trabalhou na empresa por muitos anos: “[...] eles faziam a casa, te entregavam a casa, e qualquer coisa que acontecesse na casa a firma consertava. Se precisasse de material pra alguma coisa era só ir lá” (Entrevista com Sr. B., 67 anos, 12/06/2010).

Conforme já citado, enquanto a empresa funcionou, havia em Chico City uma escola e uma creche, mantida pela empresa e pela prefeitura municipal. Em 2003 esses equipamentos públicos deixaram de existir, e ainda hoje os pais precisam matricular seus filhos em outros bairros. E mesmo sem terem esse serviço em sua comunidade precisam dar como endereço o de alguém que more no bairro em que fica a unidade educacional, pois se levarem seu próprio comprovante de residência não conseguem vaga.

[...] é triste você ver um monte de criança descendo o morro, atravessando o asfalto pra estudar em Laranjeiras ou Valparaíso, embaixo de sol ou de chuva, porque nem todo mundo tem dinheiro pra pagar o carro escolar [...] e eles dão prioridade pra quem mora perto, aí tem gente aqui que mudou o endereço pra conseguir vaga. Se colocar Chico City não tem vaga. Tem muita criança aqui que não conseguiu (Entrevista com Sra. H., 42 anos, 12/06/2010).

Apesar de apontar as dificuldades para a instalação desse equipamento comunitário em Chico City, o funcionário da prefeitura entrevistado diz que “independente da situação fundiária ali tem essa população toda que demanda serviços, e tem esse direito”, mas continua:

Agora, como ficaria, por exemplo, se constrói um bem público ali e por um azar do destino a justiça determina que aquilo seja leiloado, que o bairro seja leiloado? A creche é do poder público, mas vai ficar ali no meio do nada? É uma situação que temos que tratar com muita cautela. A gente quer fazer a creche, mas temos que explicar, se for questionado pelo Ministério Público, porque a gente desapropriou uma área pra atender uma demanda de 46 alunos, sendo que tinha uma área pública que não teria custo nenhum [...] e com uma demanda maior (Entrevista com Diretor do Núcleo de Acompanhamento do Orçamento Participativo, 18/11/2010).

No espaço onde funcionavam a creche e a escola, hoje existe um projeto vinculado a uma igreja evangélica, o Projeto Mão Estendida (Figura 18), que troca cestas básicas por garrafas “pet”, que segundo a presidente da associação não é uma vontade da população: “Se você passar de casa em casa aqui, você vai ouvir que eles preferem que esse espaço seja devolvido pra comunidade” (Entrevista com Sra. H., 42 anos, 12/06/2010).

De fato, a população preferia a creche ou a escola, como foi observado nas entrevistas. O trecho a seguir é de uma moradora jovem, que estudou na creche e na escola: “Esse projeto na verdade, se atender Chico City é um ou dois por cento. Quase nada, então a escola atenderia mais da metade do bairro, a escola e a creche” (Entrevista com S., 24 anos, 25/11/2010).

Por muito tempo, os moradores de Chico City permaneceram sem equipamentos comunitários, a única área de lazer do bairro é um campo de futebol improvisado ao lado da

antiga escola (Figura 17). No ano de 2010, as ações da comunidade conseguiram a construção de uma pequena área de lazer com parquinho para as crianças (Figura 18).



Figura 17: Campo de futebol de Chico City.
Fonte: Acervo do autor (2011)



maneiras, sendo os momentos mais lembrados os leilões das casas do bairro a que foram submetidos.

3.2.1. Os leilões do bairro

Os moradores de Chico City já passaram por muitos momentos de apreensão quanto às casas em que vivem. Após a falência da Atlantic Veneer, alguns leilões foram realizados para tentar quitar as dívidas desta com a União, o Estado e o município, além de dívidas trabalhistas.

É possível notar nas entrevistas que os leilões foram marcantes para a população de Chico City, que atraiu a imprensa a fim de chamar a atenção para o problema que estava passando. E em todos os leilões uma parte considerável dos moradores compareceu. Sobre a situação dos leilões, um morador relata em entrevista:

[...] quando nós fomos leiloados a primeira vez, o leiloeiro falou [...] "Ali tem só galpões, vocês moram dentro dos galpões?" Não sabia nem do que se tratava. Aí nós obrigamos o outro que ia fazer, a colocar que aqui tem 115 residências com a média de 700 moradores (Entrevista com Sr. M., 46 anos, 12/06/2010).

Em 2006 ocorreu o primeiro leilão. A população fez manifestações com cartazes e a participação de muitos moradores (Figura 19).



Figura 19: Mobilização de moradores em 2006.

Fonte: A Tribuna, 12/04/2006

O valor de toda a área da empresa, incluindo os galpões e Chico City – cerca de 40 hectares¹⁷ – havia sido estipulado em R\$ 13,5 milhões, porém não houve comprador no primeiro leilão. Cerca de 100 moradores compareceram ao local do leilão para protestar (A Tribuna, 07/04/2006, p. 28). Duas semanas depois, ocorreu o segundo leilão, onde a empresa Porto Seguro Armazéns Gerais arrematou toda a área pelo valor de R\$ 9,45 milhões (A Tribuna, 07/04/2006, p. 28). Esse leilão também teve a participação ativa dos moradores de Chico City, compareceram cerca de 250 pessoas, porém, apenas 50 puderam acompanhar o leilão, os demais ficaram do lado de fora. De acordo com Bourdieu (1996:27), essa mobilização pode ser explicada pela “[...] posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (BOURDIEU, 1996:27).

Na ocasião, o advogado da empresa compradora garantiu que as famílias continuariam nas casas e que teriam registro de posse do imóvel. Porém, a empresa não cumpriu o acordo do leilão não depositando a quantia necessária, entrando com um pedido de parcelamento da dívida. O juiz não aceitou e o leilão foi cancelado.

Entre os motivos alegados pelo juiz para a anulação do leilão está o fato do valor do terreno, que compreendia a antiga empresa Atlantic Veneer, ter sido leiloado bem abaixo do valor que deveria. Só de dívidas, a empresa acumula até 2004 – ano em que foi decretada a falência – mais de R\$ 28 milhões, fora a existência de débitos trabalhistas decorrentes de ações promovidas por ex-funcionários. No entanto, a área foi arrematada por aproximadamente 9,5 milhões, praticamente um terço do valor da dívida (A Tribuna, 08/04/2006, p. 29).

Uma moradora de Chico City resume o motivo pelo qual ocorreram os leilões:

[...] você sabe que vai crescendo e eles vão ficando cada vez mais de olho no que a gente tem aqui. Você vê que antes disso não estavam tanto mexendo com o pessoal que tava aqui. Mas agora que eles sabem quanto que vale um prédio deve ter quatro ou cinco andares [...] quantos blocos cabem aqui dentro também? Então a desvantagem é essa: quanto mais cresce em volta mais aperta a gente aqui [...] É muito valorizado! Você acha que se não fosse valorizado eles estavam correndo atrás pra tirar nada de ninguém? É do lado de Colina, de Laranjeiras, da BR, supermercado tem perto... Quando não tinha nada, tinha um matagal só... mas cada vez foi valorizando mais, cada dia ta valorizando mais. Eu tava olhando no jornal outro dia que aqui é o bairro mais valorizado da Serra (Entrevista com Sra. N., 59 anos, 27/11/2010).

¹⁷ De acordo com Jornal A Tribuna (15/03/2006, p. 21), a área que seria leiloada era de cerca de 400 m², correspondendo aos galpões e a área de Chico City. O tamanho da área da empresa citado anteriormente com base nas informações da Revista Noroeste foi de 62 hectares, provavelmente por incluir, naquela época, também a antiga vila de Chicópolis. Dessa forma, não foi possível saber o tamanho real da área da Atlantic Veneer.

Após este, ocorreu um novo leilão em 2008, dessa vez apenas a área da produção da extinta Atlantic Veneer foi leiloada. Na ocasião, a construtora mineira MRV Engenharia adquiriu o terreno, conforme obtivemos informação na prefeitura e através de moradores. Porém, não conseguimos informações sobre o valor da venda do terreno, mas de acordo com a prefeitura municipal, nesse leilão, as casas de Chico City ficaram de fora da negociação. Uma moradora resume a história dos leilões: “Teve um leilão em 2006, depois teve outro em 2008 e foi quando venderam a parte da empresa pra MRV. Aí excluiu a parte das casas, só vendeu a parte de lá. Ou seja, essa parte aqui tá sem dono” (Entrevista com S., 24 anos, 25/11/2010).

Pelos valores dos leilões anteriores podemos afirmar que o ganho com essa área será alto, pois possivelmente serão construídos condomínios fechados verticais, com apartamentos pequenos, o que dará um considerável lucro para a empresa que adquiriu a área. A partir de outubro de 2010 a empresa compradora começou a desmontar os galpões da antiga Atlantic Veneer para dar início, provavelmente, à construção de novos condomínios fechados, conforme Figuras 20 e 21 a seguir:



Figura 20: Entrada de Chico City ainda com os antigos galpões da Atlantic Veneer (outubro de 2010).

Fonte: Acervo do autor



Figura 21: Entrada de Chico City e o início da demolição dos antigos galpões da Atlantic Veneer (novembro de 2010).

Fonte: Acervo do autor, 2010.

3.2.1. Perfil sócio-econômico de Chico City

Esta seção tem como objetivo apresentar o perfil sócio-econômico da população de Chico City. Para isto, utilizamos os dados da ficha de cadastramento sócio-econômico feita pela COHAB- ES, com a participação de estagiários da prefeitura municipal, que foi realizada em outubro de 2003.

Na ocasião, foi aplicado um questionário ao responsável de cada um dos 115 imóveis do bairro, sendo que em dois imóveis não foi possível a realização da pesquisa. Um deles estava vazio e no outro o morador se recusou a fornecer as informações, alegando possuir contrato de compra do imóvel diretamente com a Atlantic Veneer¹⁸. De fato, algumas pessoas compraram o imóvel, como veremos a seguir.

O questionário buscou identificar alguns aspectos, tais como: local de origem da família, nível de escolaridade, estado civil, faixa etária, situação profissional, renda familiar, composição familiar, tempo de moradia no imóvel, entre outros. A seguir, utilizaremos alguns desses dados da pesquisa.

¹⁸ Dados fornecidos pela Análise do Cadastro Sócio-econômico das famílias de Chico City (2003).

Quanto à origem dos moradores de Chico City, a maior parte dos entrevistados declarou ser de municípios do interior do Espírito Santo, conforme Tabela 12:

Tabela 12: Origem dos moradores entrevistados em Chico City em 2003.

Origem	
Interior do estado	43
Minas Gerais	24
Grande Vitória	18
Bahia	15
Outros	4
Total	104

Fonte: COHAB, 2003

Notamos nas entrevistas também, que dos habitantes que vieram do estado de Minas Gerais, há um destaque para o município de Nanuque, e dos procedentes do interior do Espírito Santo, a maioria é de municípios do Norte do Estado.

Outro aspecto analisado foi o grau de escolaridade, conforme Gráfico 4.

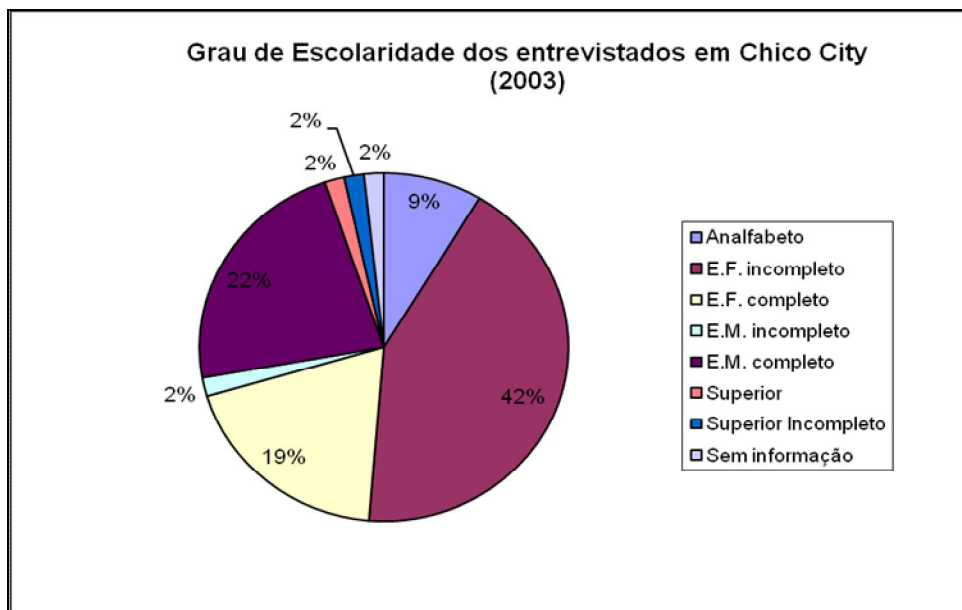


Gráfico 4: Grau de escolaridade dos entrevistados responsáveis por domicílios de Chico City
Fonte: COHAB, 2003.

O gráfico mostra que a maior parte da população tinha poucos anos de estudo, mais da metade dos entrevistados (61%, ou em números absolutos 71 entrevistados de um total de 115) cursou apenas o ensino fundamental, sendo que o número de pessoas com nível superior completo era muito baixo, em números absolutos apenas duas pessoas. Atualmente, percebe-se que esse quadro mudou pouco, mas conseguimos em nossas entrevistas, conversar com algumas pessoas que fizeram curso superior após a data da pesquisa, e estes já eram moradores do bairro em 2003. Assim, notamos que o número de pessoas com ensino médio e superior aumentou, mas o número de analfabetos (9% ou 10 entrevistados em 2003) continua grande, principalmente entre os moradores mais antigos do bairro, que permaneceram sem estudos.

Defendendo o retorno da creche e da escola para o bairro, um dos moradores com poucos anos de estudo disse:

[...] colocar uma creche aqui pras crianças e se pudesse ter uma escola era uma maravilha. Porque tem muito adulto aqui que se tivesse uma escola, era uma beleza, muita gente ia ter vontade de voltar a estudar. Chegar do trabalho a noite e ter a escola pertinho (Entrevista com Sr. B., 67 anos, 12/06/2010).

Outro dado avaliado pela pesquisa foi o estado civil do entrevistado. A maioria era casada (58%), seguida pelos solteiros (24%), e os demais se dividiam entre viúvos (3%), separado ou divorciado (4%), vivendo em concubinato (8%) e de 2% não se obteve informações pelos motivos já expostos.

Quanto à situação profissional, a maior parte dos entrevistados estava empregada (Tabela 13) e parte significativa estava aposentada. A pesquisa destacou também as profissões que mais se destacavam eram auxiliar de serviços gerais, operadores mecânicos e empregadas domésticas, o que pode ser justificado em parte pela baixa escolaridade mostrada no Gráfico 4.

Tabela 13: Situação profissional dos responsáveis por domicílios entrevistados em Chico City em 2003

Situação Profissional	
Empregado	62
Aposentado/pensionista	25
Autônomo	13
Desempregado	13
Sem informação	2
Total	115

Fonte: COHAB, 2003

Além disso, uma das questões era se o morador havia trabalhado na Atlantic Veneer. A maioria respondeu que já havia trabalhado na empresa (Tabela 14), muitos disseram ter sido dispensados quando a empresa deixou de funcionar.

Tabela 14: Relação com a Atlantic Veneer dos responsáveis por domicílios entrevistados em Chico City em 2003

Número de pessoas que trabalharam na Atlantic Veneer	
Trabalharam	81
Não trabalharam	23
Não responderam	2
Total	106

Fonte: COHAB, 2003

Os dados da tabela anterior foram retirados diretamente dos questionários aplicados. Das pessoas que disseram não ter trabalhado na Atlantic (23 pessoas), os motivos para estarem ocupando as casas eram diversos, mas a maioria de certa forma ligada à Atlantic Veneer, conforme enumeramos a seguir:

- Seis moradores eram policiais militares e disseram ter sido convidados por um gerente da empresa a ocupar o imóvel para que ele não fosse “invadido”;
- Quatro pessoas disseram ocupar a casa porque algum parente/outro que trabalhou na empresa a cedeu;
- Duas pessoas declararam ter ocupado o imóvel porque estava vazio;
- Duas pessoas disseram ter a casa cedida por um gerente da empresa, mas não relataram a situação como dos militares;
- Dois moradores disseram ser funcionários da Porto Seguro Armazéns, empresa que alugou os galpões da antiga Atlantic Veneer;
- Uma pessoa declarou ter comprado o direito da casa de um ex-empregado da empresa;

- Seis pessoas não explicaram.

Sobre o caso dos policiais que ocuparam algumas casas, este fato já havia sido relatado em diversas entrevistas, inclusive em conversa com um deles. Segundo relatos em entrevistas, esses policiais que ocuparam uma das casas de Chico City conforme relatado, acabaram vendendo a casa a preços muito baixos.

Eu morava em Vitória, aí a empresa abriu uma exceção pra gente de fora da empresa, e ofereceu a casa pra 12 policiais. Eu morava de aluguel mesmo, em Atlantica Ville, e vim. Tem 11 anos que estou aqui. Aí viemos pra cá porque o tráfico de Taquara estava tomando conta daqui, estava transformando isso aqui numa favela. Hoje é tranquilo, quase não temos problemas aqui. Mas sobraram só 5 policiais dos que vieram, os outros foram saindo (Entrevista com C., 18/10/2010).

Isso mostra que o perfil da população de Chico City é heterogêneo. Conforme relatamos anteriormente, quando a Atlantic Veneer existia, os habitantes eram empregados da empresa e pagavam aluguel pela casa, que era descontado em folha. Porém, além das situações citadas na pesquisa da COHAB, ainda existem alguns casos de pessoas que compraram o imóvel diretamente da empresa antes desta falir, conforme relato a seguir:

Eu comprei essa casa e paguei, eu tenho os documentos que eu comprei [...] Tenho os documentos do cartório. Não tenho uma escritura, mas tenho um documento de compra e venda que eles me venderam a casa e eu paguei [...] Tem umas quatro ou cinco pessoas que compraram. Eles me falaram que o dia que vendesse que desmembrasse pra poder ter escritura, porque isso aqui não pode dar escritura (Entrevista com Sra. N., 59 anos, 27/11/2010).

De acordo com essa moradora, os antigos gerentes da Atlantic Veneer ofereceram a casa aos moradores em 2002, possivelmente para pagar dívidas da empresa. Ela informou que o valor pago pela casa foi de R\$ 17 mil. Mais recentemente algumas pessoas compraram casas por um valor mais alto, o que despertou interesse na população local. Trataremos desse assunto mais adiante.

A pesquisa também analisou a renda dos moradores. O gráfico a seguir mostra o resultado da pesquisa em 2003.

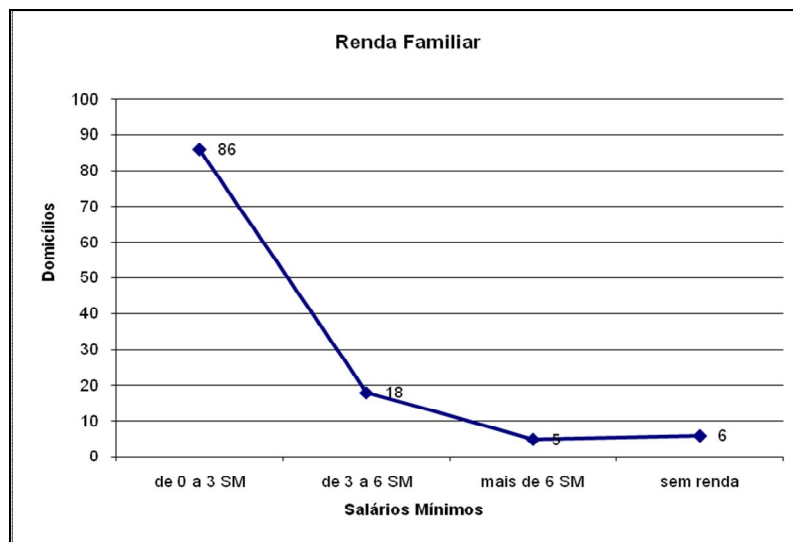


Gráfico 5: Renda domiciliar dos moradores de Chico City
Fonte: COHAB, 2003.

Nota-se que a maior parte dos domicílios tinha renda familiar entre zero e três salários mínimos, demonstrando que o bairro era em 2003 de baixa renda. Além disso, dentro dessa faixa, 29 – mais de um terço – recebia apenas um salário mínimo, 31 famílias com dois salários e 26 com três salários.

Atualmente, a Associação de Moradores diz que Chico City tem aproximadamente 700 habitantes¹⁹, sendo que o bairro possui apenas 115 casas, o que dá uma média de 6 pessoas por imóvel. Porém, como não conseguimos aplicar questionários em Chico City, não temos o número exato de moradores atualmente. Mas à época da pesquisa da COHAB já se confirmava o dado de que algumas casas eram habitadas por muitas pessoas, conforme Tabela 15.

Tabela 15: Número de pessoas por domicílio em Chico City em 2003

Composição Familiar	
Até 3 pessoas	40
de 4 a 6 pessoas	62
de 7 a 9 pessoas	9
acima de 9 pessoas	2
sem informação	2
Total	115

Fonte: COHAB, 2003

¹⁹ De acordo com moradores, o censo 2000 não passou em Chico City.

Para complementar as informações da tabela anterior, o Gráfico 6 mostra a faixa etária dos membros das famílias, com um total de 383 habitantes em 2003, sendo que a maior parte era adulta. De acordo com entrevista à Associação de Moradores de Chico City, a diferença considerável da população em números de 2003 para 2010 não é apenas pela chegada de novos habitantes, mas pelo fato de muitos terem ocultado o número real de pessoas que viviam nas casas na ocasião da pesquisa da COHAB. Porém, como os resultados do censo 2010 por bairro ainda não estão disponíveis, não temos como avaliar esse dado.

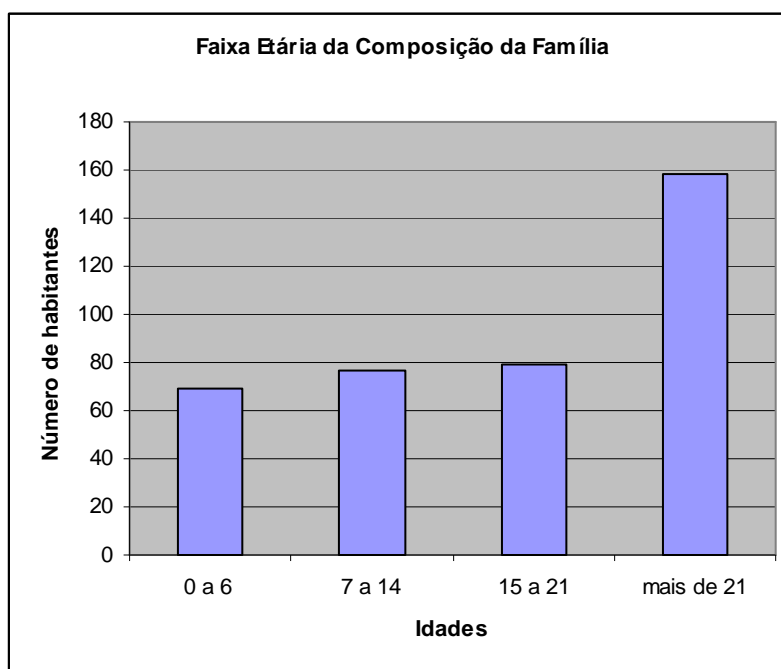


Gráfico 6: Faixa etária dos componentes das famílias
Fonte: COHAB, 2003

Outro item avaliado na pesquisa foi o tempo de moradia em Chico City (Gráfico 7). A maioria morava no bairro em 2003 a menos de dez anos, o que confirma a tese de que vieram para o bairro nos anos 1990, quando a empresa entrou em decadência, e transferiu os operários de Chicópolis (devido à venda do terreno) para Chico City, além do fato de muitos terem chegado depois da falência da empresa.

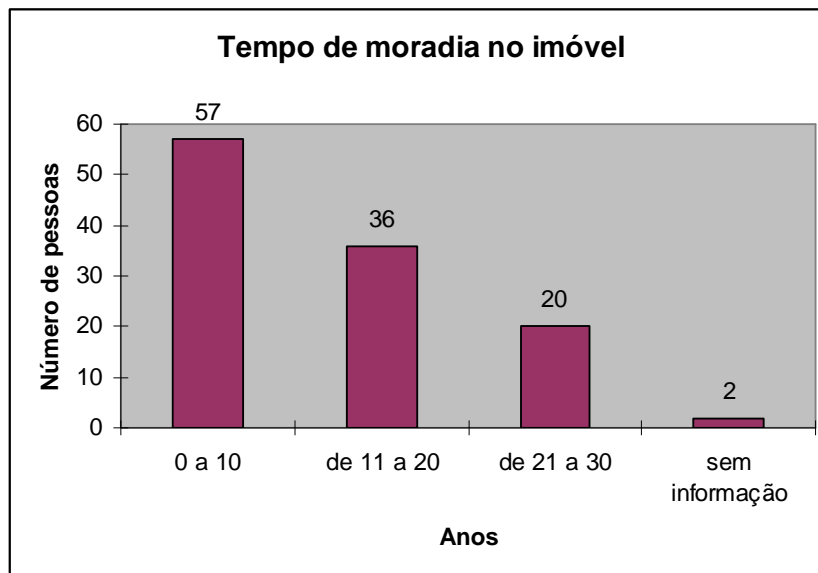


Gráfico 7: Tempo de moradia no imóvel em Chico City.

Fonte: COHAB, 2003

Os moradores foram questionados sobre a posse de outro imóvel, além daquele que habitam. A maioria (102 pessoas) respondeu que não possui nenhum outro imóvel, apenas 11 pessoas declararam possuir outro imóvel em seu nome. Porém, essa informação pode ter sido ocultada em muitos casos, pois a pesquisa fazia parte de um levantamento que subsidiaria a decisão de um possível financiamento das casas de Chico City pela COHAB em parceria com a prefeitura municipal, possivelmente para saldar dívidas da falida empresa com a administração municipal.

3.2.2. O papel dos movimentos populares nas mudanças no espaço-tempo do bairro Chico City

Santos (1985) fala que o espaço é um produto social em permanente processo de transformação. As mudanças também ocorrem em nossa área de estudo, porém, em alguns casos, de forma mais lenta do que nas partes mais dinâmicas da cidade. Assim, vamos discorrer aqui sobre as mudanças no espaço-tempo de Chico City com base na fala dos moradores e também dos resultados de ações da população junto ao poder público.

A criação da Associação de Moradores foi um ponto importante para as ações de Chico City. Apesar de não ser considerado oficialmente um bairro, em 2004 os moradores conseguiram organizar sua associação. É importante mencionar que o casal que está hoje à frente da Associação de Moradores é o mesmo que a criou e estes não trabalharam na empresa, como muitos moradores do bairro. Foram morar em Chico City através da compra da casa em 2003, e de acordo com eles por um valor baixo. E desde então, estão à frente nos movimentos do bairro. Sobre o início da Associação de Moradores, um dos fundadores relata:

[...] tivemos a idéia de montar a Associação de Moradores e não deixaram porque não era bairro registrado. Aí eu disse, mas tem associação de tudo por que não pode ter? O direito de associar é livre! Fomos no cartório e o cartório negou, disse que não pode porque não é bairro. Eu falei “beleza”, vou transformar em bairro. Fui à prefeitura e pedi uma certidão de localização, a gente existe, então tem que ter! A prefeitura responde: "O conjunto habitacional Chico City, está localizado no bairro Laranjeiras Velha", então eu acabei o problema: Associação de moradores do bairro Laranjeiras Velha²⁰, Conjunto Habitacional Chico City. Hoje nós somos associação de moradores do bairro Colina de Laranjeiras, Conjunto Habitacional Chico City, não mudou nada, só a localidade (Entrevista com Sr. M., 46 anos, 12/06/2010).

A criação da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Chico City colaborou para que este passasse a ter Orçamento Participativo. De acordo com o Diretor do Núcleo de Acompanhamento do Orçamento Participativo, da PMS, a comunidade que tiver representatividade junto à Federação das Associações de Moradores da Serra – FAMS – tem direito ao Orçamento Participativo.

Durante o desenvolvimento do presente trabalho, acompanhamos diversas atividades da comunidade estudada, promovidas pela Associação de Moradores ou movimentos em nível municipal como o Orçamento Participativo. Por isso, é preciso discorrer sobre o ativismo de bairro no Brasil para tentar explicar o que acontece no bairro estudado, utilizando-se de referencial teórico e entrevistas com moradores. Antes, porém, faz-se necessário diferenciar ativismo e movimento social, usando para isso, o pensamento de Souza (2006):

[...] os ativismos sociais (ou ativismos, simplesmente, para evitar uma redundância) são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os movimentos sociais seriam um subconjunto [...] Os movimentos sociais [...] seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social (SOUZA, 2006:278).

²⁰ Antes de serem parte do bairro Colina de Laranjeiras, Chico City estava incluído no bairro Laranjeiras Velha, localizado à margem esquerda da BR 101 norte, enquanto Chico City encontra-se próximo à margem esquerda dessa mesma rodovia (ver Mapa 8).

Este autor fala sobre ativismo de bairro como sendo *stricto sensu*, ou seja, relativo aos “problemas diretamente vinculados ao espaço social” (Souza, 2006:280), como a luta por moradia, por acesso a equipamentos coletivos, entre outros.

Em outro trabalho, Souza (2005) diz que o ativismo de bairro no Brasil teve seu destaque entre o fim dos anos 1970 até meados da década de 1980. A partir daí, já era possível notar uma crise no ativismo de bairro, até mesmo entre os ativistas. De acordo com este autor: “[...] a identidade de bairro constitui um referencial e um suporte afetivo e organizativo para uma luta por melhor qualidade de vida que pode ser, em um primeiro momento, bastante pontual (por exemplo, problemas na rua onde se mora) [...]” (SOUZA, 2005:159).

E para confirmar esta afirmação, o início da associação de moradores de Chico City é contado em entrevista por um dos membros da associação:

Quando nós mudamos pra cá [2003], sabe como nós entramos nessa brincadeira de liderança? Foi o chamado de um vizinho [...] ele falou vocês que tem essa característica de liderança, eu já vi vocês conversando com pessoas da prefeitura, tem um esgoto aqui que não está funcionando, o esgoto lá de casa não sai. Pois nós chamamos, não tinha nenhum bueiro, aí vieram aqui e fizeram um bueiro, foi a primeira ação nossa, um bueiro na Rua Bárbara. Aí de lá pra cá nós vimos que tínhamos direitos... lá no bar do Bananeira, onde a gente tava, tinha um esgoto a céu aberto na frente, e toda vez que ele entupia a gente chamava o carro sugador, aí pensamos, poxa, se a gente tá demandando prefeitura pra vir aqui e ela tá vindo, então vamos fazer logo uma coisa direito, aí conseguimos o Orçamento Participativo 2006 pra cá (Entrevista com Sr. M., 46 anos, 12/06/2010).

Porém, a participação nos eventos da comunidade vem diminuindo nos últimos tempos, apesar de continuar sendo relativamente representativa. Souza (2005) lista os vários fatores de decadência do ativismo nos bairros “comuns” e em favelas, dos quais citaremos os que têm alguma relação com nosso objeto de estudo.

O autor começa falando sobre a crise econômica a partir dos anos 1980, que contribuiu para a crise também no ativismo de bairro, visto que a diretoria de uma associação de moradores toma tempo e muitas vezes dinheiro. Em tempos de crise econômica, dedicar-se à coletividade pode se tornar um fardo, uma vez que a luta pela sobrevivência se torna mais difícil.

Aliado à isto, está o que ele chama de decepção com os rumos da conjuntura política nacional. Novamente pelo fato de que a atividade de diretoria de associação de moradores não é remunerada, isso exige da liderança uma motivação.

[...] o envolvimento com os problemas do bairro ou da favela e a direção de uma associação significam, via de regra, acima de tudo um gasto adicional de tempo e energia relativamente ao emprego para aqueles que não são aposentados. Não raramente, significam, igualmente, colher frustrações devido ao “comodismo” da base social (SOUZA, 2005:155).

A questão financeira, o tempo gasto e o fato de ter emprego e família foram aspectos percebidos em diversas conversas com a presidente.

Sobre o comodismo Souza (2005) diz que as pessoas esperam demais das associações, como se elas também não fizessem parte do movimento. Isso foi percebido em conversa com a presidente da Associação de Moradores, que comentou em algumas ocasiões o fato de as pessoas serem “acomodadas”, não lutarem pelos seus direitos. Assim, dos líderes comunitários:

[...] são cobradas providências e soluções, como se eles próprio fossem parte do Estado e como se apenas eles tivessem de lutar por melhorias (ou seja, como se a associação não dissesse respeito a todos), a longo prazo se pode notar uma espécie de “cansaço” por parte dos líderes (SOUZA, 2005:158).

Além disso, a influência partidária junto a Associações de Moradores também é citado pelo mesmo autor como um problema. As associações devem ser apartidárias, a fim de conseguirem um diálogo com o poder público. Caso contrário “[...] um líder ou uma diretoria comete o grave erro, por equívoco político ou corrupção, de ignorar o fato de que no bairro não residem apenas eleitores do candidato ou partido favorecido [...]” (SOUZA, 2005:151).

Sobre este assunto, talvez pelo fato de os membros da Associação de Moradores serem filiados ao partido do prefeito de Serra, o Partido Democrático Trabalhista – PDT – muitos no bairro são contra. Prova dos movimentos contrários são as constantes tentativas, aliás problemáticas, de ocupação das áreas verdes que circundam Chico City, por parte de alguns moradores do próprio bairro, contra a posição da Associação de Moradores que é de defesa dessa área. Portanto, percebe-se que a influência partidária pode facilitar de um lado (junto ao poder público), mas dificultar do outro (com os moradores envolvidos em outros partidos ou mesmo contra o partido em questão, mas também defendendo interesses próprios). Uma moradora fala sobre esses movimentos contrários: “Tem uma turma que quer formar uma nova presidência, pra brigar com ela [a presidente da Associação] quer fazer outra presidência, eles querem tomar a frente dela” (Entrevista com Sra. L., 48 anos, 13/11/2010).

Mesmo com esses problemas, no bairro de nosso interesse há uma participação popular considerável nos diversos eventos de interesse dessa população. Principalmente pelo fato de não terem posse das casas, os moradores estão sempre presentes nos leilões e nas reuniões. Porém, essa participação vem reduzindo cada vez mais. Para confirmar essa afirmação, nas primeiras entrevistas a fala era: “Reunião aqui dá umas setenta pessoas. O bairro é bem unido, porque é pequeno. E as organizações aqui são feitas na maior clareza possível” (Entrevista com Sr. M., 46 anos, 07/04/2009).

Em conversas mais recentes com os membros da Associação de Moradores, a informação é que a situação mudou e que a participação reduziu. De acordo com eles essa participação depende do interesse das pessoas. Ou seja, quando se trata de algo sobre a posse das casas, a participação normalmente é grande, como aconteceu no Orçamento Participativo; por outro lado, para se tratar de outros assuntos a presença dos moradores não é tão numerosa. Em diversas entrevistas realizadas as pessoas admitiram não participar das reuniões da Associação de Moradores por diversos motivos. Uma moradora disse que participava, mas perdeu o interesse.

Pra falar a verdade antes eu até ia [...] mas só que depois ela [a presidente da Associação de Moradores] começou a falar do tal do parque ambiental, não falava mais de regularizar casa, só em parque, aí o pessoal começou a desistir e não ir mais [...] Tem tanta coisa, regularização, pode juntar com Colina e fazer um posto, escola, creche... Mas só falava de praça e área verde aí o pessoal começou a ficar desgastado, não foi mais. Porque olha só, uma área verde é importante, mas o povo aqui de Chico City, a instrução é baixa. Então até hoje eles não entendem a importância de uma área verde. A maior importância pra eles é uma escola, uma creche, um posto de saúde, e o que mais o pessoal quer além disso é regularizar as casas (Entrevista com S., 24 anos, 25/11/2010).

Outra moradora, esta participante, disse que são sempre os mesmos que participam das reuniões, conforme trecho a seguir: “Às vezes dá trinta, quarenta pessoas, às vezes dá bem menos. Porque o pessoal é aquela coisa, quer tudo de ‘mão beijada’ [...] aí sabe que fulano está fazendo, então pensa ‘vou ficar em casa dormindo e vou ter o mesmo direito que eles’[...]” (Entrevista com Sra. N., 59 anos, 27/11/2010).

O bairro também contou por algum tempo com um jornal (Figura 22) de circulação local e em alguns bairros do município de Serra, mas segundo Sr. M., da Associação de Moradores, não vem sendo editado por falta de verba. O informativo, chamado “Tempo Presente”, tratava de assuntos diversos, relativos não só ao bairro, mas ao município como um todo.



Figura 22: Jornal Tempo Presente, abril e junho de 2009, respectivamente.
Fonte: Arquivo pessoal de Marcelino Rocha.

Esse informativo apresentava um forte apelo ambiental, conforme é possível notar na figura anterior. A questão do meio ambiente é assunto recorrente na fala da direção da Associação de Moradores e eles relatam que constantemente sofrem pressão por ocupação irregular nas áreas verdes que circundam o bairro, conforme relatado anteriormente.

Os membros da direção da Associação de Moradores foram questionados sobre o fato de serem do mesmo bairro (Chico City e Colina de Laranjeiras), mas de haver duas associações diferentes. Eles disseram que são associações distintas, mas que eles entram em acordo em alguns casos, como na fala da presidente da Associação de Moradores de Chico City sobre a relação com a associação vizinha:

[...] nós negociamos várias coisas, por exemplo, a creche. Falaram que Chico City era pequeno, vários impedimentos... sentei com o presidente de lá, e combinamos de fazer uma regional e quando for pra votar um posto de saúde aqui, a gente vota também na regional. Tudo é questão de negociação. Com o ônibus foi a mesma coisa, passa lá e passa aqui... (Entrevista com Sra. H., 42 anos, 12/06/2010).

Quanto aos equipamentos públicos existentes no bairro, a pesquisa da COHAB (2003) dizia naquele ano:

Não existe no bairro, nenhum serviço básico de atendimento à população, como comércio, escolas, farmácia, padaria, posto médico e policial, etc. Os moradores têm que se deslocar a pé até Laranjeiras ou Valparaíso, bairros mais próximos do

conjunto. O único comércio existente é um pequeno bar/mercearia anexo ao imóvel de um morador (Relatório da COHAB, 2003).

Com relação a esses equipamentos, a situação não se alterou. Porém, de acordo com moradores, nos últimos anos, muitas coisas mudaram no bairro. Mesmo aqueles que não participam da vida política do bairro, das reuniões da associação relatam mudanças positivas. Um exemplo é a entrada do bairro, que era de terra (Figuras 23 e 24), dificultando a vida dos moradores principalmente em dias de chuva, relato comum em entrevistas e conversas realizadas no bairro, como no trecho a seguir: “Tinha que subir aquela ladeira com chuva e com sol, a gente ficava cheio de lama nos pés, era terrível!” (Entrevista com Sra. F., 52 anos, 13/11/2010).



Figura 23: Entrada do bairro Chico City antes das obras de asfaltamento.

Fonte: Arquivo pessoal de Marcelino Rocha.



Figura 24: Entrada do bairro Chico City depois das obras de asfaltamento.

Fonte: Arquivo pessoal de Marcelino Rocha.

A partir da organização de uma representatividade de bairro, conforme explicitado anteriormente, Chico City começou a participar do Orçamento Participativo do município no ano de 2006. Inicialmente, o Orçamento Participativo municipal era realizado anualmente. Com a mudança na metodologia, mudou também o intervalo de tempo para sua realização. Segundo um funcionário da PMS, até 2008 acontecia todos os anos e atualmente passou a ser a cada dois anos.

No primeiro Orçamento para o bairro, de acordo com a Prefeitura Municipal, conseguiram aprovar a drenagem e pavimentação das avenidas Ana Maria e Carolina e das ruas Klaus, Dominique, Katharina, Cristiano, Bárbara e Sylvia. Segundo os moradores, antes da realização dessas obras havia problemas com alagamentos.

No Orçamento seguinte foi votada e aprovada a construção de um Centro Municipal de Educação Infantil no mesmo local onde funcionava no passado e onde atualmente está o Projeto Mão Estendida. Esta obra ainda não saiu do papel, pois segundo informações de um dos responsáveis pelo Orçamento Participativo no município, há um problema com a demanda.

Nós temos hoje no Orçamento Participativo uma creche aprovada para a região, para o bairro, mas acho que o que mais impede essa creche de ser feita, dentre todos esses problemas não seria nem a questão da área não ser pública, nós poderíamos desapropriar uma área. Primeiro nós teríamos que descobrir para quem pagar. Ou entraria nesse acerto de contas. Se a área é pública, a gente faz uma creche pública. O problema ali é a demanda. Isso não é informação minha, foi feito um levantamento de demanda, e viu que ali tem uma demanda de 46 crianças pra uma creche que comportaria mais de 300. E aí você tem no entorno, Colina de Laranjeiras, que tem uma área pública, a 300 metros daquele mesmo local onde a comunidade quer a creche com uma demanda maior (Entrevista com o Diretor do Núcleo de Acompanhamento do Orçamento Participativo, 18/11/2010).

A creche é um dos maiores desejos da população, talvez pelo fato de ser um equipamento que foi retirado do bairro, visto que existia uma unidade escolar durante o funcionamento da empresa. Talvez por isso também, eles não aprovelem a idéia de colocar esse equipamento em Colina de Laranjeiras. E ainda, o fato de colocar uma creche ali, é uma forma maior da ação do poder público naquela área. Essa também é a opinião do entrevistado da Secretaria de Planejamento Estratégico do município:

Chico City quer, e eu acho legítimo, uma identidade. Fazendo uma creche ali você tem uma identidade do poder público dentro do bairro. Eles até questionam, fizeram uma drenagem, um recapeamento, por que não pode fazer a creche? Porém, o problema é colocar um equipamento público numa área que pode ser retirada. Eu acredito que os moradores não serão retirados dali, mas legalmente o prefeito pode

ser responsabilizado por isso e tecnicamente quando chega aqui para mim tem um parecer apontando uma demanda pequena, falando que tem uma área pública a 300 metros dali [...] Eles querem uma identidade, querem que o poder público marque o espaço ali até para ajudar a legitimar a luta deles (Entrevista com o Diretor do Núcleo de Acompanhamento do Orçamento Participativo, 18/11/2010).

Em 2010, foi votada e aprovada a regularização fundiária, com presença de muitos moradores em todo o processo. Na última reunião da “Região de Laranjeiras”²¹, realizada no dia 8 de junho de 2010, estiveram presentes 184 pessoas, sendo 40 moradores de Chico City. Isso mostra que, apesar de estar diminuindo como em outros bairros, a participação popular ainda é efetiva no bairro em questão.

Porém, essa regularização ainda não foi concretizada e de acordo com a Secretaria de Habitação – SEHAB – por enquanto não está na lista de prioridades por envolver uma questão jurídica, relacionada à falência da Atlantic Veneer e às dívidas que esta tem com o município. Existem outros casos desse processo em andamento no município. De acordo com a SEHAB, existem cinco processos de regularização fundiária em andamento ou já concluídos²². E na secretaria responsável pelo Orçamento Participativo, o funcionário disse que estão aguardando a Procuradoria Geral dar um parecer do que pode ser feito para começar o processo de regularização.

Essa regularização foi aprovada com uma ressalva, inclusive a gente deixou claro na época da discussão, de que nós precisaríamos primeiro ver como a prefeitura repassaria esses imóveis para os moradores. O recurso foi destinado, foi contemplado com os três milhões, mas a gente não sabe quanto vai custar. Pode custar três milhões, mas pode custar dez. Aí a prefeitura não tem cofre pra fazer isso. Mas a gente deixou claro que até três milhões a gente tem como destinar e vamos ver quanto custaria aquela área, como que a justiça entende a situação e quais os mecanismos a prefeitura teria pra regularizar a situação de cada proprietário (Entrevista com o Diretor do Núcleo de Acompanhamento do Orçamento Participativo, 18/11/2010).

E continua colocando as dificuldades do processo:

Teria uma situação até engraçada se não fosse trágica, se a gente pegasse, pagasse pela área e pela justiça a prefeitura fosse obrigada a retirar os moradores porque a área é pública. O Ministério Público pode dizer que se a prefeitura pagou três milhões por aquela área agora aquela área tem que ser utilizada para o município. Aí a prefeitura tem que retirar os moradores. Então esses três milhões garantem que o poder público da Serra tem um compromisso de reservar nesse OP 2010-2011 três

²¹ Fazem parte da Região de Laranjeiras no Orçamento Participativo os bairros: Chico City, Morada de Laranjeiras, Camará, Guaraciaba, Chácara Parreiral, Parque Residencial Laranjeiras, Laranjeiras, Laranjeiras II, Valparaíso, Jardim Limoeiro, São Diogo, São Geraldo (Fonte: site da Prefeitura Municipal de Serra, acesso em 23 de outubro de 2010). Ver Tabela 6 sobre os tipos de regionalização.

²² De acordo com a Secretaria de Habitação (SEHAB) existem cinco Projetos-Piloto, nos bairros: Jardim Carapina, Planalto Serrano, Hélio Ferraz, Parque das Gaivotas e Barcelona.

milhões para aquela demanda. Agora com a ressalva de que precisamos conhecer como adquirir o terreno e como vamos repassar isso (Entrevista com o Diretor do Núcleo de Acompanhamento do Orçamento Participativo, 18/11/2010).

Segundo ele a regularização ainda não aconteceu por questões jurídicas. A falida Atlantic Veneer do Brasil ainda tem dívidas com o município, mas segundo o entrevistado, a regularização fundiária daquela área não é uma questão simples de ser resolvida.

Se o município pega o débito que a empresa tem com o município e tenta fazer um acerto de contas para pegar aquela região e repassar para os moradores nós teremos problema, porque algumas residências ali já não entram no quesito de função social. Aí nós teremos problema com o Ministério Público [...] A área passa a ser de posse da prefeitura, mas aí não poderemos repassar para os moradores, porque hoje tem comércio, aí perde o caráter de função social. Tem imóvel com o valor elevado, tem pessoas com renda variada ali, alguns com renda mais alta outros com renda mais baixa (Entrevista com o Diretor do Núcleo de Acompanhamento do Orçamento Participativo, 18/11/2010).

Levando essa discussão ao âmbito jurídico e buscando ver se sob essas alegações da PMS não existem outros interesses, é importante lembrar que a Lei 6.766 de 1979 já falava em habitação de interesse social (artigo 4º). Sobre os marcos regulatórios, Rolnik et al (2002) diz:

A Constituição Brasileira e o Estatuto da Cidade apostaram na implementação de uma política fundiária que, baseados em processos de planejamento participativos locais, pudesse ampliar o acesso à terra urbanizada e bem localizada para a moradia, rompendo com o modelo extensivo e excludente de promoção de novas periferias (ROLNIK et al, 2002:33).

Conforme citado pelos autores, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (Constituição Federal, artigo 182 § 2º). E seguindo os marcos legais em uma “linha” histórica, em 2001 foi aprovada a Lei 10.257, o Estatuto da Cidade, em que constam as diretrizes e instrumentos de cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, do direito à cidade e da gestão democrática das cidades (Rolnik et al, 2002).

Um dos instrumentos de regularização fundiária previsto no Estatuto da Cidade é a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS. Esse instrumento tem como objetivo inserir as áreas ocupadas pela população dominada – favelas, loteamentos clandestinos ou irregulares – à cidade legal. As ZEIS demarcadas em Plano Diretor Participativo facilitam urbanização e regularização dessas áreas. Esse instrumento está previsto em mais de 70% dos Planos Diretores no país (Rolnik et al, 2002).

Na proposta do Plano Diretor Municipal de Serra²³, o bairro Chico City é considerado uma ZEIS. Chico City tem a característica de ter sido construído em área particular de uma empresa, e hoje já não tem mais essa característica, tendo portanto, a demanda de regularização e urbanização. Porém:

As ZEIS podem sofrer, também, oposições por parte dos moradores da vizinhança que entendem, erradamente, a aplicação desse instrumento como a perpetuação de habitações precárias que, por sua vez, são vistas como fatores de incomodidade e de desvalorização imobiliária (ROLNIK et al, 2002:21).

Essa mesma autora diz ainda: “[...] o conflito ocorre com agentes do mercado imobiliário que tem interesse em usar as áreas demarcadas como ZEIS para outros tipos de empreendimentos destinados a grupos sociais com maior poder aquisitivo” (ROLNIK et al: 2002:22). Ou seja, aplicando ao nosso objeto de estudo, não haveria interesse na inserção de Chico City como uma ZEIS por parte da municipalidade, pois esta é uma área valorizada, inserida em um bairro com alto valor do metro quadrado e próxima à Laranjeiras. A Associação de Moradores se mostra preocupada com a votação do PDM na Câmara.

Parece ser este o problema de Chico City, pois conforme já apresentado, as políticas do município de Serra são voltadas à expansão imobiliária, desconsiderando os objetivos das leis previamente mencionadas sobre habitações de interesse social²⁴. Sobre a inserção de Chico City como ZEIS, concordamos com o pensamento de Rolnik et al (2002):

[...] as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) [...] podem abrir possibilidades para a regularização fundiária e melhoria das condições urbanísticas e habitacionais em favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos e conjuntos habitacionais populares existentes nas cidades do país (ROLNIK, et al, 2002:34).

Mais recentemente, a Lei Federal 11.977, de 7 de julho de 2009, dispõe além do “Programa Minha Casa Minha Vida” sobre o qual já discutimos, sobre regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Em seu artigo 46, caracteriza esse processo como:

A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Lei Federal 11.977 de 7/7/2009, artigo 46).

²³ Apresentado à população em dezembro de 2010 e aguardando votação na Câmara de Vereadores.

²⁴ Ver Tabela 9 sobre as contratações do Programa “Minha Casa, Minha Vida” para o município de Serra.

Essa Lei prevê regularização fundiária de imóveis de domínio público ou privado e também em ZEIS. A situação de Chico City se encaixa nessas condições, visto que é uma área particular, predominantemente de baixa renda e tem a proposta de ser uma ZEIS, conforme relatamos anteriormente.

O documento do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2010) sobre regularização fundiária, relaciona esse processo às ZEIS sob orientação da Lei 11.977:

As ZEIS representam o reconhecimento da diversidade das ocupações existentes na cidade e a possibilidade de construção de uma legalidade dos assentamentos, tanto na qualificação e regularização das áreas ilegais, quanto na democratização do acesso à cidade provida de infra-estrutura, regulando a atuação do mercado imobiliário (IJSN, 2010:37).

Com relação à construção da creche, um dos desejos da população de Chico City e já aprovada em Orçamento Participativo, a Lei fala também sobre obras de infra-estrutura em áreas com demanda de regularização fundiária:

A realização de obras de implantação de infraestrutura básica e de equipamentos comunitários pelo poder público, bem como sua manutenção, pode ser realizada mesmo antes de concluída a regularização jurídica das situações dominiais dos imóveis (Lei Federal 11.977 de 7/7/2009, artigo 55).

O fato de nem todos os moradores serem considerados de baixa renda, conforme relatado pelo funcionário da prefeitura entrevistado, não pode ser considerado um impedimento para a regularização fundiária. Além disso, em pesquisa feita pela COHAB em 2003 e analisada neste trabalho, percebe-se que a maior parte dos moradores estava na faixa de rendimentos de até três salários mínimos. Sobre os custos do processo, a já referida Lei Federal diz:

Não serão cobradas custas e emolumentos para o registro do auto de demarcação urbanística, do título de legitimação e de sua conversão em título de propriedade e dos parcelamentos oriundos da regularização fundiária de interesse social (Lei Federal 11.997, de 7/7/2009, artigo 68).

Assim, a população local que não for considerada baixa renda, conforme citado pelo funcionário da prefeitura entrevistado, pode arcar com o valor da escritura e todas as taxas de cartório para a regularização, o que também já estava previsto no artigo 48 do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001).

Além do Orçamento Participativo, há uma organização por parte dos moradores para tentar garantir a posse das casas. Recentemente, em reunião promovida pela Associação de Moradores, um grupo decidiu contratar um advogado para tentar garantir o imóvel. Porém,

em conversa com os membros da associação, estes relataram que não houve muito interesse por parte dos moradores, não se sabe se por falta de interesse ou porque estão se sentindo seguros com relação às casas. Uma moradora entrevistada, que é dona do imóvel em que mora, se mostrou nervosa com a falta de participação da população nas ações promovidas: “Agora eles estão colocando um advogado, eu não to pagando porque eu comprei, poxa! Ainda eu vou pagar pros outros que não querem nem saber?” (Entrevista com Sra. N., 59 anos, 27/11/2010).

Outra modificação que aparece nas entrevistas é com relação à estrutura física das casas. Os moradores dizem que não podiam reformar as casas enquanto a empresa ainda existia, salvo com autorização prévia.

Hoje, muitas casas foram ampliadas, reformadas e ainda surgiram alguns pequenos pontos comerciais, como bares, mercadinhos, sorveteria, lava-jato, além de igrejas (Figuras 25 e 26). Alguns dizem que essas mudanças refletem uma maior segurança quanto à propriedade por parte dos moradores.

Nas entrevistas realizadas²⁵, os moradores foram questionados sobre os pontos positivos e negativos do bairro. A maioria colocou como ponto positivo a tranquilidade, o fato de ser pequeno e todos se conhecerem, e a isso é atribuída a segurança que muitos dizem existir no bairro. Como ponto negativo o item mais citado foi a falta da creche e de outros equipamentos públicos no bairro, mas as respostas foram bastante variadas. O fato de não terem a garantia da posse das casas também foi apontado como negativo, assim como a falta de comércio e áreas de lazer.

²⁵ Ver Anexo D – “Categorias analisadas nas entrevistas”



Figura 25: Comércio em Chico City

Fonte: Acervo pessoal, 2010.



Figura 26: Casas reformadas em Chico City.

Fonte: Acervo pessoal, 2010.

3.3. Colina de Laranjeiras: os novos vizinhos

Apesar de nosso recorte espacial ser a antiga vila de Chico City, é importante contextualizá-la no espaço. E o surgimento do bairro Colina de Laranjeiras é um fator de relevância para este estudo, visto que um dos objetivos é estudar as modificações de Chico City no espaço e no tempo.

O bairro Colina de Laranjeiras (Mapas 8 e 9) começou com um loteamento de mesmo nome, que foi autorizado no ano de 2001. O Certificado de Anuência emitido pela Secretaria de Estado do Planejamento diz que o loteamento foi aprovado com uma área de 287.405 m², contendo 29 quadras e 614 lotes. Dessa área, cerca de 25% foi destinada à vias e logradouros, 5,02% para espaços livres de uso público e 5,71% da gleba para equipamentos comunitários²⁶.

Para que este loteamento fosse construído, foi necessária a mudança de zoneamento no Plano Diretor Urbano da Serra, visto que a área era considerada zona industrial. Como a área vizinha – o bairro Taquara (ver Mapa 9) – era classificada como zona residencial a área de interesse do loteamento passou a ser classificada da mesma forma.

Além disso, a área pertencia à Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial – SUPPIN e ali funcionava uma empresa chamada Tropicana, que tinha na área uma plantação de eucaliptos (conforme Figuras 9 a 11 no início do Capítulo). Para a aprovação do loteamento, em 1999 o referido órgão fez um documento dizendo que não havia interesse em implantar indústria neste local, tornando viável o loteamento residencial. Esta área, que provavelmente teve preço subvencionado, de área de indústria passou a ser de interesse do mercado imobiliário.

A partir daí, de acordo com entrevistas realizadas, começaram a surgir casas. Porém, apenas em 2007 o loteamento passou a ser oficialmente o bairro Colina de Laranjeiras. E conforme dito anteriormente, Chico City passou a ser considerado parte desse novo bairro.

Segundo relatos, as primeiras construções no novo bairro foram os apartamentos do Programa de Arrendamento Residencial²⁷ – PAR – do Governo Federal (Figura 27). Assim, a população inicial do bairro era dependente de financiamento da Caixa Econômica Federal, e chegaram a um bairro sem infra-estrutura. Porém, este foi crescendo, as construções se diversificando, e hoje podemos notar que o padrão das casas é de classe média e alta (Figura 28). É possível afirmar isso também com base no valor de um terreno no bairro, que chega a R\$ 2 mil o metro quadrado.

²⁶ Certificado de Anuência nº 81, de 1 de março de 2001. Secretaria de Estado do Planejamento, Governo do Estado do Espírito Santo.

²⁷ Segundo informações no sítio da Caixa Econômica Federal, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) destina-se a famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00. Ao final do prazo de arrendamento, de 15 anos, existe a opção de comprar a casa ou apartamento onde morou (Acesso em 23/10/2010).



Figura 27: Apartamentos do PAR

Fonte: Acervo do autor, 2011.



Figura 28: Padrão das casas de Colina de Laranjeiras

Fonte: Acervo do autor, 2011.

Atualmente, o bairro Colina de Laranjeiras conta com um comércio local pouco variado, com alguns pontos comerciais em construção (Figura 29). Conforme observações feitas em campo, há um projeto de construção de um centro comercial, próximo à “fronteira” com Chico City (Figura 30). Existem dois grandes supermercados na região, o Carone Mall e o Epa Supermercados, porém, esses são próximos à Avenida Eudes de Souza (Avenida Civit), e atende aos bairros do entorno. Quanto aos equipamentos públicos, ainda são insuficientes, atualmente ocorre a construção de uma praça.



Figura 29: Comércio local em Colina de Laranjeiras.

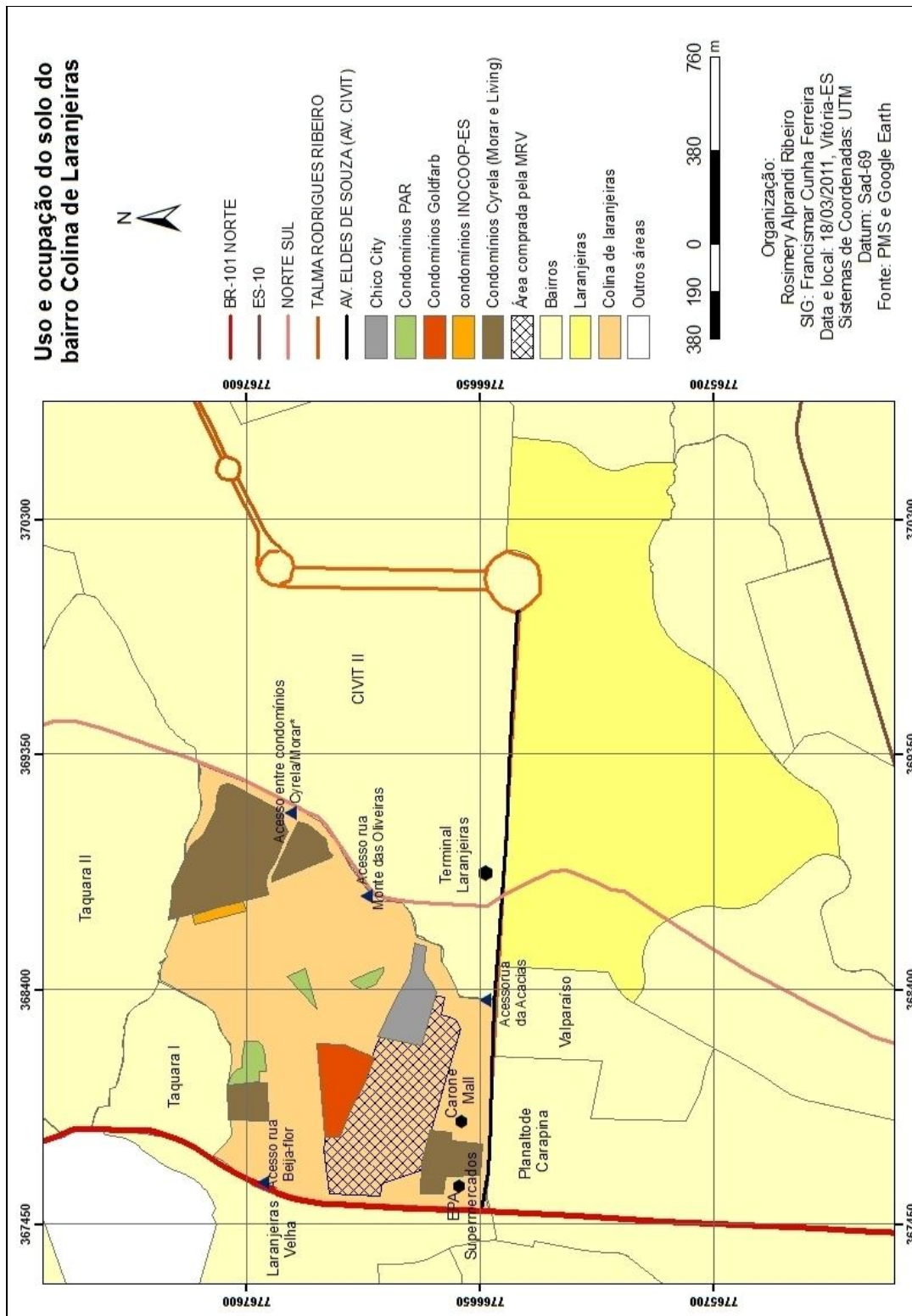
Fonte: Acervo do autor (2011).



Figura 30: Futuras instalações do “Colina Mall”, próximo à Chico City.

Fonte: Acervo do autor (2011).

Segundo pesquisa do jornal A Gazeta, o bairro Colina de Laranjeiras possui cerca de 1.907 unidades de imóveis em construção (A Gazeta, 26/09/2010, p. 3). E de acordo com levantamento feito pela pesquisa “Agorafobia - A busca do paraíso perdido das comunidades auto-segregadas do município da Serra-ES”, o bairro conta com 14 condomínios fechados (horizontais e verticais) em sua área. O mapa a seguir mostra os condomínios construídos e em construção de acordo com a empresa responsável no bairro Colina de Laranjeiras.



Mapa 9: Uso do solo e acessos ao bairro Colina de Laranjeiras.

*De acordo com informações na PMS, esse acesso foi área doada pela construtora para uso público.

É interessante notar que os condomínios fechados também existem na fronteira de Colina de Laranjeiras com os bairros Taquara I e II, bairros de ocupação irregular e precária da região, o que nos remete ao comentário sobre os limites de bairros que são expandidos para vender o produto, discussão feita no item 2.2.

Assim, o espaço do bairro Colina de Laranjeiras é modificado a cada dia. Isso deixa a pergunta para os moradores de Chico City: será que isso é positivo ou negativo? Quais impactos isso pode trazer para Chico City?

3.4. Chico City e Colina de Laranjeiras: proximidade territorial e distância social²⁸?

Para tentar entender a relação entre os diferentes grupos que habitam o que é oficialmente o bairro Colina de Laranjeiras, utilizamos entrevistas de caráter semi-estruturado e também conversas informais com moradores de Chico City em diversas visitas a campo no ano de 2010. Após a análise das entrevistas, destacamos os assuntos principais para construção da tabela “Categorias analisadas nas entrevistas”, que consta no Anexo D. Alguns desses elementos já foram analisados anteriormente, alguns serão considerados nessa seção.

Percebemos que as visões são diferentes sobre o surgimento do bairro vizinho. De modo geral, os mais velhos sentem-se mais incomodados, mesmo vendo algumas vantagens, enquanto os mais jovens acham que o crescimento do entorno só trouxe vantagens.

Porém, essa afirmação não é uma regra, o que se comprova pela fala de um jovem sobre este assunto:

Eu acho que muita gente critica a gente. O pessoal de Colina não gosta nem de passar aqui, pensando que a gente é vagabundo, porque o bairro é pequeno. Aqui parece que é uma “pedra no sapato” deles, porque é tudo bairro nobre, bairro com condições melhores, então eles vêem a gente como vagabundo, como pessoas que não trabalham [...] Acho que as pessoas lá tinham que ter mais respeito com as pessoas daqui, ter uma visão diferente, conhecer as pessoas, não julgar pela cara. Eu acho que eles são muito “metidos” em vista do pessoal daqui, muito diferente mesmo (Entrevista com P., 22 anos, 12/06/2010).

²⁸ O título foi inspirado no trabalho de RIBEIRO (2003).

Em algumas entrevistas, os moradores de Chico City caracterizavam os novos vizinhos como “metidos”. Outra moradora é da mesma opinião:

[...] no começo eu ouvi uns boatos aí, sabe? Mas eu acho que acabou. Porque aqui o pessoal é mais humilde, né, e lá é tudo “casarão”, o pessoal com mais poder, então ouvi um boato meio sem graça que não gostei muito. É que diziam que não gostavam de passar por aqui, que o pessoal é mais pobre acham que vai roubar, mas não é assim, né? Tinham medo (Entrevista com Sra. F., 52 anos, 13/11/2010).

Existem quatro acessos ao bairro Colina de Laranjeiras²⁹: dois pela Avenida Norte-Sul, um pela Avenida Eudes de Souza (Avenida Civit), e ainda um pela BR 101-Norte, conforme apontamos no Mapa 9. Chico City é o caminho mais próximo para acesso à Avenida Civit, e isso aumentou o fluxo de carros passando por este bairro. Em diversas entrevistas, os moradores de Chico City relatam que os moradores de Colina não gostavam de usar este caminho.

Atualmente, porém, de acordo com entrevistados, existem moradores de Colina de Laranjeiras que frequentam Chico City. Os dois donos de bares de Chico City que entrevistamos disseram que tem vários clientes do bairro vizinho, sendo que alguns trazem até mesmo os filhos.

Algumas pessoas “gente boa” de Colina vêm aqui, frequentam o bar. Pra dizer a verdade a maioria que frequenta o bar nem é de Chico City. É de Colina, de Valparaíso, de vários bairros. Tem gente de Feu Rosa, de Nova Carapina, onde eu tinha o bar antes (Entrevista com Sra. R., 45 anos, 18/10/2010).

São pessoas muito boas. Eu tenho amizade com o pessoal de lá que vem comprar cigarro, tomar cerveja, traz filho, mulher, namorada... Porque lá só tem casa bonita, mas na rua não tem nada! [...] As vezes eles passam o dia inteiro aqui! [...] Mas aqui vem os da classe média, os mais “atirados” nem passam aqui, não (Entrevista com Sr. E., 68 anos, 25/10/2010).

Uma moradora da “fronteira” entre Chico City e Colina de Laranjeiras disse ter boa relação com os moradores do bairro vizinho. Porém, o discurso dela mostra mais uma relação dominante-dominado – explicada pelo menor capital econômico dessa senhora, que por muitos anos fez trabalhos domésticos na casa dos alemães que eram proprietários da Atlantic Veneer – do que propriamente uma relação de vizinhança.

Ali em Colina também, tem uns vizinhos tão bons ali! [...] O pessoal dos prédios lá de longe vem aqui pra eu consertar as roupas. Eles gostam da gente ali [...] Esse aí [apontando para a casa do vizinho] até queria que eu trabalhasse pra ele, mas nessa idade eu não posso mais... (Entrevista com Sra. O., 69 anos, 25/11/2010).

²⁹ De acordo com a Prefeitura Municipal, existe projeto para novos acessos ao bairro.

Porém, com exceção dos proprietários de bares que foram entrevistados, os demais moradores não relataram relações muito estreitas com os novos vizinhos. Uma moradora disse que frequentava a igreja de Colina de Laranjeiras e outra disse ter algumas colegas de trabalho que moram no bairro vizinho. Além disso, alguns poucos moradores relataram relação de trabalho, como uma senhora que disse cuidar dos filhos de um casal de Colina e disse ter uma boa relação com eles. Um dos entrevistados disse também que alguns moradores de Chico City trabalhavam nas obras dos condomínios de Colina de Laranjeiras, mas esta pessoa não soube dizer se ainda existe essa situação, e nas entrevistas realizadas também não nos deparamos com situação semelhante.

O fato de muitos moradores entrevistados terem dito que os vizinhos de Colina são “metidos” talvez seja porque não habitam o lugar do outro, por terem práticas sociais distintas, ou seja, *habitus* distintos. Assim, o espaço habitado exige condições para que seus habitantes se sintam parte dele, e de acordo com Bourdieu (1998) alguns espaços exigem posse não apenas de capital econômico, mas também cultural e social, gerando o *efeito de clube*, conforme discutimos no Capítulo 1.

Seria válida uma análise do processo inverso, ou seja, pesquisar o que os moradores de Colina de Laranjeiras pensam sobre a permanência de Chico City, a fim de entender as relações existentes – ou inexistentes – naquela área. Claro que as visões sobre o assunto devem variar, mas em uma entrevista realizada pelo Projeto de Pesquisa “Agorafobia”, é interessante o depoimento de uma moradora de condomínio fechado horizontal em Colina de Laranjeiras, situado distante de Chico City:

É perigoso. Minha funcionária vinha de bicicleta por opção [...] Ela foi assaltada em Chico City. Então eu considero perigosíssimo. Meu marido fala “não passa lá, nem com o carro travado!” Outro bairro hiper perigoso a nossa vista é Taquara aqui atrás. Eu não vou, não conheço ninguém que mora nesses bairros, mas a gente tem a noção de que é perigoso [...] (Entrevista com moradora de condomínio fechado horizontal, 9/12/2010).

E questionada sobre o destino de Chico City, ela se coloca contra a existência deste bairro popular próximo à sua família.

[...] nós somos super a favor de que Chico City seja leiloado e vire uma coisa... Vocês já andaram ali na região? Se a gente for olhar a valorização... só que tem o outro lado [...] eu acho pouco provável porque são “N” famílias [...] A cidade cresce assim mesmo, os bairros que já existiam, os mais simples vão continuar, Taquara vai sempre continuar. Só que valoriza tudo, de alguma maneira os condomínios, as casas boas daqui valorizou o bairro deles também, só que é perigoso, infelizmente é a realidade [...] (Entrevista com moradora de condomínio fechado horizontal, 9/12/2010).

Essa visão mostra como, em muitos casos, o diferente, o que está fora dos muros físicos e simbólicos, é considerado uma ameaça, o que nos remete ao trabalho de Elias e Scotson (2000) sobre os *estabelecidos* e os *outsiders*, a propósito de duas comunidades operárias na Inglaterra no século XX, onde os *estabelecidos* eram o grupo mais antigo, com maior poder simbólico, enquanto os *outsiders* eram “os outros”, um grupo “relativamente pouco poderoso em comparação com os setores estabelecidos” (Elias e Scotson, 2000:56). O caso analisado no presente trabalho é o contrário: os *estabelecidos* seriam a população mais antiga, porém, com pouco capital, conforme já exposto, enquanto os *outsiders* seriam a população mais recente, “de fora”, mas com maior capital econômico e apoiada pelo poder político. Além disso, diferente de Elias e Scotson, analisamos aqui dois mundos sociais distintos, ou seja, classe popular e classes média e dominante. Porém, apesar de ser uma situação diferente, pelas atuais políticas do município de Serra, os *outsiders* tendem a se tornar os estabelecidos.

Em contrapartida, e retornando aos conceitos de Seabra (2003), sobre o bairro como lugar de vivência e das práticas cotidianas, os entrevistados foram questionados sobre a relação entre vizinhos dentro de Chico City, e quase todos disseram que existe relação de vizinhança. Em apenas uma entrevista a moradora disse não ter contato com muitas pessoas, apenas com a vizinha da casa ao lado e uma amiga que mora em outra rua. A maioria disse que se precisar de alguma coisa pode recorrer ao vizinho. Porém, nessa mesma pergunta, talvez pelo fato de muitos terem morado em Chicópolis antes de Chico City, eles fazem comparação entre essas duas antigas vilas, mesmo que não tenha sido perguntado, como nos trechos a seguir:

Ah, aqui é tranquilo, mas no Chicópolis era melhor. Lá sim, tinha gente mais simples, a gente se divertia. Mas aqui também, se a gente precisar de ajuda muitos ajudam. Claro que não é todo mundo, mas existe sim. Nos outros bairros isso não acontece tanto (Entrevista com Sra. R., 45 anos, 18/10/2010).

Aqui é bom, mas lá no Chicópolis era melhor [...] Lá, se acabasse o açúcar o outro arrumava, porque lá não tinha uma mercearia perto. Tudo pra mim era fácil lá. Então eu tenho fé em Jesus Cristo que se faltar um dinheirinho eu chego aqui [na casa de uma vizinha] e tenho ajuda (Entrevista com Sr. J., 74 anos, 06/11/2010).

Esse morador, apesar de não ter dito de forma explícita, nos leva a crer que essa diferença de Chico City com relação à Chicópolis é porque no bairro atual existe muita gente que veio “de fora”. Isso porque em Chicópolis todos eram empregados da Atlantic Veneer e se conheciam, enquanto que em Chico City muitos chegaram após a falência da empresa por diferentes motivos, conforme já exposto, o que também é uma contradição, pois os membros da Associação de Moradores se encaixam em uma dessas situações – no caso através da compra

da casa de terceiros em 2003, por um preço baixo, segundo entrevistas. E ainda existe a população que comprou casas mais recentemente, ou seja, por um valor mais alto, possivelmente com um capital econômico maior que os moradores antigos. Ou seja, na visão da população mais antiga, existem *outsiders* também dentro de Chico City.

Diferente do que se pensava no início deste trabalho, todos os entrevistados responderam que estão achando positivo o crescimento do entorno. Uma moradora relatou que antes da chegada das casas do bairro Colina de Laranjeiras, Chico City era “cercado por mato”. Ao ser questionada sobre se o crescimento de Colina foi positivo ou negativo ela disse: “[...] eu acho que não foi ruim, se fosse mato ainda, o povo ia se esconder no meio do mato, agora é melhor que tem morador, tá tudo limpo... eu acho que tá melhor!” (Entrevista com Sra. A., 57 anos, 06/11/2010).

A entrevistada se referia à criminalidade no bairro, que de acordo com os moradores, após a falência da empresa tornou-se um problema, conforme relatamos no item 3.2.1, sobre a chegada dos policiais em Chico City para “resolver” o problema, mas que muitos deles acabaram vendendo a casa a preços muito baixos. Porém, a mesma moradora em outro momento da entrevista também diz:

[...] em Colina ter morador e estar limpo é bom pra nós. Agora, tem uns “gente boa”, mas tinha gente que não queria passar aqui. Eu acho que eles não estão gostando de nós aqui não, não estão gostando que a gente vai ficar aqui, não [...] Ficou bom que limpou, mas talvez se tivesse ficado tudo mato não tinha dado tanto problema (Entrevista com Sra. A., 57 anos, 06/11/2010).

A moradora se referia ao episódio dos leilões quando disse a última frase. Inicialmente ela diz que “não foi ruim”, mas depois acaba dizendo que talvez fosse melhor ficar do jeito que estava. Essa moradora demonstrou-se bastante insegura com todas essas mudanças que ocorreram no entorno nos últimos anos.

Ao mesmo tempo, questionados sobre o destino deles no bairro, as respostas também tiveram variação. Muitos relacionaram as ações de despejo e os leilões à época de eleições, mas a maioria acha que não terão que sair dali. Porém, as respostas mostraram que os habitantes de mais idade sentem-se inseguros, como no relato a seguir: “Até hoje eu não fiz meu muro porque tenho medo de gastar muito e não ficar aqui” (Entrevista com Sra. A., 57 anos, 06/11/2010). E ainda, outra moradora, observando a tendência de construção de condomínios fechados no bairro vizinho faz sua observação: “Um dia isso aqui vai ser só apartamento, eu

acho. Eu não acho que vou ficar a vida toda morando. Eu acho que eles vão indenizar as pessoas” (Entrevista com Sra. T., 51 anos, 25/11/2010).

Sobre as mudanças no espaço do bairro, a maioria acha que a Associação de Moradores foi importante para que estas ocorressem, apesar de muitos não participarem das reuniões, conforme já exposto. Porém, também acham relevante o surgimento de Colina de Laranjeiras, como na fala de uma moradora falando do ônibus que o bairro conseguiu em 2008: “Se fosse só pelo povo aqui acho que não teria porque a população é pouca” (Entrevista com Sra. F., 52 anos, 13/11/2010). Desse modo, apesar de terem uma considerável participação nos eventos da comunidade, mesmo que esta esteja diminuindo em Chico City e também em outros lugares devido a vários fatores já expostos (Souza, 2005), alguns dos entrevistados mostraram que o bairro Colina de Laranjeiras foi importante para que conseguissem algumas obras e serviços públicos, como o exemplo do ônibus citado.

Assim, as respostas foram muito variadas em alguns temas, enquanto em outros foram bastante homogêneas. Uma moradora do bairro falando sobre o crescimento das áreas próximas disse: “É o progresso!”, como se isso fosse inevitável. A fala de uma moradora antiga de Chico City resume o que, de modo geral, as pessoas pensam sobre o crescimento imobiliário próximo: “O crescimento é positivo, desde que não atrapalhe a gente” (Entrevista com Sra. R., 45 anos, 18/10/2010).

Todos os moradores questionados sobre se o surgimento de um novo bairro foi positivo ou negativo disseram que foi bom, principalmente citando a segurança por não estarem mais “cercados por mato” e também dizem que valorizou a área. Em muitas entrevistas, foi citado o caso de um morador que recentemente comprou uma casa no bairro por R\$ 80 mil.

Eu achei bom, uma que Chico City ficou conhecido [...] E hoje pela nova distribuição de bairros da Serra, Chico City não existe, é Colina essa área toda aqui. E cresceu o bairro, valorizou, o pessoal começou a mexer nas casas. Porque pode se considerar que o bairro lá é de classe média. Então foi bom, o pessoal começou a valorizar aqui também. Oitenta mil uma casa sem documento! (Entrevista com S., 24 anos, 25/11/2010).

E através de entrevistas nos deparamos com outros casos de compras recentes de casas. O que mais chamou a atenção foi o fato de várias pessoas de uma mesma família terem comprado casas em Chico City.

Tem uns dois anos. A família dele comprou umas cinco casas aqui dentro. Na Rua Bárbara, o pai dele mora naquela rua [...] E nessa casa aqui eles deram uns quarenta

e sete mil. Não tinha nada, sabe o que é nada? Do jeito que foi feita... (Entrevista com Sra. N., 59 anos, 27/11/2010).

Outro aspecto investigado nas entrevistas foi o fato de não serem oficialmente um bairro. Ao serem perguntados se concordam com o fato de serem parte de Colina de Laranjeiras, as respostas foram muito variadas.

[...] eu falo “meu bairro”, acho que eles não consideram como bairro por se tratar de uma área particular. Eu não falo que moro em Colina, mas tem gente que fala. Tem gente que eu falo que moro em Chico City e nunca ouviu falar, então a gente tem que falar, pra passar a conhecer (Entrevista com Sra. R., 45 anos, 18/10/2010).

Conforme a moradora disse na citação anterior, muitos quando perguntados sobre o bairro onde moram respondem: “Colina de Laranjeiras! Até porque muita gente não conhece Chico City e o nosso CEP aqui mudou, é CEP de Colina de Laranjeiras” (Entrevista com Sra. F., 52 anos, 13/11/2010).

Esse tipo de resposta foi característica predominante dos mais jovens, mas a citação anterior prova que isso não é regra. Os mais idosos, mesmo com a mudança de CEP das ruas, dizem morar em Chico City e não em Colina de Laranjeiras. No caso dos mais antigos no bairro, isso talvez mostre uma identidade com o fato de terem sido empregados da Atlantic Veneer e terem vivido em uma vila operária, enquanto nas demais respostas predomina o *status* do bairro no qual agora se inserem.

Também ouvimos nas entrevistas que o nome do bairro – Chico City – causa estranhamento para pessoas de fora, e alguns moradores falam que moram em Colina de Laranjeiras por este motivo, como uma das entrevistadas disse que nunca gostou do nome do bairro em que vive. Perguntada sobre o fato de Chico City ser parte de Colina de Laranjeiras ela diz: “Não vejo problema nisso, não. Inclusive eu queria até que trocasse esse nome, por mim tinha trocado” (Entrevista com Sra. F., 52 anos, 13/11/2010).

Mesmo que alguns tenham dito que não se importam em ser parte de Colina de Laranjeiras, a maioria disse que se sente parte de um bairro, que Chico City é um bairro como qualquer outro. E o questionamento de uma moradora sobre esse assunto é interessante: “Como não é bairro se eles fizeram essas coisas aqui? Isso foi a prefeitura que fez, o calçamento, o esgoto, o asfaltamento da entrada. E veja bem, a gente tem Orçamento Participativo, Associação de Moradores... isso tudo é coisa de bairro!” (Entrevista com Sra. R., 45 anos, 18/10/2010). Outra moradora também questiona o fato de Chico City não ser oficialmente um bairro:

Por que nós pagamos impostos se é particular? Então quem tinha que pagar era o dono! Eu pago IPTU, taxa de esgoto, iluminação, tudo! Eu nunca deixei de pagar, tenho todos os carnês. Nós temos todos os serviços igual a qualquer outro bairro (Entrevista com Sra. N., 59 anos, 27/11/2010).

Assim, o fato de Chico City ser considerado parte de Colina de Laranjeiras é visto pelos moradores da antiga vila de diferentes maneiras. Para uns, depois disso, passaram a ter mais visibilidade e tiveram melhorias, como no trecho de entrevista a seguir: “Pra mim, acho que foi bem melhor pra Chico City, porque Chico City tava fora do mapa [...] Esse bairro aí ele botou Chico City pra viver na cidade [...] Foi bom que afastou a bandidagem da gente” (Entrevista com Sr. E., 68 anos, 25/10/2010).

Para outros, é sinal de que a prefeitura quer transformar toda aquela área em condomínios fechados, como o relato a seguir: “Eu tenho um palpite, um pensamento: mais tarde eles não vão deixar a gente ficar aqui não... pra mim eles vão indenizar o pessoal daqui, tirar a gente daqui...” (Entrevista com Sr. B., 67 anos, 12/06/2010).

Podemos inferir que talvez ambos estejam relativamente com razão. Consideramos a possibilidade de um futuro processo de *gentrificação*, visto que, segundo conversas informais, já ocorreram algumas vendas de imóveis com um valor relativamente alto para o padrão das casas de Chico City, mesmo sem o documento de posse. E ainda, levanta-se a questão do motivo pelo qual a prefeitura municipal ainda não regularizou a situação das casas desse bairro, tendo a população conquistado por aprovação no Orçamento Participativo verba para regularização fundiária, e principalmente pela existência das leis citadas, mais recentemente a Lei Federal 11.977/2010, que dispõe sobre essa regularização.

Smith (2006:62) diz que a gentrificação não ocorre apenas em grandes cidades, “foi um processo que se propagou por toda a hierarquia de cidades”. Porém, as “experiências de gentrificação” são diferentes e diversificadas de um país para outro. Sobre a gentrificação, Bidou-Zachariasen, citando Hamnet diz:

A gentrificação é um fenômeno ao mesmo tempo físico, econômico, social e cultural. Ela implica não apenas uma mudança social, mas também uma mudança física do estoque de moradias na escala de bairros; enfim, uma mudança econômica sobre os mercados fundiário e imobiliário. É esta combinação de mudanças sociais, físicas e econômicas que distingue a gentrificação como um processo ou conjunto de processos específicos (HAMNET apud BIDO-ZACHARIASEN, 2006: 23).

Ou seja, as modificações no espaço nos últimos anos podem estar contribuindo para o início desse fenômeno em Chico City. E isso acarretaria em uma mudança social e econômica do

bairro Colina de Laranjeiras pelo fato de a população da antiga vila operária não contar com capital econômico e social semelhante aos seus vizinhos, o que teria como consequência um processo de “expulsão” diferente do que eles tinham medo inicialmente, na ocasião dos leilões.

Aparentemente, as políticas públicas no município de Serra estão voltadas para o crescimento imobiliário e não para as necessidades da população provida de pouco capital econômico como a de Chico City. Smith (2006) fala sobre esse processo, relacionando-o ao mercado imobiliário:

Essa gentrificação classista complexa conecta o mercado financeiro mundial com os promotores imobiliários (grandes e médios), com o comércio local, com agentes imobiliários e com lojas de marcas, todos estimulados pelos poderes locais, para os quais os impactos sociais serão doravante mais asseguradas pelo mercado do que por sua própria regulamentação; a lógica do mercado, e não mais os financiamentos dos serviços sociais, é o novo *modus operandi* das políticas públicas. Os projetos imobiliários se tornam a peça central da economia produtiva da cidade, um fim em si, justificado pela criação de empregos, pela geração de impostos, pelo desenvolvimento do turismo e pela construção de grandes complexos culturais (Vine, 2000), além dos enormes conjuntos multisetoriais e templos do consumo nos novos centros urbanos. De modo inimaginável nos anos sessenta, a construção de novos complexos de gentrificação nas áreas centrais, ao redor do mundo, tornou-se cada vez mais uma inatacável estratégia de acumulação de capital para economias urbanas em competição (SMITH, 2006:79).

Uma moradora de Chico City tem uma visão crítica sobre o fato de ainda não terem a posse das casas, e fala sobre o “Programa Minha Casa, Minha Vida”:

Eu penso assim, eles lutam tanto por esse tal de “Minha Casa Minha Vida” e querem tirar a casa e a vida dos outros? Se você já tá na casa, pensa, pegar 115 famílias, desabrigar todo mundo pra construir 115 casas? Não sai barato, não. E pra destruir o que tem. Eu não acho que isso tá certo [...] Tem gente que mora aqui há mais de 30 anos! (Entrevista com Sra. N., 59 anos, 27/11/2010).

Mas ela também dá sua opinião sobre o destino de Chico City, observando a valorização da área:

Eu acho que essa empresa [a MRV, que comprou a área da produção da extinta Atlantic Veneer] não vai deixar... Porque eles não vão querer fazer aqui um condomínio e deixar o bairro aqui com casinhas simples! Não é que nós incomodamos porque o bairro é feio, não. É porque aqui é um terreno valorizado, tem muita gente de olho nisso. Você já pensou, tem Colina que as casas valem um preço danado [...] (Entrevista com Sra. N., 59 anos, 27/11/2010).

Talvez por isso, em muitas entrevistas, alguns moradores expressaram vontade de vender sua casa em Chico City, e citavam Colina de Laranjeiras como um bairro em que morariam. Seria

a busca por uma mudança de posição no espaço social, porém para isso são necessárias as propriedades para habitar o lugar, a começar pelo capital econômico. Em conversa com uma moradora sobre o aumento no preço do terreno em Chico City em virtude do crescimento do entorno, uma moradora disse: “Se chegar e me oferecer duzentos mil ou uma casa na ‘Colina’ eu vou, não penso duas vezes! Eu vendo e vou embora” (Entrevista com Sra. N., 59 anos, 27/11/2010).

Assim, percebe-se que o valor da terra é algo que desperta a atenção dos moradores de Chico City nos últimos anos. Isso não é um fato isolado, é recorrente em áreas de população de baixa renda, onde o valor da terra aumenta. Porém, o atrativo financeiro acaba muitas vezes, levando os habitantes às áreas menos valorizadas da cidade.

Com isso, percebe-se que os moradores acham positivo o crescimento do bairro vizinho, pelos motivos já expostos, porém, alguns percebem que tiveram problemas a partir do surgimento de Colina de Laranjeiras, devido ao aumento do valor da terra. Ao mesmo tempo, percebem a proximidade no espaço não significa necessariamente proximidade social, pois o acúmulo de capital econômico, social e até mesmo cultural mostra *habitus* diferentes e ainda, a distinção no espaço social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o município de Serra começou a investir em uma mudança no perfil da população, primeiramente através da Agenda 21 (2000). A estratégia encontrada pelo poder público foi a abertura para condomínios fechados, e a partir daí, esse tipo de moradia se tornou comum na paisagem do município, especialmente em algumas áreas, como próximo ao bairro Laranjeiras, que ficou conhecida como “Região de Laranjeiras”. Este bairro, como muitos outros nesse município, foi criado como um conjunto habitacional no final da década de 1970, e teve uma mudança de função: de bairro residencial passou a ser um subcentro metropolitano e onde teve início a expansão imobiliária de Serra, apoiando-se nos atrativos desse bairro.

Essa política de atração de condomínios fechados adotada pelo município, conforme já ponderamos no Capítulo 1, tem diversas consequências. O que nos cabe questionar, dentro do objetivo do presente trabalho, é sobre a população de baixa renda, dependente dos serviços públicos e em muitos casos, com demanda por habitações ou regularização das existentes. Sobre isto, apresentamos os dados do Programa “Minha Casa Minha Vida” para o município de Serra, mostrando que não existe nenhum empreendimento voltado para as camadas mais baixas da população, ou seja, aqueles que têm renda mensal de zero a três salários mínimos, e ao mesmo tempo, é o município que lançou mais imóveis no referido programa para faixas de renda acima de seis salários mínimos, evidenciando as políticas atuais desse município. Além disso, discutimos também as leis sobre regularização fundiária no Brasil, fazendo um paralelo com as informações obtidas na prefeitura, que diz não ser ainda possível essa regularização, apesar das decisões favoráveis à regularização no Orçamento Participativo e da existência da legislação para tal.

O recorte espacial escolhido para este estudo foi uma antiga vila operária da extinta Atlantic Veneer do Brasil. No contexto de diversos problemas relativos à moradia no Brasil em períodos históricos e econômicos diferentes, muitas empresas decidiram investir em vilas operárias para seus empregados, porém, sob uma racionalidade capitalista, ou seja, conseguirem lucro através do aluguel ou pelo menos “manter a ordem” dentro e fora dos muros da fábrica. No caso de Chico City, não conseguimos captar nas entrevistas depoimentos sobre normas a serem seguidas dentro das vilas. E quanto ao aluguel, de acordo

com moradores antigos do bairro, era descontada uma taxa pela ocupação da casa e os trabalhadores assinavam um contrato de que todos os moradores da casa alugada não poderiam prestar serviços em outras empresas. Assim, pelo fato de o município de Serra ser basicamente rural em 1968, ano em que a empresa ali se instalou, e a região em que ela se fixou ser de difícil acesso, entendemos que as casas foram construídas principalmente com objetivo de manter a força de trabalho próxima.

A escolha do recorte espacial se explica pelo fato de ser uma população “diferente” envolta a um crescimento imobiliário de destaque. Para nosso estudo, utilizamos entrevistas semi-estruturadas e conversas com moradores, conforme já explicitado no início deste trabalho, onde o espaço físico foi observado como o espaço do habitar, o espaço percebido pelos moradores, o lugar da memória e o bairro como um lugar.

Chico City faz parte de um recente bairro, Colina de Laranjeiras, e está inserido em uma dinâmica de crescimento imobiliário nos últimos anos. Apesar de não ser considerado oficialmente um bairro, considerando a história do lugar, as práticas cotidianas, a vivência de bairro e a arena de lutas imediatas, esta antiga vila operária foi tratada como um bairro neste estudo. Essa escolha se justifica pelas práticas cotidianas dos moradores e pela identificação com o lugar.

Esse bairro tem uma população predominantemente de baixa renda, principalmente pelo fato de a maioria ter sido força de trabalho na indústria madeireira, portanto pouco qualificada, e com demanda por regularização fundiária. O morador de Chico City, mesmo que goste de habitar o seu bairro, sofre com a violência simbólica e material de ser considerado parte de outro bairro, que na verdade parece não aceitá-lo, além do fato de ser uma antiga vila operária, o que significa uma população predominantemente de baixo capital econômico. Mesmo que alguns moradores de Chico City citem a valorização da área como aspecto positivo, a violência simbólica persiste, pois são vistos como “os outros” pelos vizinhos, pois os *habitus* diferentes são notáveis no espaço.

O *habitus* está ligado ao conceito de campo. A sociedade é composta por vários campos, um espaço de relações entre diferentes grupos, que são os espaços sociais. A posição de cada indivíduo nessa estrutura representa um tipo de poder material e simbólico. Assim, os *habitus* diferentes nesse campo explicam o fato de os habitantes de Chico City caracterizarem os vizinhos de Colina de Laranjeiras são “metidos”, pois as práticas sociais são distintas, e

também os capitais – econômico, social, cultural – necessários para habitar socialmente o espaço do outro. Quanto às práticas cotidianas em Chico City, estas são semelhantes a outros bairros periféricos, e nas entrevistas, os moradores disseram existir relação de vizinhança.

No início da pesquisa, havia a idéia de que a população residente em Chico City, por ser predominantemente composta por moradores antigos e ex-trabalhadores da empresa, tinha apego ao lugar, pela sua história e pelo que o lugar representava para elas. Identificamos duas situações diferentes: a primeira foi que a antiga vila já não é mais composta só por ex-trabalhadores da empresa, muitos chegaram depois da falência desta por diferentes motivos; a segunda é que não havia esse apego ao lugar por parte dos moradores entrevistados, com algumas exceções, principalmente os moradores mais antigos. É possível que isso também esteja submetido à lógica dominante de ganhos com a valorização da terra vista por esta população como fonte de renda, a fim de atender aos interesses econômicos imediatos. Tanto que ao serem questionados sobre se pretendem continuar morando no bairro, muitos disseram que sim, mas as respostas seguintes, na maioria das entrevistas, indicavam que venderiam o imóvel se encontrassem algum comprador, citando exemplos de pessoas que compraram ou venderam casas no bairro com um valor alto se considerarmos o padrão das casas e o fato de não terem documentação referente a elas. Assim, podemos inferir que o “destino imposto” a essa população esteja agindo simbolicamente na cabeça dos moradores como um “destino escolhido”, ou seja, o crescimento imobiliário não veio pela vontade dessa população, mas das atuais políticas do município, que levaram a mudanças econômicas, sociais e estruturais. Os fatos analisados ao longo do trabalho levam a crer que tudo conspira para a venda das casas, como observamos nos discursos da PMS, na visão de uma moradora de condomínio fechado em Colina de Laranjeiras, dos incorporadores que vêem naquela área uma possibilidade de expansão e finalmente, do possível ganho com a venda da casa por parte dos moradores.

Assim, uma reorganização sócio-econômica da sociedade, por exemplo, pelo crescimento imobiliário, provoca o surgimento de um novo modo de vida nas cidades, e também de novos tipos de consumo, ou seja, cria novos *habitus*, o que também se traduz no habitar. Isso nos faz pensar que o processo de regularização fundiária daquela área pode ser uma maneira de “expulsar” aquela população do lugar. É possível que a população que reside no bairro atualmente venda as casas assim que tiver escritura do imóvel, se não for tomada nenhuma disposição contrária por parte do poder público para impedir tal fato, o que gera um processo

diferente do que era previsto na época dos leilões, ou seja, ao invés de expulsão forçada, a gentrificação.

A maioria dos entrevistados disse achar positivo o crescimento do entorno por diversos motivos, e associam as mudanças no espaço de seu bairro ao surgimento de Colina de Laranjeiras. Porém, na verdade, o próprio bairro Colina começou com prédios de apartamentos do PAR do Governo Federal, voltado para a população de baixa renda, quando naquela área não havia nenhuma infra-estrutura. O início da chegada dessa infra-estrutura é muito recente, e ocorreu principalmente depois que a área se tornou objeto de desejo dos incorporadores, com a construção de vários condomínios fechados verticais e horizontais no bairro, muitos voltados para as classes dominantes, com variada gama de equipamentos de lazer e segurança.

Além disso, a Associação de Moradores de Chico City, que apesar de ser parte do bairro Colina de Laranjeiras é independente, disse ter uma boa relação com a Associação de Colina, inclusive, que diversas coisas são pensadas em conjunto, como as prioridades para o Orçamento Participativo.

De modo geral, o bairro Colina de Laranjeiras não é uma vizinhança indesejada para os moradores de Chico City. Mas e o contrário? Seria Chico City uma vizinhança indesejada para Colina de Laranjeiras? Essa resposta demanda uma pesquisa mais aprofundada da opinião dos moradores desse novo bairro.

Em suma, percebemos que o efeito de grupos diferentes habitando o espaço do bairro Colina de Laranjeiras é a existência de uma relação de dominação por parte da população de classes dominantes e médias e também do poder público com Chico City, que apresenta diversas necessidades estruturais e sociais. E apesar da relativa participação popular ali existente, a maioria dos moradores entrevistados atribui as mudanças no espaço do bairro que tiveram nos últimos anos ao surgimento do bairro vizinho e não à luta popular, mostrando um relativa descrença com esse tipo de movimento hoje, apesar, paradoxalmente, da prova em contrário dos fatos como a mobilização por meio da Associação de Moradores e das mudanças ocorridas neste bairro em consequência desses movimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A denúncia do Sete Dias. Revista Agora, nº 81/87, setembro de 1987, p. 41.

ALMEIDA, Rute Athay de. **Olhando a metrópole atrás dos muros.** In: A cidade e seus lugares. PAULA, Flávia Maria de Assis. CAVALCANTI, Lana de Souza (org.). Goiânia: Ed. Vieira. 2007. P. 116-139.

AZEVEDO, Sérgio de. ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. **Habitação e Poder. Da fundação da casa popular ao Banco Nacional de Habitação.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

Bairro vai a leilão na terça-feira. A Tribuna, Vitória, 26 de março de 2006. Caderno Economia, p. 25.

BARBOSA, Pedro Ivo. **Centralidade Embrionária. O bairro Laranjeiras como uma das cristalizações do processo de Descentralização Comercial na Metrópole Capixaba.** Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo Monografia, 2009.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Anablume Editora, 2006.

BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e econômica do Espírito Santo – do engenho colonial ao complexo fabril-portuário.** Vitória, Multiplicidade, 2006.

BLAY, Eva Alterman. **Dormitórios e vilas operárias: o trabalho no espaço urbano brasileiro.** In: Valladares, Licia do Prado (org.) Habitação em questão. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Zahar Editores. 1981.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo.** São Paulo: Nobel. 1985.

BOURDIEU, Pierre. **La misere du monde.** Paris: Sevil. 1993.

_____, Pierre. **Gosto de classes e estilos de vida.** In: Ortiz, Renato. Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo. Ed. Ática.1994.

_____, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação.** São Paulo: Papyrus, 1996.

_____, Pierre. **Efeitos de Lugar.** In: Bourdieu, Pierre (coord.) A miséria do mundo. Petrópolis, Ed. Vozes. 2 ed. 1998.

_____, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 5 ed. 2002.

_____, Pierre. **A Distinção. Crítica Social do Julgamento.** São Paulo, EdUsp. 2008.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Brasília, DF. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 24 de maio de 2010.

_____. Lei nº 11.977 de 7 de julho de 2009. Brasília, DF. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 15 de dezembro de 2010.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

_____. Constituição Federal de 1988. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

- BRASIL, Gutemberg Hespanha. **Dinâmica Populacional**. In: Planejamento Estratégico – Agenda 21 (2007-2027). Serra, 2008.
- BRICALLI, Iafet Leonardi. **As estratégias publicitárias de apropriação da natureza pelos condomínios e loteamentos fechados no município de Serra – ES**. Monografia. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Floricultura, 2002.
- _____, Carlos Teixeira de. **Espaço urbano, habitação e uso do solo**. In: Planejamento Estratégico – Agenda 21 (2007-2027). Serra, 2008.
- CAMPOS, Mikaella. **Construtoras esticam divisas de bairros para ganhar mais**. A Gazeta, Vitória, 20 de fevereiro de 2011. Caderno Economia, p. 18.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano. Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- CAVALCANTE, Gilene Moura. **Vende-se uma vila. Análise intra-urbana das vilas na Vila de Ponta Negra e no bairro de Nova Descoberta – Zona Sul de Natal**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.
- Chico City pede ajuda de humorista**. A Tribuna, Vitória, 12 de abril de 2006. Caderno Economia, p. 29.
- COHAB. **Levantamento sócio-econômico das famílias de Chico City**. 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Editora Ática. São Paulo, 1989.
- CYMBALISTA, Renato. **Regulação urbanística e morfologia urbana**. In: ROLNIK, Raquel (coord.) Regulação urbanística e exclusão territorial. São Paulo: Pólis, 1999.
- DALCOMUNI, Sonia Maria. **A implantação da Aracruz Celulose no Espírito Santo – Principais interesses em jogo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1990.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- ENGELS, Friedrich. **Para a questão da habitação**. Lisboa: Avante, 1983.
- FERREIRA, Francismar Cunha. BRICALLI, Iafet Leonardi. **A apropriação de mitos nas propagandas dos condomínios e loteamentos fechados no município de Serra – ES**. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010. Porto Alegre, RS.
- FINDES. **As 150 maiores empresas em 1997**. Revista do Findes, 1997.
- FINDES. **As 150 maiores empresas em 1998**. Revista do Findes, 1998.
- GONÇALVES, Thalimar Matias. **A dinâmica do espaço urbano: um estudo sobre o bairro Parque Residencial Laranjeiras, Serra – ES**. Monografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.
- _____, Thalimar Matias. **Novas estratégias da produção imobiliária na Grande Vitória-ES: um estudo sobre as recentes transformações do espaço urbano de Serra**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.

IBGE. Censos demográficos de 1940-2010.

IJSN. **Diagnóstico do déficit habitacional para os municípios do estado do Espírito Santo**. Texto para discussão n.3. 2009.

_____. **Regularização Fundiária. Guia de orientação para áreas de ocupação consolidadas sob a égide da lei federal nº 11.977/09**. Vitória, Espírito Santo, 2010.

Juiz anula leilão de Chico City. A Tribuna, Vitória, 8 de abril de 2006. Caderno Economia, p. 29.

LACOSTE, Yves. **A Geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1993. 3ed.

LEÃO BARROS, Sandra A. **Que Recorte Territorial Podemos Chamar de Bairro?: O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife**. In: Revista de Urbanismo, N°9, Santiago de Chile, março de 2004. Disponível em http://revistaurbanismo.uchile.cl/CDA/urb_complex/0,1311,SCID%253D6651%2526ISID%253D315%2526IDG%253D2%2526ACT%253D0%2526PRT%253D6651,00.html> Acesso em 20 de outubro de 2010.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**, 1975.

Leilão de Chico City ameaçado. A Tribuna, Vitória, 7 de abril de 2006. Caderno Economia, p. 28.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EdUsp, 1999.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARACCI, Marilda Teles. **A luta indígena e a cidade: a sociedade envolvente**. In: Revista Geografares. Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, n. 6, 2008. p. 143-154.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos**. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, ano 7, N. 2, 2007. Disponível em <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/epp/v7n2/v7n2a13.pdf>> . Acesso em 4 de setembro de 2010.

MENDONÇA, Maurílio. **Cinco bairros concentram o crescimento da Grande Vitória**. A Gazeta, Vitória, 26 de setembro de 2010. Caderno Dia a Dia, p. 3.

MIÑO, Oscar Alfredo Sobarzo. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Urbanizaciones cerradas: reflexiones y desafíos**. Ciudades, n. 59, Julio-septiembre de 2003, RNIU, Puebla, México.

MORAES, Cícero. **Como nasceram cidades no Espírito Santo**. 1954.

NEVES, Luiz Guilherme Santos e CAMPOS JR, Carlos T. **A casa edificada**. Belo Horizonte, Rona Editora, Inocoop-ES, 1998.

OLIVEIRA, Flávia Santos de. **O habitus no lugar e o lugar da Tijuca**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Mizaél Fernandes de Oliveira. **Expansão industrial e dinâmica sócio-espaciais no município de Serra – ES**. Monografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

PERINI, Grazielli Torezani. **Feu Rosa: de conjunto habitacional à bairro da periferia da metrópole**. Monografia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa – presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890-1930**. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 3. Ed. 1997.

REVISTA NOROESTE. **Atlantic Veneer: Laminados, compensados e lambris**. Vitória – ES, nº 54, jul-ago-set, 1987. p. 14-15.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano**. In: XXVII Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, 2003. Disponível em <<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v3/images/veracidade/pdf/artigo9.pdf>>. Acesso em 29 de junho de 2010.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato; NAKANO, Kazuo. **Solo Urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país**. 2002. Disponível em <http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/solo_urbano_e_habitacao_de_interesse_social.pdf>. Acesso em 04 de abril de 2011.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói, Ed. UFF, 1988.

SANTOS, Claudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília, 1999. Disponível em <http://getinternet.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0654.pdf>. Acesso em 5 de junho de 2010.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel: 1985.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão**. Tese de Livre Docência, USP. São Paulo, 2003. CD-Room.

SERPA, Angelo. **O bairro como discurso: limites e possibilidades**. In: SERPA, Angelo (org.). Cidade Popular. Trama de relações sócio-espaciais. Salvador, Ed. UFBA. 2007. P. 25-42.

SERRA. **Plano Estratégico da Cidade 2000-2020**. Prefeitura Municipal de Serra, 2000.

_____. **Plano Estratégico da Cidade 2007-2027**. Prefeitura Municipal de Serra, 2008.

_____. Lei 2.229 de 8 de novembro de 1999. Disponível em <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/>>. Acesso em 12 de abril de 2010.

_____. Lei 3.421 de 27 de julho de 2009. Disponível em <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/>>. Acesso em 12 de abril de 2010.

_____. **Perfil socioeconômico**. Prefeitura Municipal de Serra.

_____. **Serra em Números**. 2010.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Revista Brasileira de Educação. Número 20. Associação Nacional de Pós-

Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, 2002. p. 60-70. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE20/RBDE20_06_MARIA_DA_GRACA_JACINTHO_SETTON.pdf>. Acesso em 01/12/2009.

SINDUSCON-ES. Censos imobiliários de março de 2003 a junho de 2009.

SMITH, Neil. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global.** In: BIDOUE-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Anablume Editora, 2006. P. 59-87.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política.** Revista do IBGE, RBG. Volume 51. n. 2, 1989. P. 139-172. Disponível em
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201989%20v51_n2.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2ª Ed. 2005.

_____, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

_____, Marcelo Lopes de. **Fobópole – O medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Lucia Helena Pazzini de. **Praia do Suá: mudanças e permanências na paisagem.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; MEDINA, Jorge L. B. **Análise dos discursos sobre a criminalidade e a delinquência nos jornais A Gazeta, Notícia Agora e A Tribuna e seus efeitos sobre a política de segurança e a percepção social de (in)segurança.** Relatório de pesquisa inédito realizado para a Secretaria de Segurança Urbana da Prefeitura Municipal de Vitória, 2008.

ZANOTELLI, C. L.; LOBINO, C. F.; LEITE, A. M.; GALVAO, V. A.; FERNANDES, F. P.; LACERDA, L. C. F.; OLIVEIRA JUNIOR, A. **A busca pelo paraíso perdido das comunidades auto-segregadas do município da Serra - ES - Brasil.** In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina: Caminhando en una América Latina en transformación, Montevideo, 2009.

ZANOTELLI, C. L.; RIBEIRO, R. A.; ANTÔNIO, L. M.; LOBINO, C. F.; LIMA, L. M.; **Espaços Fechados. Estudo de caso de condomínios e loteamentos fechados do município de Serra – ES.** In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, RS, 2010.

ANEXOS

Anexo A: Roteiro de Entrevistas com moradores de Chico City

- 1- **Dados sócio-econômicos:** nome, idade, profissão, renda média familiar, quantos filhos, quantas pessoas moram na casa...
- 2- Desde quando mora em Chico City?
- 3- Por que veio morar aqui? (**Se foi morador de Chicópolis, pedir para explicar por que foi para Chico City**)
- 4- Quem eram os moradores de Chicópolis e de Chico City? Havia alguma diferença?
- 5- Vocês pagavam aluguel pelas casas?
- 6- Pretende continuar no bairro?
- 7- **Se foi trabalhador da Atlantic:** qual era sua função na empresa?
- 8- **Se não foi trabalhador da empresa:** por que você veio morar em Chico City?
- 9- **Fale sobre a empresa:** o que ela produzia, quando começou, quando acabou, o que aconteceu...
- 10- Quando a empresa ainda funcionava, como era a relação do dono com os seus empregados?
- 11- E com relação às casas, os moradores eram livres para modificá-las? (fazer reformas, pintar...)
- 12- Havia algum tipo de regra imposta pela empresa dentro das vilas?
- 13- Teve muitas greves na empresa? E como foi?
- 14- E acidentes, era comum acontecer? Quais os tipos de acidentes? Como a empresa agia?
- 15- Quais os serviços que vocês têm em Chico City atualmente? (coleta de lixo, esgoto, água, comércio, escolas, creche, linhas de ônibus...)
- 16- Havia uma escola no bairro, por que ela não existe mais? Quando ela deixou de funcionar?
- 17- O que funciona hoje onde era a escola? Isso é bom para a comunidade?
- 18- Como é a relação com a vizinhança em Chico City?

- 19- Como você vê a segurança no bairro?
- 20- O que você acha do crescimento de Colina de Laranjeiras e dos condomínios próximos?
- 21- Qual a relação dos moradores de Chico City e Colina (trabalho, serviços...)?
- 22- A chegada de Colina foi positiva ou negativa para Chico City? Por quê?
- 23- Vocês têm associação de moradores? Existem reuniões? Como é a relação dos moradores com essas pessoas?
- 24- Como está a situação das casas (com relação à propriedade...)?
- 25- A prefeitura municipal não considera Chico City um bairro, e sim parte de Colina de Laranjeiras. Você se sente parte de um bairro? Você concorda com essa divisão?
- 26- Quais as mudanças que ocorreram no bairro e no entorno nos últimos anos?
- 27- Comentários livres sobre o bairro e sobre a **vida cotidiana**.
- 28- O que você vê de **positivo** em Chico City? E de **negativo**? O que poderia melhorar?

Anexo B: Questionário sócio-econômico dos moradores de Chico City

Rua: _____ Casa: _____ Idade: _____ Grau de Instrução: _____

Naturalidade:

1.ES 2.BA 3.MG 4. RJ 5. SP 9. OUTRO _____

Estado Civil:

1.SOLTEIRO 2.CASADO 3.DIVORCIADO 4.VIÚVO 5.UNIÃO ESTÁVEL 9. OUTROS

Quantos filhos? 0 1 2 3 4 5 + de 5

Você trabalha? 1.SIM 2.NÃO

Onde? _____

Em qual bairro? _____

Se não, qual é a fonte de renda? _____

Trabalhou na Atlantic Veneer? 1.SIM 2.NÃO

Qual era a função? _____

Por quanto tempo? _____

Morou em Chicópolis? 1.SIM 2.NÃO

Por quanto tempo? _____

Quando Chicópolis deixou de existir? _____

Renda média familiar hoje:

0-3 4-6 7-10 + de 10 SM

Renda média familiar na época da Atlantic Veneer:

0-3 4-6 7-10 + de 10 SM

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

SOBRE A CASA

Quantas pessoas moram na casa? _____

Especificar quem são:

PARENTESCO	PROFISSÃO	GRAU DE INSTRUÇÃO

Desde quando mora em Chico City (aproximadamente)? _____

Onde morava antes de morar em Chico City (ou antes de Chicópolis)? _____

Como adquiriu a casa?

1.COMPROU 2.ALUGOU DA EMPRESA 3.ALUGOU DE TERCEIROS 4.OUTRO

(Especifique) _____

Se a resposta for **1**, qual o valor pago? _____

Se a resposta for **2**, qual o valor do aluguel? _____

Você venderia sua casa? 1.SIM 2.NÃO 3.NS/NR

Por quê?

Quanto você acha que vale a sua casa hoje?

Por quê?

Já houve reforma na residência?

1. SIM 2.NÃO 3. NS/NR

Por quê?

Sobre a posse das casas, o que você acha que vai acontecer?

OUTRAS INFORMACÕES RELEVANTES:

SOBRE A RELAÇÃO COM COLINA DE LARANJEIRAS**Você acha que o surgimento do bairro Colina de Laranjeiras foi para Chico City:**

1.PÉSSIMO 2.RUIM 3.BOM 4.MUITO BOM 5.EXCELENTE

Por quê?

Você tem algum tipo de relação com alguém de Colina de Laranjeiras? 1.SIM 2.NÃO

Qual? _____

Você concorda com o fato de serem considerados parte do bairro Colina de Laranjeiras e não um bairro? 1.SIM 2.NÃO 3.NS/NR

Por quê?

Das mudanças que ocorreram em Chico City, qual você acha mais importante?

1.CALÇAMENTO DAS RUAS

2.ÔNIBUS

3.REDE DE ESGOTO

4.ASFALTAMENTO DA ENTRADA DE CHICO CITY

5.PROJETO MÃO ESTENDIDA

9.OUTRO – Qual? _____

Por que você acha que ocorreram essas mudanças nos últimos anos?

Você gosta de morar aqui?

1.SIM

2.NÃO

3.NS/NR

Por quê?

O que você acha que falta em Chico City?

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Anexo C: Ficha de Cadastro sócio-econômico dos moradores de Chico City (COHAB, 2003)

1- Beneficiário

Nome: _____ Estado civil: _____

Data Nascimento: _____ Profissão/ocupação: _____

Situação Profissional:

Empregado () Desempregado () Autônomo () Aposentado/pensionista ()

Carteira Assinada: Sim () Não ()

Renda média mensal familiar: _____

Trabalhou na Atlantic Venner?

Sim () Não () Relatar Situação: _____

Documentos Pessoais:

CI: _____ CPF: _____

Endereço de Residência: _____

Possui outro imóvel: Sim () Não ()

Local/município: _____ Endereço: _____

Situação:

Ocupado () Cedido () Alugado () Financiado () Quitado ()

2- Informações relativas à família

Cidade de Origem: _____ Estado: _____

Tempo de residência no município: _____ Tempo de residência na atual moradia: _____

Condição de ocupação do imóvel:

Próprio () Cedido () Alugado () Valor: _____ Com familiares ()

Irregular () Outros ()

3- Informações sobre os demais moradores da residência

Nome	Idade	Grau de Instrução	Profissão/ocupação	Renda mensal	Parentesco

4- Informações relativas à moradia atual

Edificação/tipo:

() Taipá () Alvenaria () Sucata () Madeira () Outros _____

Acabamento:

() Nenhum () Reboco () Outros _____

Água Potável:

() Rede Pública () Poço () Abastecimento Coletivo () Ponto dentro da unidade

() Outros

Esgotamento Sanitário:

() Rede Pública () Fossa () Banheiro dentro da residência () Banheiro fora da residência () Sem banheiro

Energia elétrica: () Sim () Não () Padrão () Clandestina

Destino do lixo:

() Coleta () Queimado/Enterrado () Céu aberto

5- Situação de saúde na família

Nº membros da família com problemas de saúde _____

Houve morte nos últimos 2 anos: () Sim () Não

Tipo de Problema: _____ Adulto () Causa: _____

Criança () Causa: _____

Há deficiente na família: () Sim () Não

Idosos: () Sim () Não Quantos? _____

6- Informações Complementares

1- Tem conhecimento da existência de Associações de Moradores, Centro Comunitário ou Comissão de Moradores? Sim Não

2- Em caso positivo, participa das reuniões comunitárias? Sim Não

3- Citar prioridades para o desenvolvimento do trabalho comunitário

4- Participa de algum programa social ou recebe algum benefício/auxílio?

Sim Não Qual? _____

7- Observações

Anexo D: Categorias analisadas nas entrevistas com moradores de Chico City

Entrevistado	Relação entre vizinhos.	Relação com os moradores de Colina	Sente-se parte de um bairro?	Concorda com a divisão da PMS?	O que acha que vai acontecer em relação às casas?	O crescimento de Colina foi positivo ou negativo?	Pontos positivos e negativos em Chico City
Sr. B.	“Se precisar de alguma coisa o povo ajuda”	“Eles acham o seguinte, eles acham que são uma classe melhor, acham que podem pisar na gente, pra eles, eles acham que a gente não merece ficar aqui...”	“aqui é tranquilo, muito bom... se precisar de alguma coisa o povo ajuda...”	NS/NR	“Eu tenho um palpite, um pensamento: mais tarde eles não vão deixar a gente ficar aqui não... pra mim eles vão indenizar o pessoal daqui, tirar a gente daqui...”	“Melhorou... 100%”, citou as melhorias que tiveram.	Positivo: gosta de morar ali. Negativo: não ter documento das casas, falta escola e creche.
P.	Disse que é boa, mas que alguns vizinhos criticam o trabalho da associação de moradores.	“... a gente conhece mais de escola, alguma coisa assim... mas de sair na rua pra conversar, jogar bola, não...”	“...um bairro assim igual a esse você pode andar tranquilo na rua...”	“Acho que as pessoas lá tinham que ter mais respeito das pessoas daqui, vir com uma visão diferente, conhecer as pessoas, não julgar pela cara. Eu acho que eles são muito metidos em vista do pessoal daqui, muito diferente mesmo.”	“Nem indenizando eu queria sair daqui, eu não me vejo em outro canto. Aqui a gente nasceu e cresceu aqui.”	Falando sobre os assaltos na entrada do bairro: “Agora que tem aqui um bairro nobre o pessoal vê descendo aqui acha que é tudo de lá... chama a atenção.”	Positivo: todos se conhecem. Negativo: falta área de lazer para os jovens.

Entrevistado	Relação entre vizinhos.	Relação com os moradores de Colina	Sente-se parte de um bairro?	Concorda com a divisão da PMS?	O que acha que vai acontecer em relação às casas?	O crescimento de Colina foi positivo ou negativo?	Pontos positivos e negativos em Chico City
D.	“Todo mundo é amigo, todo mundo se conhece. Não só aqui da rua, mas também das outras ruas”	Frequênta casa de amigos e igreja do bairro.	“Eu não troco aqui por nada, por nenhum lugar[...] já falei com meu pai que quando eu casar eu quero morar aqui...”	NS/NR	NS/NR	“É bom, só valoriza o bairro. O bairro tá bem valorizado agora”	Positivo: gosta de morar ali. Negativo: a regularização das casas
Sra. L.	Disse que é boa	Relação de trabalho, cuida dos filhos de um casal	Disse que gosta de morar lá.	Não se incomoda em ser parte de Colina, mas fala que mora em Chico City.	Está tranqüila, mas acha que as ações de despejo sempre chegam na época de eleição. Acha que não vai ter problemas com isso mais.	“Nossa foi bom ele estarem ali, porque antes era um matagal! [...] Quantos assaltos teve ali naqueles eucaliptos, nossa isso aqui melhorou bastante! [...] Foi bom porque abriu um pouco, deu mais segurança.”	Positivo: sossego Negativo: falta creche, escola e posto de saúde
Sr. E.	“É boa, mas cada um na sua.”	“São pessoas muito boas. Eu tenho amizade com o pessoal de lá que vem comprar cigarro, tomar cerveja, traz filho, mulher, namorada... Porque lá só tem casa bonita, mas na rua não tem nada! [...] As vezes eles passam o dia inteiro aqui! [...] Mas aqui vem os da classe média, os mais “atirados” nem passam aqui, não...”	“O endereço é de Colina, mas meu bairro é Chico City.”	“Eu concordo porque valoriza mais a nossa área, nosso bairro.”	Acha que não serão retirados dali nunca, e relaciona as ações de despejo à época de eleição.	“Pra mim, acho que foi bem melhor pra Chico City, porque Chico City tava fora do mapa [...] Esse bairro aí ele botou Chico City pra viver na cidade [...] Foi bom que afastou a bandidagem da gente.”	Positivo: as ações da associação de moradores. Negativo: outras pessoas que não participam das ações da comunidade e atrapalham as ações conjuntas.

Entrevistado	Relação entre vizinhos.	Relação com os moradores de Colina	Sente-se parte de um bairro?	Concorda com a divisão da PMS?	O que acha que vai acontecer em relação às casas?	O crescimento de Colina foi positivo ou negativo?	Pontos positivos e negativos em Chico City
S.	“Muito boa, pelo menos aqui pra gente é muito bom”	Disse que não tem relação com ninguém de Colina.	“É um bairro! Extremamente residencial, mas é um bairro.”	“Sim, ajudou o bairro, cresceu, valorizou bastante. Porque Colina é um local valorizado, aí falou que aqui é Colina valorizou mais ainda [...] E também Chico City não tem como criar um bairro porque é uma área particular. Então não tem como ser bairro [...] É o bairro que não é bairro.”	“Ao mesmo tempo que é uma área particular não tem dono, porque o dono morreu e a empresa faliu. Então eu acho que por ter a empresa falido eu acho que o poder público pode ajudar. Uma porque a Atlantic devia muitos impostos à prefeitura. Então eu acho que a prefeitura se quiser pode resolver [...] passando pro pessoal que mora aí através de escritura, ou regulariza isso e vende.”	“Eu achei bom, uma que Chico City ficou conhecido, porque até então... e hoje pela nova distribuição de bairros da Serra Chico City não existe, é Colina essa área toda aqui. E cresceu o bairro, valorizou, o pessoal começou a mexer nas casas. Porque pode se considerar que o bairro lá é classe média. Então foi bom, o pessoal começou a valorizar aqui também. Oitenta mil uma casa sem documento!”	Positivo: “Segurança, eu acho que pelo bairro ser pequeno e um conhecer o outro.” Negativo: “Não ter comércio, tudo tem que ir em Laranjeiras.”
Sra. O.	É boa, se precisar eles ajudam.	“Ali em Colina também, tem uns vizinhos tão bons ali! [...] O pessoal dos prédios lá de longe vem aqui pra eu consertar as roupas. Eles gostam da gente ali.”	NS/NR	“Eu falo que moro em Chico City, mas perguntam, “Chico City é aonde?”. Aí ninguém sabe! Aí eu falo que é perto de Colina, aí todo mundo sabe. Então eu concordo [...] porque tudo fica igual.”	“Não sei. A gente tá aqui há muitos anos. Eles não podem despejar, nem botar pra fora nem nada...”	“Acho que foi bom, era tudo mato [...] Agora a gente pode caminhar e tudo, tiraram os matos daqui.”	Positivo: cresceu Laranjeiras e ficou tudo perto. Negativo: não sabe se vai ficar com a casa.

Entrevistado	Relação entre vizinhos.	Relação com os moradores de Colina	Sente-se parte de um bairro?	Concorda com a divisão da PMS?	O que acha que vai acontecer em relação às casas?	O crescimento de Colina foi positivo ou negativo?	Pontos positivos e negativos em Chico City
Sra. R.	“Ah, aqui é tranquilo. Mas no Chicópolis era melhor”	Muitos moradores de Colina frequentam o bar dela.	“Eu falo “meu bairro”, acho que eles não consideram como bairro por se tratar de uma área particular.”	“Como não é bairro se eles fizeram essas coisas aqui? Isso foi a prefeitura que fez, o calçamento, o esgoto, o asfaltamento da entrada. E veja bem, a gente tem orçamento participativo, associação de moradores... isso tudo é coisa de bairro!”	“Isso é sempre uma dúvida, eu fico com medo principalmente pelos meus pais que depois que vieram de Minas nunca mais saíram daqui.”	“O crescimento é positivo, desde que não atrapalhe a gente”	Eu gosto de morar aqui, e de negativo nada. Gosto do jeito que está.
Sr. J.	“Aqui é bom, mas lá no Chicópolis era melhor”	Disse que conhece algumas pessoas boas, mas que são mais “fechados”	NS/NR	“São coisas que não mudam, a Atlantic acabou, mas o nome aqui é Chico City. Chicópolis acabou, mas Chico City tá aqui”	Participa de todas as ações da comunidade para regularização, mas não deu opinião.	NS/NR	NS/NR
Sra. F.	Boa, mas não tem relação com muitos vizinhos.	Tinha quando ia a igreja, não tem mais	NS/NR	“Não vejo problema nisso, não. Inclusive eu queria até que trocasse esse nome, por mim tinha trocado”	“Eu acho que vamos ficar aqui toda vida”	“Foi muito bom, e tudo que tá chegando aqui tá sendo muito bom.”	Positivo: o ônibus Negativo: falta áreas de lazer;

Entrevistado	Relação entre vizinhos.	Relação com os moradores de Colina	Sente-se parte de um bairro?	Concorda com a divisão da PMS?	O que acha que vai acontecer em relação às casas?	O crescimento de Colina foi positivo ou negativo?	Pontos positivos e negativos em Chico City
Sra. N.	“Sempre me dei muito bem, nunca tive problema com ninguém!”	“Não conheço ninguém, não tenho amizade com ninguém.”	“Eu falo que moro no Chico City [...] Eu não falo que meu bairro não é Colina, que eu moro na Colina [...] Pra mim aqui é meu bairro.”	“Eu concordaria que aqui fosse um bairro [...] Eu não sei por que aqui não pode ser bairro e pode pertencer a Colina [...] tem outros bairros bem pequeninhos que são bairros!”	“Eu acho que essa empresa não vai deixar... porque eles não vão querer fazer aqui um condomínio e deixar o bairro aqui com casinhas simples! Não é que nós incomodamos porque o bairro é feio, não. É porque aqui é um terreno valorizado, tem muita gente de olho nisso. Você já pensou, tem Colina que as casas valem um preço danado, um lote aqui dá dois do de Colina!”	“Eu acho que foi bom [...] trouxe alguns problemas pra gente, mas foi bom.”	Positivos: “Eu acho bom que criei meus filhos aqui, eduquei, nunca tive problema com ninguém [...] Hoje eu não vejo muita coisa positiva, não.” Negativos: “Não tem uma boa união aqui.”
Sra. A.	Disse que não teve sorte com vizinhos ali, era bom em Chicópolis.	“Tem uns gente boa, mas tinha gente que não queria passar aqui. Eu acho que eles não estão gostando de nós aqui não, não estão gostando que a gente vai ficar aqui, não...”	NS/NR	“Eu acho que não pode, eles estão há pouco tempo aqui, deram o nome de Colina e agora querem isso aqui pra eles!”	“Até hoje eu não fiz meu muro porque tenho medo de gastar muito e não ficar aqui.”	NS/NR	Negativo: a falta de união na luta pelas casas atrapalha. Positivo: as lutas com a associação de moradores.
Sra. T.	“Eu nunca tive problema com vizinho. Minha casa nem tem muro! Aqui é a melhor rua pra morar.”	Disse que não tem relação com ninguém de Colina.	“Tem um monte de gente que não fala que mora em Chico City, acho que por vergonha. Eu não tenho vergonha eu falo mesmo.”	“É Colina de Laranjeiras agora, né?”	“Um dia isso aqui vai ser só apartamento, eu acho. Eu não acho que vou ficar a vida toda morando. Eu acho que eles vão indenizar as pessoas.”	“Eu acho que foi bom porque tá cheio de casa. Antigamente era mato puro, os bandidos se escondiam lá dentro. Agora [...] tá tudo limpinho.”	Disse que está tudo bom.

